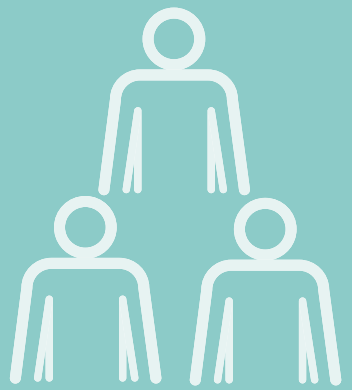
RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



TRE-SP

Tribunal Regional Eleitoral
do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE ... 3

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS ... 5
COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO ... 6
COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE ... 7
MEMBROS DA CORTE ... 8
ORGANOGRAMA ... 9
MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL ... 10
O TRIBUNAL EM NÚMEROS - ELEIÇÕES 2020 ... 11
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ... 13
A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA ... 14
NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS ... 15
CADEIA DE VALOR ... 16
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS ... 17
LINHAS DE DEFESA ... 18
RISCOS ESPECÍFICOS ... 19
MATERIALIDADE ... 20
TEMAS RELEVANTES ... 20

RESULTADOS DA GESTÃO

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2016-2021 E AS NOVAS PERSPECTIVAS ... 21
MACRODESAFIOS ... 24
ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO ... 43
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ... 43
ORÇAMENTO ORDINÁRIO ... 43
DOTAÇÃO AUTORIZADA ... 43
DETALHAMENTO DAS DESPESAS EMPENHADAS ... 44
COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – BIÊNIO 2019/2020 ... 45
ANÁLISE COMPARATIVA ... 46
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP ... 49
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - COMPARATIVO DO BIÊNIO 2019/2020 ... 50
COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE PLEITOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E 2020 ... 52
PAGAMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS COLABORADORES ... 53
EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 ... 54
CONTINGENCIAMENTO ... 54
EC Nº 95/2016 TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO ... 55
ORÇAMENTO IMPOSITIVO ... 55
GESTÃO DE PESSOAS ... 57
ÍNDICE DE CONFORMIDADE ... 57
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ... 57
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS ... 58
CARGOS EM COMISSÃO E FUNCÕES COMISSIONADAS ... 58
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES ... 59
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES ... 59
COMPOSIÇÃO DE FORÇAS-TAREFAS ... 59
DESPESAS OBRIGATÓRIAS: DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL ... 60
CUSTO COM DESPESAS DE PESSOAL EM 2020 ... 60
ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL ... 61
O TRABALHO REMOTO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO ... 61
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS ... 62
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ... 63
PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÕES EM 2020 ... 63
PRINCIPAIS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA ... 63
CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) ... 63
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS EM 2020 ... 64
CONTRATOS GERIDOS EM 2020 ... 64
PLANEJAMENTO PARA 2021 ... 65
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES PARA O ATENDIMENTO AO CIDADÃO ... 65
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA ... 66
CONFORMIDADE LEGAL ... 66
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ... 67
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS ... 68
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ... 69
CONFORMIDADE LEGAL ... 69
MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP ... 69
O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC TEM COMO INSTÂNCIAS ... 70
MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC ... 71
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC ... 72
PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR ... 73
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS – 2021 ... 75
GESTÃO DE CUSTOS ... 76
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ... 80
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL ... 82
PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES FEITAS PELA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO ... 83
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO ... 84

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO ... 86
DECLARAÇÃO DO CONTADOR ... 86
BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO ... 87
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDO ... 88
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- RESUMIDO ... 88
BALANÇO FINANCEIRO - RESUMIDO ... 89
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - RESUMIDO ... 89
NOTAS EXPLICATIVAS ... 90
RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ... 90
PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS ... 91
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL ... 91
ATIVO CIRCULANTE ... 91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ... 91
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO ... 92
ATIVO NÃO CIRCULANTE ... 92
IMOBILIZADO ... 93
BENS MÓVEIS - 2020 ... 93
BENS MÓVEIS ... 93
IMÓVEIS ... 94
INTANGÍVEIS ... 95
SOFTWARES ... 95
PASSIVO CIRCULANTE ... 95
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS ... 95
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO ... 96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ... 96
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ... 96
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ... 99
OUTRAS INFORMAÇÕES ... 99

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2020, o mundo sofreu profundas modificações. A pandemia, que ainda assola a humanidade, além de um cenário de tristeza e sofrimento, apresentou expressivos desafios para todos os segmentos e instâncias sociais. Para a Justiça Eleitoral, o que poderia ser um enorme entrave à realização das eleições municipais, acabou se tornando uma oportunidade de mostrar resiliência e de repensar novas formas de gestão e de trabalho frente às incertezas sobre o controle da pandemia.

Estruturar e realizar o pleito eleitoral para garantir os direitos de cidadania e propiciar, ao mesmo tempo, a segurança de todos os envolvidos foi uma constante nas preocupações da administração durante o ano. A instalação de um gabinete de crise, voltado especificamente ao equacionamento das atividades e situações críticas, possibilitou a tomada de decisões com planejamento e cuidados compatíveis com as circunstâncias de cada momento, em estrito alinhamento com as ações do Tribunal Superior Eleitoral, com o propósito de evitar que a preparação e a realização das eleições pudessem comprometer as ações de contenção da pandemia. O pleito eleitoral, de fato, desenvolveu-se dentro da normalidade compatível com as circunstância sociais de então, a partir dos protocolos sanitários então vigentes. O TRE paulista manteve, inclusive, o acesso ao voto a presos provisórios e a menores infratores internados.

A instituição aprimorou sua atuação tecnológica e proveu meios para que servidores, magistrados e colaboradores pudessem cumprir suas tarefas, por meio de acesso aos sistemas eletrônicos, a partir de suas residências, com estrito respeito ao distanciamento social. Nas raras ocasiões em que a abertura de cartório ou Secretaria se fez necessária, o protocolo estabelecido pelo gabinete de crise assegurava segurança aos envolvidos. Reuniões e eventos promovidos por videoconferência tornaram-se uma constante, assim como sessões de julgamento e audiências. A unidade de Tecnologia ainda permitiu que o atendimento prestado a eleitores passasse a ser feito por meio do site do Tribunal. Assim, a ferramenta TítuloNet foi amplamente divulgada e utilizada para garantir ao cidadão a regularização de sua situação eleitoral dentro do prazo previsto por lei sem a necessidade de comparecimento ao cartório eleitoral.

Com o fechamento das unidades na Justiça Eleitoral paulista, muitas de suas despesas de custeio foram reduzidas e, em contrapartida, outros custos não

MENSAGEM DO PRESIDENTE

previstos precisaram ser incorporados. Exemplo disso foi a necessidade de compra de notebooks para garantir o trabalho de parcela dos servidores de forma remota, aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e ampliação dos gastos relacionados à limpeza e higienização. Toda a gestão financeira e orçamentária foi responsavelmente prestada de modo a considerar um de seus indicadores estratégicos, o da aderência da execução do planejamento orçamentário, que em 2020 atingiu a marca de 98,1%.

Os canais de comunicação foram essenciais para esclarecer o eleitor sobre o inédito e indispensável adiamento das eleições, data alterada por meio de Emenda Constitucional (EC 107/2020). Também para informar sobre o protocolo sanitário desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral em parceria com hospitais renomados do país e garantir, dessa forma, a presença do eleitor de modo a cumprir seu direito-dever constitucional e democrático de votar.

Apesar de todo o panorama criado pela pandemia, conseguimos atuar ainda visando à consecução de nossos objetivos estratégicos. O Tribunal passou, a partir de 2020, a contar com um comitê sobre Equidade de Gênero, Raça e Diversidade e, em busca de aprimorar e normatizar nossa atuação com acessibilidade, com uma Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP (Resolução 503/2020).

A atuação do Tribunal sempre é pautada por respeito às leis e à transparência, valores institucionais inestimáveis e essenciais. Nesse sentido, este relatório, organizado com a seriedade que qualquer prestação de contas requer, apresenta minuciosamente a organização e execução de tarefas especificadas por área. O compêndio de dados e análises do desempenho de cada unidade é feito com envolvimento de servidores de setores e instâncias diversas da administração, sempre com a premissa de manter sincronia com o Planejamento Estratégico vigente. Assim, como presidente do Tribunal durante o ano de 2020, asseguro que este documento dispõe de fidedignidade, precisão e completude e sua leitura manifesta seu total alinhamento com a decisão normativa que estabelece seus parâmetros.

Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

Presidente

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS

O TRE-SP é o órgão do Poder Judiciário Federal responsável pela organização das eleições no Estado de São Paulo.

TSE

O TRE-SP é vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), localizado em Brasília e órgão máximo da Justiça Eleitoral, fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira.

TRE-SP

O TRE-SP é o maior Tribunal Regional Eleitoral do país, seja em número de eleitores, de zonas eleitorais, de servidores ou de mesários.

Com sede administrativa na região central da capital do Estado de São Paulo, o TRE-SP, além de julgar processos, é responsável, entre outras atribuições, por planejar e coordenar o processo eleitoral em âmbito estadual e municipal e prestar atendimento aos eleitores.

VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

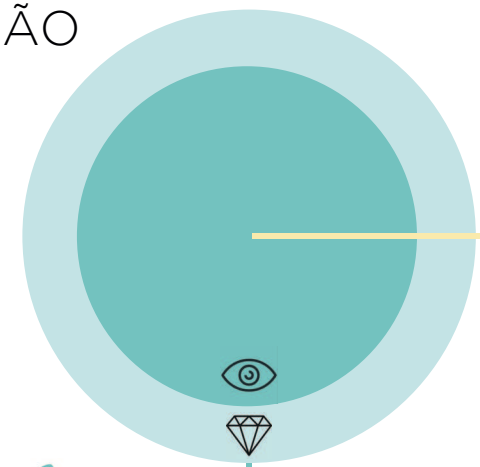
VALORES

- Acessibilidade
- Comprometimento
- Ética
- Modernidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Transparência

COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO

Para **garantir a legitimidade do processo eleitoral**, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo acumula funções administrativas, decorrentes da administração do pleito e de suas atividades internas, e jurisdicionais, vinculadas ao processo eleitoral, com o julgamento de matérias afetas a ele.

O gráfico apresentado nesta página fornece um panorama de como o Tribunal se organiza utilizando ferramentas de gestão e governança para fornecer valor à sociedade.



O TRIBUNAL EM NÚMEROS ELEIÇÕES 2020

Nesta seção, apresentamos os principais números do TRE-SP com ênfase nos principais dados das eleições 2020.

CADEIA DE VALOR

Nesta seção são apresentados os principais processos realizados pela organização que geram valor para a sociedade.

ESTRATÉGIA

Para o cumprimento de sua missão, o TRE-SP sistematizou, por meio de seu Plano Estratégico, uma série de atividades e iniciativas para impulsionar o alcance de seus objetivos. Veja nesta seção quais são elas.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios representa os principais recursos utilizados pelo TRE-SP, bem como os produtos e serviços oferecidos e seus resultados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura hierárquica administrativa do TRE-SP é definida pelo Regulamento Interno da Secretaria. Conheça o organograma do Tribunal nesta seção.

GOVERNANÇA

O modelo de governança do TRE-SP sistematiza as diversas relações e interações entre a Justiça Eleitoral e clientes externos e internos para direcionar e gerir a organização estrategicamente, cumprindo, assim, a missão, visão e valores institucionais.

MEMBROS E INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Esta seção apresenta os membros da Corte e os principais gestores administrativos.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Apresentação das principais medidas para fortalecimento dos controles internos e contribuições para que o TRE-SP atinja seus objetivos estratégicos.

AMBIENTE EXTERNO

Principais fatores e variáveis externos à Justiça Eleitoral que podem afetar, de maneira positiva ou negativa, o cumprimento de sua missão.

COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

http://www.tre-sp.jus.br/

Acesso a:

Sistema de agendamento
Certidões
Dados sobre eleições
Serviços Judiciais

Consulta a:

Título e locais de votação
Andamento processual
Portal da Transparência
Perguntas frequentes

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR

Colocada à disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral.

Disque 148

(serviço tarifado)

195.499

atendimento 1/1/2020 a 31/12/2020

ATENDIMENTO

Realizado pelos 393 cartórios eleitorais do Estado de SP

1.146.064

Total de atendimentos em 2020

1.005.596
Presencial

140.468
Online

REDES SOCIAIS

/trespjusbr
12.730

@trespjusbr
13.870
seguidores

/tresp.oficial
106.247
seguidores

/trespjusbr
11.300
inscritos

atendimentos Facebook/Instagram **6.098**

CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

45.472

Visualizações de 01/01/2020 a 31/12/2020

Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Paulista e a forma de obtê-los.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

3.280

Total de atendimentos em 2020

Atende pedidos de informação em conformidade com a Lei 12.527/2011

OUVIDORIA

Total de atendimentos em 2020

4.685

Atende demandas relativas a reclamações, denúncias, sugestões e elogios e atua na defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, em conformidade com a Lei 13.460/2017

MEMBROS DA CORTE

Presidente
Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

Vice-Presidente
Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

Nelton Agnaldo Moraes dos Santos

Maurício Fiorito

Afonso Celso da Silva

Manuel Pacheco Dias Marcelino

Marcelo Vieira de Campos

José Wellington Bezerra da Costa Neto
Juiz Assessor da Presidência e Ouvidor

Denise Indig Pinheiro
Juíza Assessora da Corregedoria

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Claucio Corrêa
Diretor-Geral

Regina Rufino
Assessora-Chefe de Planejamento Estratégico e de Eleições

Frederyk Arantes
Secretário de Controle Interno

Alessandro Dintof
Secretário de Administração de Material

André Pavim
Assessor-Chefe da Corregedoria

José Luiz Simião
Secretário de Gestão de Serviços

Patrícia Scheifer
Secretária Judiciária

Marina Campos
Coordenadora de Comunicação Social

Paula Helena Batista
Secretária de Gestão de Pessoas

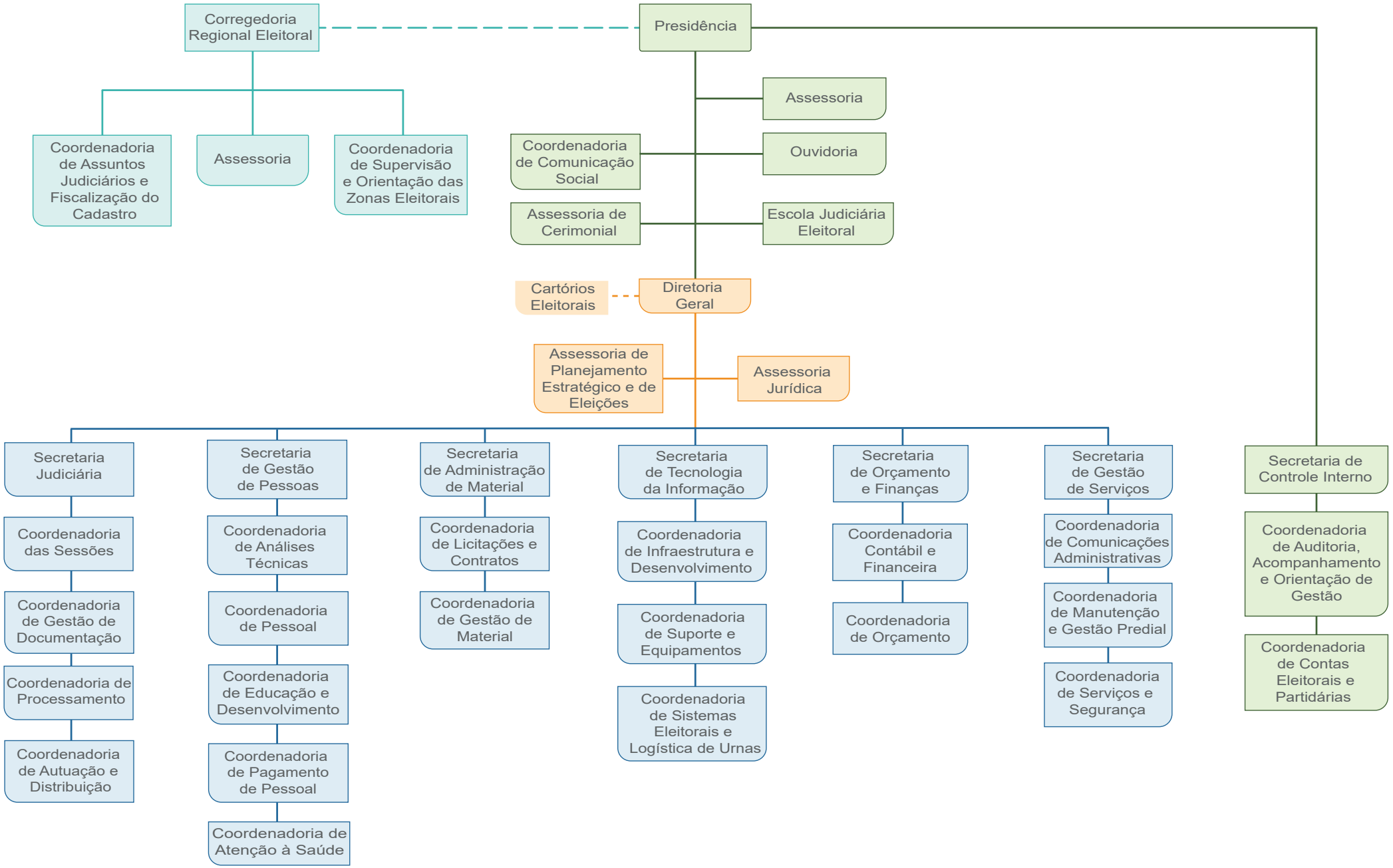
Daniel Forlivesi
Secretário de Tecnologia da Informação

Carlos Fujimoto
Secretário de Orçamento e Finanças

Denise Lira
Assessora-Chefe da Presidência

Silvia De Marchi
Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica

ORGANOGRAMA



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

A palavra "*desafiadora*" definiria bem a incumbência de dirigir uma instituição com as dimensões do Tribunal Eleitoral paulista. Contudo, para um ano de eleições em que o protagonismo tristemente recaiu sobre a série crise de saúde planetária que ainda hoje enfrentamos, difícil qualificar tamanha responsabilidade.

Harmonizar o bom andamento dos trabalhos com o respeito pela saúde de servidores e demais envolvidos nas atividades relacionadas às eleições, com vistas à missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral, era primordial e bastante assoberbante. Num primeiro momento, a rigidez imposta a toda a sociedade para se blindar do novo e pouco conhecido vírus causador de Covid-19 se tornou um gigante obstáculo à concretização do pleito, constitucionalmente previsto para ocorrer em outubro. Mas à medida que as reuniões com outros Tribunais Eleitorais do país e do Gabinete de Crise - instituído para tratar, em âmbito interno, da questão da pandemia que assolava o mundo - avançavam, as operações e procedimentos puderam ser determinados com a segurança que o momento impunha.

Assim, pudemos, ainda que com a quase totalidade de servidores em trabalho remoto, orientar para a execução de todas as tarefas necessárias para assegurar o uso de urnas eletrônicas testadas e preparadas para uso nas eleições; para convidar eleitores a somarem ao já grandioso grupo de cidadãos que voluntariamente colaboram nas eleições, os mesários e demais apoios; fazer a efetiva convocação judicial desses envolvidos, bem como seu treinamento e especial orientação sobre o trabalho mediante a pandemia; para preparar os locais de votação para receber colaboradores e eleitores; e também para exercer o julgamento e correlatas atribuições relativas a registro, propaganda eleitoral, diplomação e prestação de contas.

O adiamento das eleições foi inevitável e, em meados do ano, o Congresso decidiu as novas datas: 15 e 29 de novembro, para primeiro e (eventual) segundo turnos, respectivamente. Informar o eleitor sobre as novas datas e, em especial, sobre os protocolos estabelecidos para garantir a segurança com vistas ao exercício do direito-dever de voto tornaram-se novos e importantes desafios. A sociedade, assustada com aquele ímpar 2020, foi, aos poucos, tomando consciência de que, ao que se mostraria uma rápida escolha política num domingo qualquer de novembro, tinha de fato, por trás, um longo e profundo trabalho da Justiça Eleitoral para entregar eleições limpas e seguras à sociedade, garantindo, uma vez mais, os direitos da cidadania.

Por fim, cabe destacar que os atos de gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo atendem aos requisitos de conformidade, legalidade e materialidade das informações, focadas no pensamento coletivo, na preparação e na apresentação do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa-TCU nº 84/2020 e na Decisão Normativa-TCU nº 187/2020.

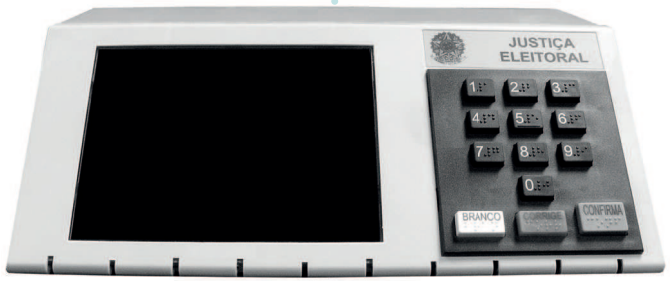
Claucio Cristiano Abreu Corrêa

Diretor-Geral

O TRIBUNAL EM NÚMEROS - ELEIÇÕES 2020

A Justiça Eleitoral paulista desempenha funções essenciais para garantir os direitos da cidadania e o exercício da democracia, sendo responsável pela gestão do processo eleitoral nos 645 municípios do Estado de São Paulo e pela administração do maior colégio eleitoral do país, com cerca de 33 milhões de eleitores cadastrados, o que representa 22% do eleitorado brasileiro.

BRASIL		SÃO PAULO
5.568	MUNICÍPIOS	645
2.645	ZONAS ELEITORAIS	393
95.861	LOCAIS DE VOTAÇÃO	10.804
403.008	SEÇÕES ELEITORAIS	85.715
473.503	URNAS ELETRÔNICAS	99.528



Para concretizar essa missão, conta com uma infraestrutura administrativa que abrange, além dos prédios-sede, mais 393 unidades de atendimento ao público, denominadas zonas eleitorais, sendo 58 localizadas na capital e 335 distribuídas pelo interior do Estado, além de outros pontos de atendimento itinerantes, e um corpo funcional de quase 5 mil pessoas, entre servidores, terceirizados e estagiários.

ORÇAMENTO

R$ 846.532.117,00

PROCESSOS

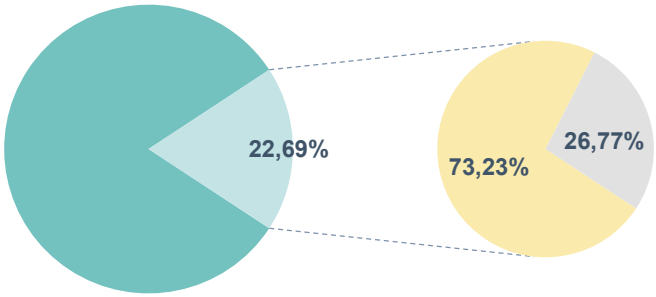
219.181
processos novos no ano

117.801
processos pendentes em 31/12/20

106.567
processos baixados[1] no ano

[1] Processos baixados: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, remetidos à instância superior ou arquivados.

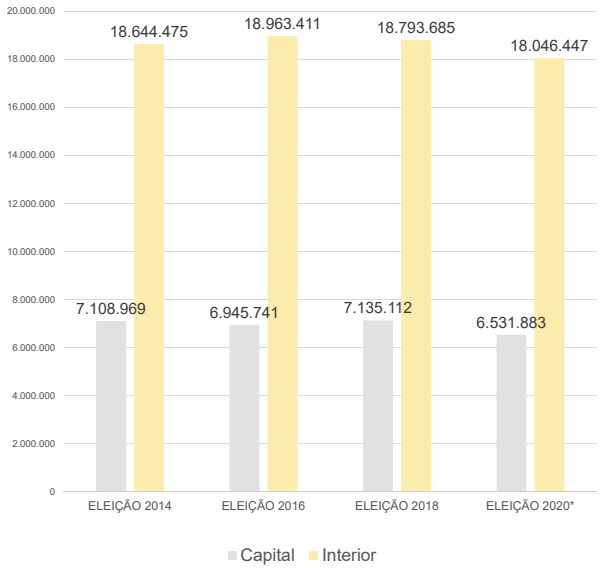
ELEITORADO



BRASIL	SÃO PAULO	INTERIOR	CAPITAL
147.918.483	33.565.294*	24.578.607	8.986.687

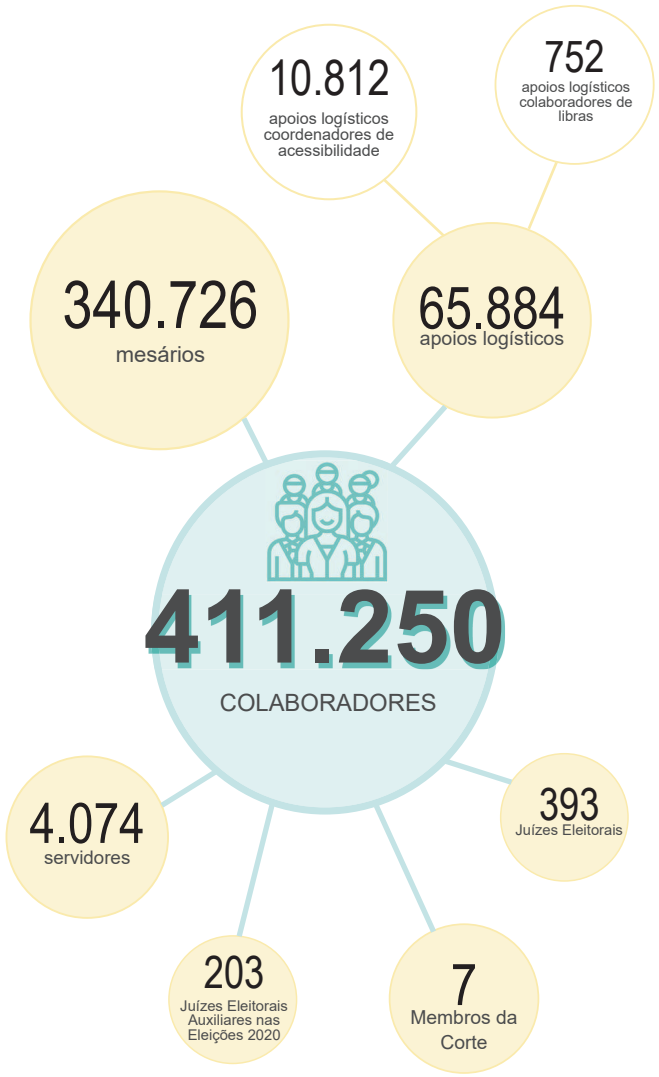
*TOTAL DE ELEITORES APTOS A VOTAR NAS ELEIÇÕES 2020

HISTÓRICO DO COMPARECIMENTO DO ELEITOR



O TRIBUNAL EM NÚMEROS - ELEIÇÕES 2020

COLABORADORES

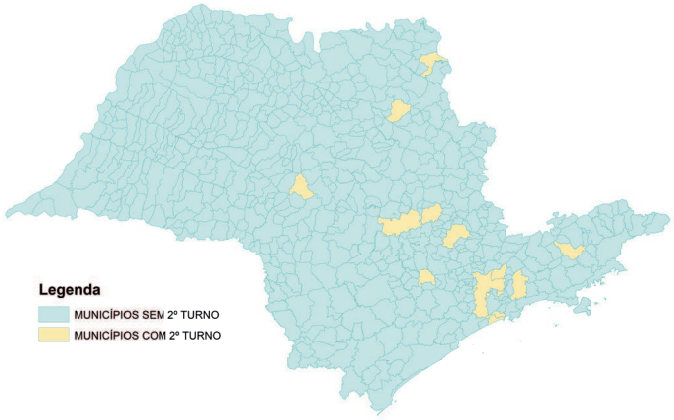


PROTOCOLO DE SAÚDE

Equipamentos de Proteção Individual - EPIs

- **2.810.817** Máscaras
- **459.975** Face shields
- **443.037** Álcool gel para mesários (190g)
- **518.856** Álcool gel para mesários (400g)
- **94.104** Álcool líquido para seção -higienização de superfícies

MUNICÍPIOS COM SEGUNDO TURNO



Em 2020, tivemos 2º turno nas eleições municipais em 16 municípios no Estado de São Paulo. São eles: Bauru, Campinas, Diadema, Franca, Guarulhos, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Taboão da Serra e Taubaté.

CANDIDATOS

BRASIL		SÃO PAULO
19.352	PREFEITO	2.681
19.725	VICE-PREFEITO	2.735
518.329	VEREADOR	88.287

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é o principal instrumento de gestão de longo prazo de uma instituição. Essa ferramenta auxilia a organização a atingir sua visão de futuro, sem esquecer de sua missão (a razão de sua existência) e de seus valores (os direcionadores éticos de que não abre mão).

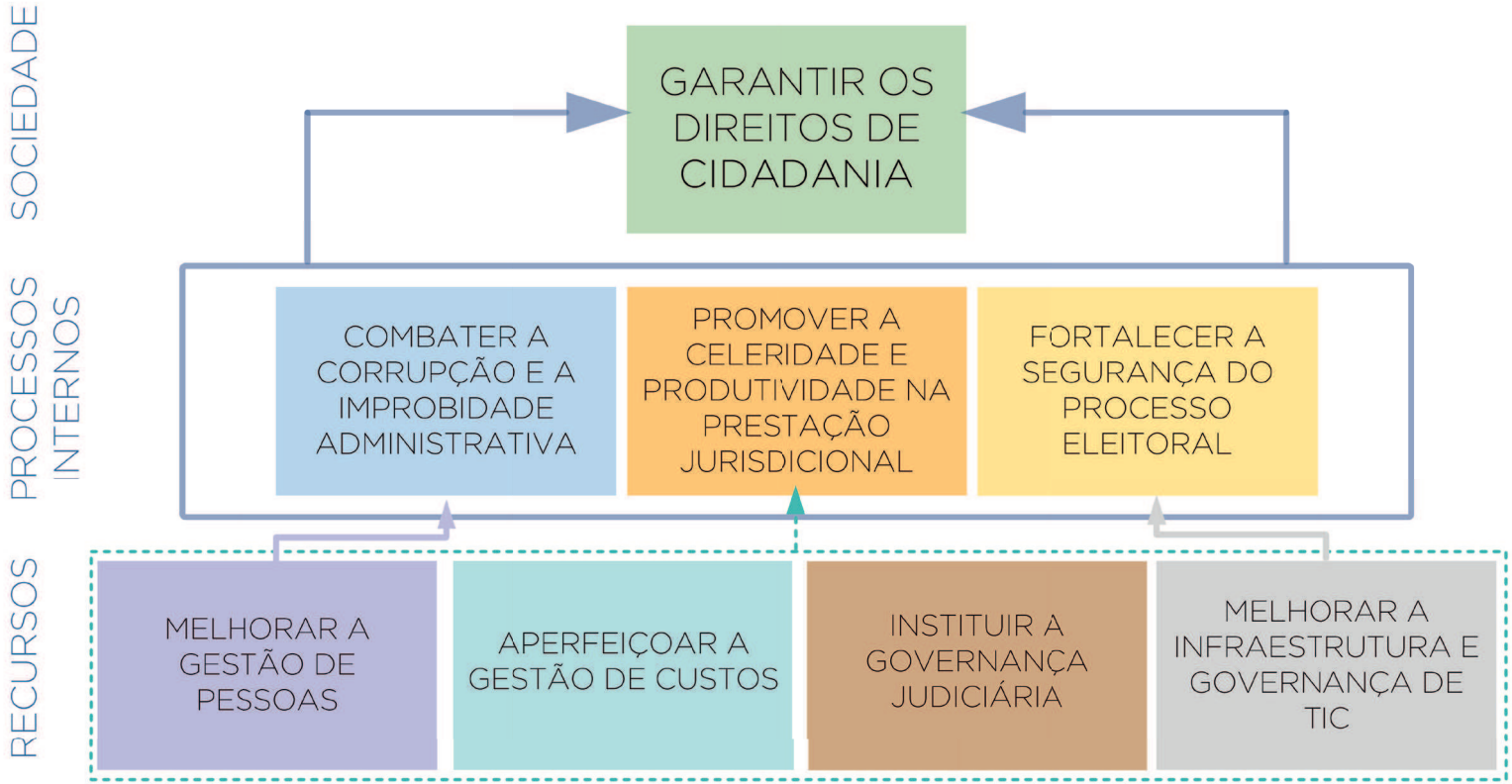
Essa busca é desdobrada em uma série de grandes objetivos que, se superados, nos levam a atingir a visão de futuro delineada.

O atual ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-SP vigorará até 30/06/2021, e foi instituído pela Res. TRE-SP nº 367/2016 e revisado pela Res. TRE-SP nº 466/2019. Estamos em processo de elaboração do ciclo 2021-2026, pois a vigência do plano atual, prevista para encerrar em 31/12/2021, foi antecipada em virtude do advento da Res. CNJ nº 325/2020.

Nossa missão é Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral. Os nossos valores são acessibilidade, comprometimento, ética, modernidade, responsabilidade social e ambiental e transparência. E para nossa visão, definimos Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Para atingir essa visão, elegemos oito grandes objetivos de longo prazo, que você pode observar no mapa abaixo, que chamamos de Mapa Estratégico, e visa traduzir em imagem a nossa estratégia. Eles estão divididos em três perspectivas: Recursos, Processos internos e Sociedade. Perceba que o objetivo relativo à Sociedade (garantir os direitos de cidadania) está no topo do nosso Mapa Estratégico, porque acreditamos que atender à sociedade é nosso principal trabalho.

Para dar consecução aos objetivos do Planejamento Estratégico, há uma série de instâncias de governança e práticas de gestão que conduzem a uma administração cada vez mais eficiente, tendo elegido o planejamento estratégico como ferramenta para orientar as ações e atividades administrativas e/ou jurisdicionais, bem como para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.



A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

A governança é o conjunto de regras e instâncias internas ou externas a uma organização que dão previsibilidade e transparência ao processo decisório. Por meio dessa estrutura, todas as partes interessadas podem saber de antemão quais trâmites são adotados na condução estratégica do TRE-SP, fornecendo maior agilidade e transparência à gestão.

As unidades que compõem a Gestão Estratégica e a Gestão Tática são as responsáveis pelas tomadas de decisão do Tribunal.

Nossa estrutura de governança foi definida pela Resolução TRE-SP nº 421/2017.

O Sistema de Governança implementado permite a legitimação das decisões das instâncias internas de governança por todas as partes interessadas na gestão da instituição, o gerenciamento dos riscos estratégicos e dos conflitos internos, além de propiciar a promoção do accountability, da eficiência e da transparência no Regional.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS

Entre as várias ferramentas que demonstram a maneira pela qual uma determinada organização entrega valor a seu público, trazemos o modelo CANVAS[1], que demonstra, por meio de alguns itens gráficos, quais são os principais valores entregues e quais os meios utilizados para tanto, sem esquecer de listar todos os envolvidos no trabalho do TRE.

Abaixo, nosso modelo de negócios, onde evidenciamos a centralidade da sociedade em nossa proposta de entrega de valor.

PROPOSTA DE VALOR

Garantir o exercício da cidadania

Garantir a lisura e a transparência do processo de votação e apuração da votação

Garantir o direito de votar e ser votado

ATIVIDADES-CHAVE

- Prestação Jurisdicional
- Relacionamento com a sociedade
- Preparação, Realização e Apuração das Eleições
- Administração do Cadastro Eleitoral
- Administração do Cadastro Partidário

PARCERIAS-CHAVE

- Estado
- Prefeituras
- Polícia Militar
- Ministério Público
- Tribunal de Justiça
- Tribunal Superior Eleitoral
- Imprensa
- Polícia Federal

RECURSOS-CHAVE

- Colaboradores

  (mesários, apoios logísticos, membros das juntas apuradoras, servidores requisitados, estagiários)

- Magistrados
- Servidores
- Recursos orçamentários
- Recursos de TIC
- Infraestrutura

CANAIS

- Portal (site)
- Redes sociais
- Central telefônica
- Serviços digitais
- Ouvidoria
- Núcleo de Informação ao Cidadão
- Atendimento presencial
- Aplicativos de mensagens instantâneas

SEGMENTOS DE MERCADO

- Sociedade
- Eleitores
- Partidos
- Candidatos
- Advogados
- Jornalistas

ESTRUTURA DE CUSTOS

- Recursos Humanos
- Infraestrutura de TIC
- Infraestrutura Predial

ESTRUTURA DE RECEITAS

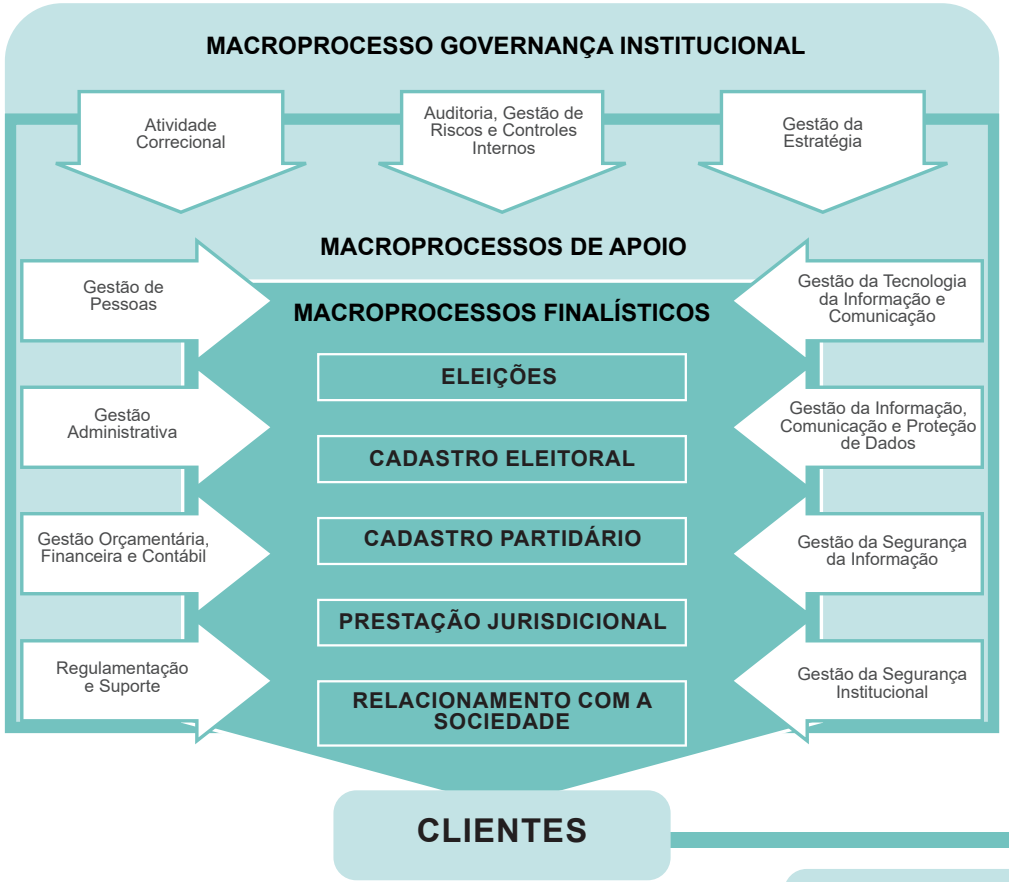
- Orçamento público

RELAÇÕES COM OS CLIENTES

- Transparência
- Agilidade na Prestação de Informações
- Interatividade
- Atendimento presencial descentralizado
- Atendimento Virtual
- Proteção de Dados

[1] Business Model Canvas (BMC), ferramenta de gestão criada por Alexander Osterwalder.

CADEIA DE VALOR



O TRE-SP, assim como todas as organizações, entrega seus resultados por meio da execução de processos de trabalho. Podemos definir processo de trabalho como o conjunto de atividades inter-relacionadas que transformam insumos (ou matéria-prima) em produtos.

Desde a mais simples rotina de trabalho até a mais complexa atividade de prestação jurisdicional pode ser entendida como um processo de trabalho.

Por isso, muitas organizações demonstram de forma gráfica seus grandes processos de trabalho (ou macroprocessos), como o mapa que está ao lado, que chamamos de Cadeia de Valor.

A Cadeia de Valor do TRE-SP divide os macroprocessos em três grandes grupos: Finalísticos, de Apoio e de Governança Institucional.

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente ligados à Missão do TRE-SP. Para dar suporte a essas atividades, fornecer estrutura e recursos, temos os macroprocessos de apoio. Por último, os macroprocessos de governança institucional são aqueles que garantem que as atividades finalísticas e de apoio ocorram segundo as melhores práticas de governança e gestão, além de buscar aprimoramento contínuo e sustentabilidade no negócio.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo iniciou-se em 2018, guiada pela Política de Gestão de Riscos instituída por meio da Resolução TRE-SP nº 452/2018, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). Seu gerenciamento passou a ser parte integrante dos processos organizacionais.

Em 2020, tendo em vista a necessidade da avaliação dos trabalhos realizados e de aprimoramento da governança, foi aprovada a Resolução n° 514/2020 alterando a Política de Gestão de Riscos do TRE-SP. Dessa forma, foi possível atingir os 10 passos da Gestão de Riscos do TCU, conforme figura abaixo, e alinhar a política com as Resoluções 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça.

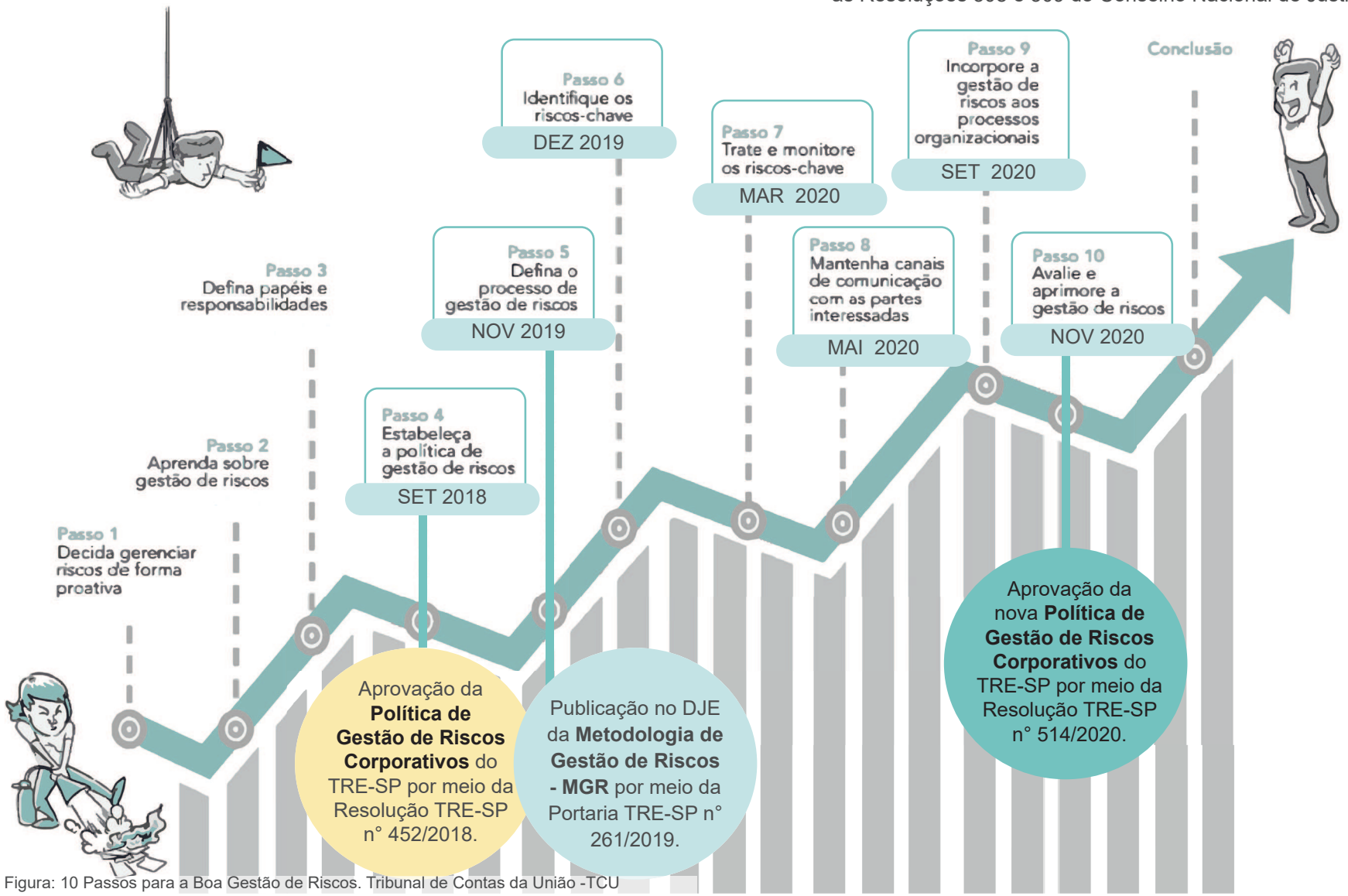


Figura: 10 Passos para a Boa Gestão de Riscos. Tribunal de Contas da União -TCU

RESULTADOS

92
GESTORES TREINADOS

149
PROCESSOS MAPEADOS

703
RISCOS ENCONTRADOS

LINHAS DE DEFESA

A Política de Gestão de Riscos, aprovada por meio da Resolução TRE-SP n° 514/2020, adotou o modelo das três linhas de defesa no gerenciamento de riscos adotando a Declaração de Posicionamento do IIA -The Institute of Internal Auditors*, que consiste na atuação coordenada de três camadas com responsabilidades e funções específicas.

Representada pela unidade de auditoria interna, responsável por avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

3ª LINHA DE DEFESA

Composta pela unidade de Auditoria Interna.

Contempla os controles situados ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela 1ª linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada

2ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos órgãos de governança, a exemplo do Comitê Gestor da Estratégia (CoGEst) e do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CDTIC), bem como pela Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições

Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores de riscos durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio

1ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos gestores de riscos.

* Criado em 1941, The Institute of Internal Auditors (IIA) é uma associação profissional internacional, com sede global em Altamonte Springs, Flórida, EUA. O IIA é o líder reconhecido, principal defensor e educador em auditoria interna. Declarações de Posicionamento fazem parte da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do IIA, a estrutura conceitual que organiza as orientações oficiais promulgadas pelo IIA. Órgão global confiável, fonte de orientação, o IIA fornece aos profissionais de auditoria interna no mundo todo orientações oficiais organizadas na IPPF como obrigatórias e fortemente recomendadas. As Declarações fazem parte da categoria "fortemente recomendadas" – a conformidade não é obrigatória, mas é fortemente recomendada - e as orientações são reforçadas pelo IIA por meio de processos formais de revisão e aprovação

RISCOS ESPECÍFICOS

Durante a implementação da gestão de riscos, foram identificados pelos gestores de riscos, eventos que poderiam impactar nas entregas de valor público. Entre os principais riscos encontrados destacamos:

VALOR PÚBLICO	RISCO	TRATAMENTO
INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL	Erros e incorreções nos trabalhos dos Cartórios Eleitorais e ausência de padronização nos procedimentos. Comprometimento da confiabilidade da urna eletrônica e do processo eleitoral pela disseminação de desinformação. Falhas técnicas nos sistemas eleitorais.	Implementação do Núcleo de Atendimento aos Cartórios Eleitorais - NACAN - grupo multidisciplinar de suporte e monitoramento dos processos de trabalho eleitorais / Elaboração do Portal Eleições 2020 destinado aos Cartórios Eleitorais. Promoção de ações para o combate à desinformação por meio de palestras e divulgação de materiais informativos / Implementação do Núcleo de Combate à Desinformação. Realização de testes de desempenho, testes exaustivos e simulados com a participação dos Cartórios Eleitorais
EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Erros e inconsistências no Processo Judicial Eletrônico - PJe por erro humano. Não cumprimento do prazo de julgamento dos processos de registro de candidaturas.	Implementação de metodologias de conferência, fluxogramas de trabalho / Estabelecimento de conferências semanais / acompanhamento dos processos por meio do Power BI / Instrução e treinamento dos servidores. Composição de força-tarefa para auxílio aos Cartórios Eleitorais / Acompanhamento e monitoramento dos processos de registro de candidatos.
EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	Ausência de mesários devido à pandemia de COVID 19. Prejuízo no atendimento ao público devido à pandemia de COVID 19.	Campanhas para alistamento de mesários voluntários / Envio das convocações por meio eletrônico conferindo agilidade nas nomeações Implementação do atendimento ao eleitor por meio do Título NET / Implementação de ferramentas de atendimento ao público de forma remota / Implementação do trabalho remoto e soluções de VPN
INFORMAÇÕES ACESSÍVEIS, FIDEDIGNAS E TEMPESTIVAS	Desconhecimento dos serviços prestados pela organização. Perecimento de direitos por falta de acesso à informação.	Atualização periódica e publicação da carta de serviços ao usuário e da cartilha da Ouvidoria Criação do sistema Editais para publicação de atos gerais do processo eleitoral nos cartórios eleitorais / Criação e disponibilização do Sistema Diplomas. Publicações constantes no site e redes sociais, envio de material informativo à imprensa e concessão de entrevistas
DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Dificuldade ou impedimento do exercício de voto de eleitores surdos, cegos e/ou com deficiência. Baixa diversidade de gênero e raça no processo eleitoral.	Solicitação aos proprietários dos prédios utilizados como locais de votação de adaptação às normas de acessibilidade / Adequação dos prédios da Justiça Eleitoral / Adequação das páginas do Tribunal às normas de acessibilidade. Fomento da participação feminina através de palestras e eventos sobre o tema / Criação do Comitê Gestor da Equidade de Gênero, Raça e Diversidade. Publicações constantes no site e redes sociais, envio de material informativo à imprensa e concessão de entrevistas

MATERIALIDADE

A materialidade dos temas se refere aos processos de trabalho e atividades que gerem valor para sociedade a curto, médio e longo prazos e contribuam para o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Neste sentido, para delimitar os componentes apresentados no relatório integrado, foram consideradas as iniciativas estratégicas realizadas em 2020 que impactam diretamente as partes interessadas.

23
iniciativas estratégicas com resultados de maior impacto em 2020 para os Macrodesafios

48
iniciativas estratégicas concluídas em 2020

69
iniciativas estratégicas em andamento em 2020

As iniciativas foram avaliadas ainda de acordo com a contribuição para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

TEMAS RELEVANTES

O Comitê Gestor da Estratégia - CoGEst do TRE-SP delimitou quais seriam os temas relevantes a serem destacados para o Relatório de Gestão 2020 considerando os objetivos organizacionais e a geração de valor público.

STI - Evolução da Governança de TIC

SJ - Cadastro partidário e transmissão das sessões via YouTube.

SGP: Trabalho remoto.

SOF: Efeitos da pandemia do COVID-19 do ponto de vista orçamentário.

Asspe: Eleições/2020, acessibilidade, Nacan 2020 e início do novo ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-SP.

Ações de acessibilidade e Inclusão

Em 2020, com foco no atributo de valor "responsabilidade social e ambiental", no valor público diversidade e inclusão, na governança e na redução das desigualdades (ODS 10 da Agenda 2030), o TRE-SP investiu na construção de sua política de acessibilidade e inclusão, na realização de um amplo diagnóstico das condições de acessibilidade no âmbito organizacional e, em especial, na acessibilidade dos locais de votação para garantir o pleno acesso ao voto, gerando benefícios para o público interno e externo.

Construção do plano estratégico institucional 2021-2026

Com foco na gestão participativa, o TRE-SP deu início à formulação de sua nova estratégia organizacional, promovendo um amplo debate sobre o ambiente externo e interno, com a participação de servidores, magistrados e sociedade, etapa inicial da definição dos novos direcionadores e objetivos estratégicos que irão nortear as atividades e projetos do tribunal no próximo sexênio.

Núcleo de atendimento aos cartórios eleitorais

Assegurar a padronização de procedimentos a serem observados pelo cartórios no processamento do registro de candidaturas, da prestação de contas e da propaganda eleitoral e na capacitação de mesários e demais colaboradores, supervisionar os procedimentos de carga, lacração das mais de 90 mil urnas e realização de auditorias e transmissão de dados distribuídos pelo Estado de São Paulo, são desafios que a administração enfrenta em todas as eleições, o que se mostrou ainda mais crucial, com as equipes trabalhando de forma remota em decorrência da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, a criação do núcleo de suporte técnico com a mobilização de mais de 60 servidores de áreas especializadas e o estabelecimento de um canal de comunicação online com os cartórios eleitorais consistiu em importante medida administrativa para o cumprimento da missão institucional: garantir a legitimidade do processo eleitoral.

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2016-2021 E AS NOVAS PERSPECTIVAS

O período 2016-2021 marca o segundo ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-SP, cuja primeira edição data de 2009.

Neste segundo ciclo (estabelecido pela Res. TRE-SP nº 367/2016 e alterado pela Res. TRE-SP 466/2019), uma série de iniciativas foram encampadas com a finalidade de superarmos nossos macrodesafios e, como consequência, atingirmos nossa visão de futuro.

Podemos destacar os procedimentos de revisão biométrica, diretamente ligados ao macrodesafio "fortalecer a segurança do processo eleitoral", que nos levaram a atingir mais de 23.000.000 de eleitores cadastrados.

Citamos também os esforços de acessibilidade e inclusão, que nos levaram a atingir mais de 7.000 locais de votação com seções eleitorais acessíveis em 2020, além dos projetos de votação para presos provisórios e adolescentes internados.

Inúmeras ações com a finalidade de instituir um modelo de governança foram também adotadas. Citamos algumas:

- Definição da estrutura de Governança, por meio da Resolução nº 421/2017;
- Criação do Conselho de Representantes dos Cartórios Eleitorais;
- Renovação da composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

O aperfeiçoamento da Governança é uma busca constante da Administração, sobretudo por ter sido o macrodesafio com menor grau de atingimento até o exercício 2019.

Ainda que as metas dos demais macrodesafios têm sido atingidas de maneira mais tranquila, a instituição foca bastante em busca de atendê-las. Apontamos algumas iniciativas tomadas no último ciclo:

- Implantação do Processo Judicial Eletrônico;
- Instituição do Código de Ética;
- Implantação da Política de Segurança da Informação;
- Busca constante do atendimento e aprimoramento dos critérios de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade.

RUMO AO NOVO CICLO

Em meados de 2020 o TRE-SP deu início à construção do seu terceiro ciclo da Estratégia, que vigorará entre julho de 2021 e dezembro de 2026, alinhando sua vigência à da Estratégia Nacional do Poder Judiciário estabelecida pela Resolução CNJ n. 325/2020.

Sua construção está ocorrendo de modo colaborativo, tendo iniciado com a reanálise do ambiente externo e interno (Matriz SWOT), que identifica quais são os pontos fortes e fracos, além de oportunidades (riscos positivos) e ameaças (riscos negativos) previstos para o ciclo que se busca construir. Assim, por meio dessa metodologia, a Administração pode otimizar suas forças (pontos fortes) para aprimorar os pontos fracos, além de otimizar a possibilidade de aproveitar as oportunidades e tratar os riscos negativos, seja mitigando, transferindo, aceitando ou eliminando as ameaças.

Abaixo, vemos os cinco principais pontos levantados como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do TRE-SP para o ciclo 2021-2026.

FORÇAS

COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES

LISURA E CELERIDADE NA APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES

SEGURANÇA E CONFIABILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES

FRAQUEZAS

DEPENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE OUTROS ÓRGÃOS PARA INSTALAÇÃO DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

FALTA DE ESTRUTURA ADEQUADA PARA FUNCIONAMENTO DAS ZONAS ELEITORAIS PRINCIPALMENTE NO INTERIOR

DEPENDÊNCIA DA FORÇA DE TRABALHO DOS REQUISITADOS

FALTA DE IMÓVEL PRÓPRIO NA MAIORIA DAS ZONAS ELEITORAIS

NÚMERO INSUFICIENTE DE SERVIDORES DO QUADRO

OPORTUNIDADES

APROVAÇÃO DE PROJETOS DE LEI QUE FAVOREÇAM A JUSTIÇA ELEITORAL

REFORMA POLÍTICA

REDUÇÃO DO APOIO DAS PREFEITURAS E DO GOVERNO DO ESTADO (BUSCA DE UM NOVO MODELO DE AUTONOMIA FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS ALTERNATIVOS).

AUDITORIA POR PARTE DE PARTIDOS POLÍTICOS NOS SISTEMAS ELEITORAIS E URNAS ELETRÔNICAS

AMEAÇAS

PROPAGAÇÃO DE MENSAGENS COM ATAQUES À CONFIABILIDADE DAS URNAS ELETRÔNICAS E À SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

REDUÇÃO DO ORÇAMENTO DO TRE-SP EM VIRTUDE DA CRISE ECONÔMICA

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS SEM A PARTICIPAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

FIM DA REQUISIÇÃO DE SERVIDORES DO ESTADO, O QUE REDUZIRIA SIGNIFICATIVAMENTE A FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL

A percepção do novo contexto no qual o TRE-SP está inserido foi essencial para subsidiar a revisão do modelo de negócios e da cadeia de valor com a identificação das principais entregas do TRE-SP que geram valor público para a sociedade, etapas fundamentais para embasar a construção da nova estratégia organizacional.

O ciclo 2021-2026 trará novos macrodesafios e novos objetivos estratégicos, sendo certo que o TRE-SP deverá identificar novas iniciativas e projetos e investir na inovação, de contribuir para a formação de uma sociedade sustentável, de respeitar a diversidade e garantir o amplo acesso à justiça.

DESAFIOS DE FUTURO

A construção colaborativa dos componentes do novo mapa estratégico é primordial para que o TRE-SP evolua na cultura de engajamento de seus servidores com o sucesso da estratégia organizacional e alcance novos patamares na excelência do atendimento ao público e na qualidade dos serviços colocados à disposição da sociedade.

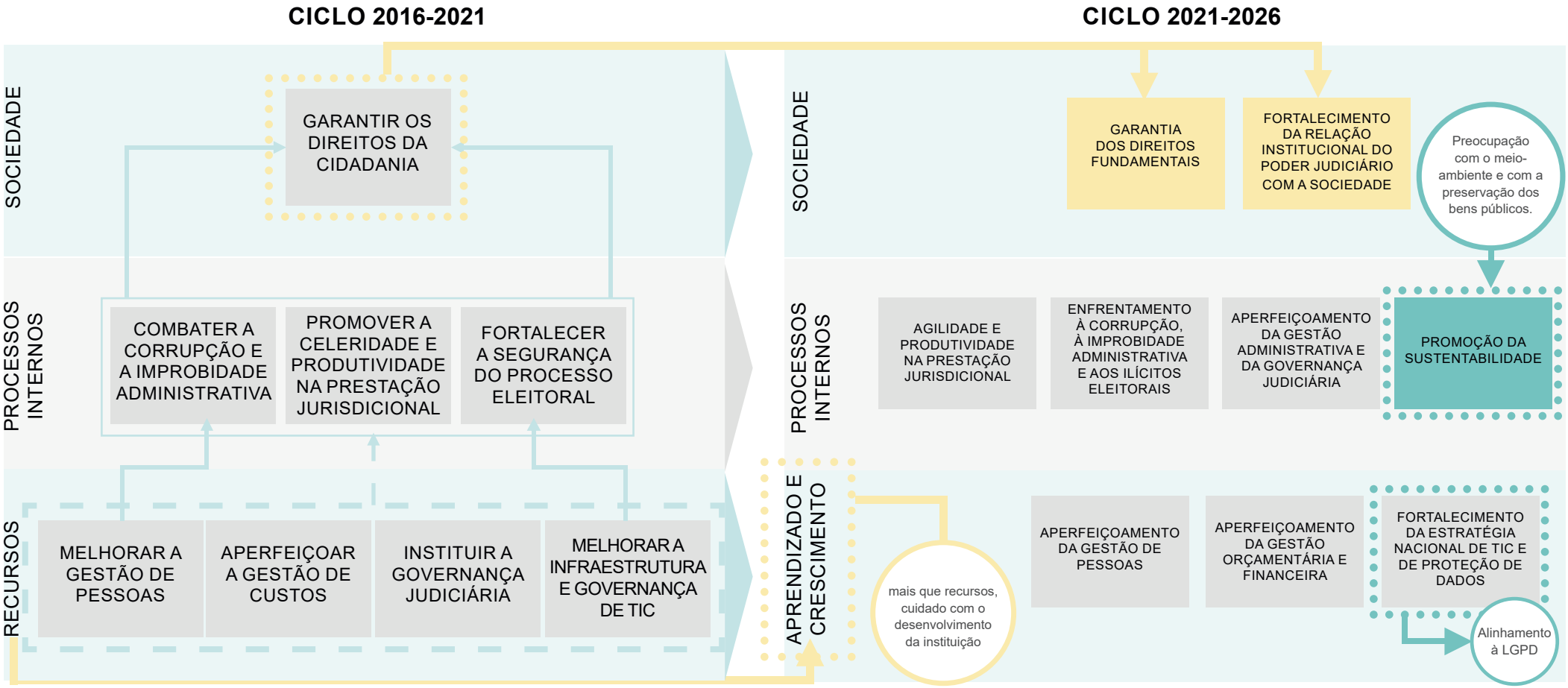
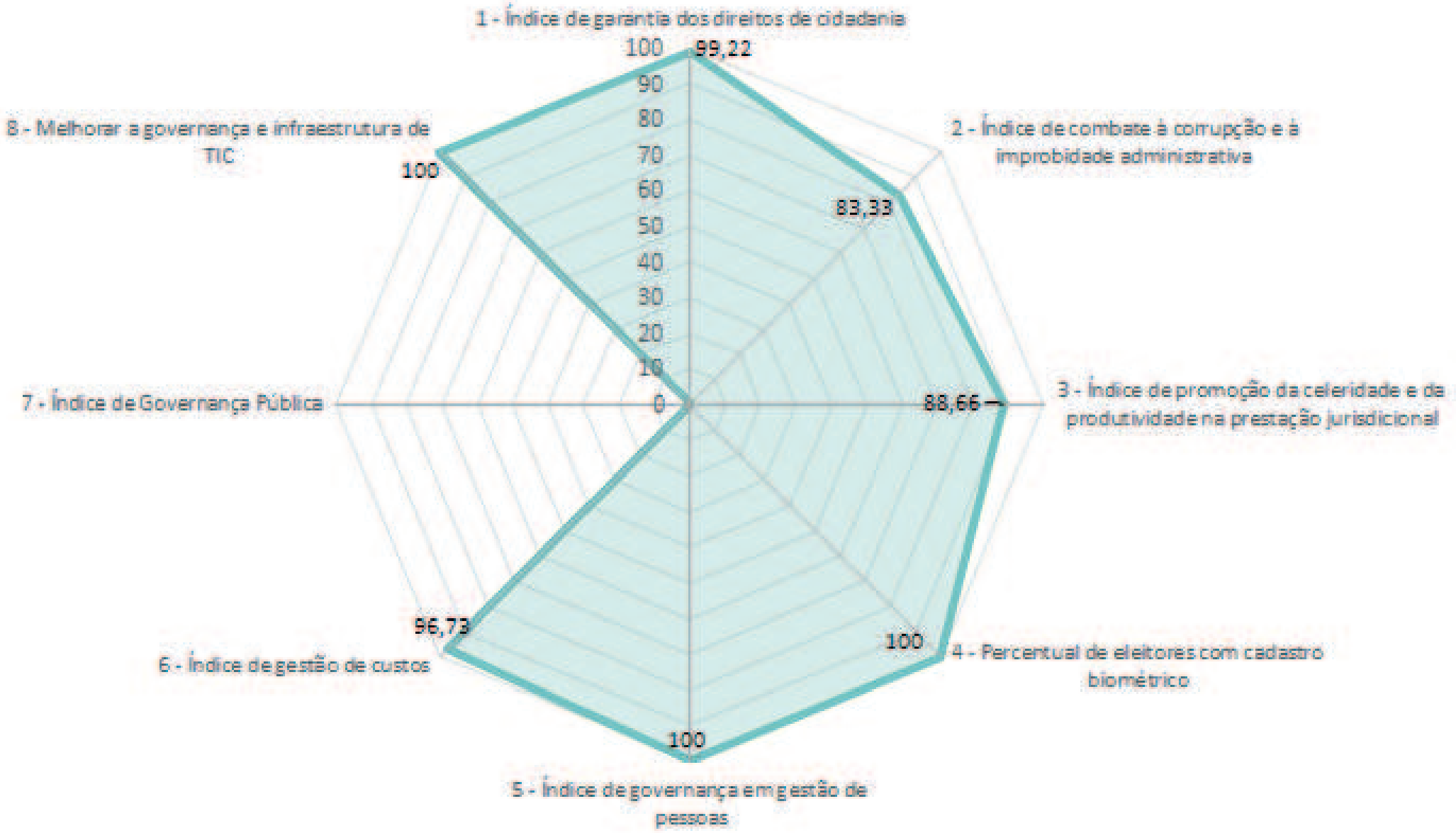


GRÁFICO DE ATINGIMENTO DOS INDICADORES DE RESULTADO DE CADA MACRODESAFIO (%)



MACRODESAFIO 1: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

ESTRATÉGIAS

Garantir o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral em todo o Estado.

Assegurar a satisfação do eleitor no atendimento pela Justiça Eleitoral, em todos os seus canais.

Atuar na promoção da inclusão social.

Garantir a satisfação do eleitor com o atendimento da Justiça Eleitoral.

Zelar pela credibilidade da Justiça Eleitoral nos meios de comunicação.

INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 15

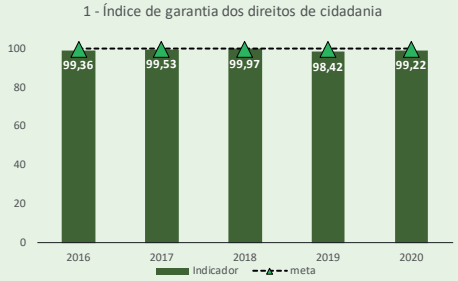
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

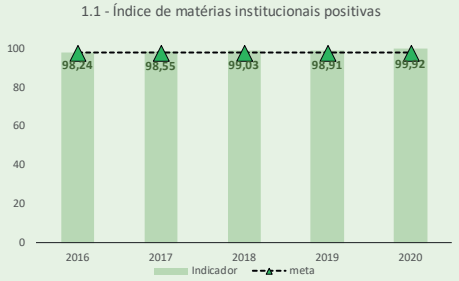
Publicação da Cartilha da Ouvidoria

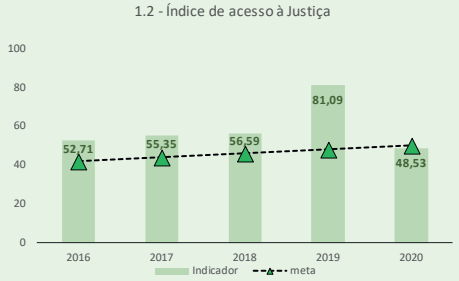
Diagnóstico de Acessibilidade da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais

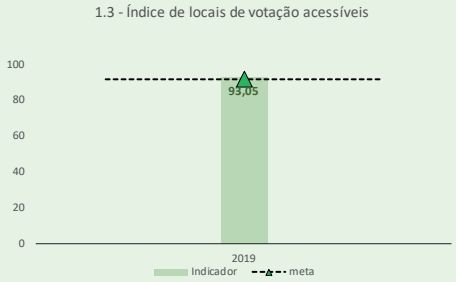
Central de Intermediação LIBRAS - CIL – Eleições 2020

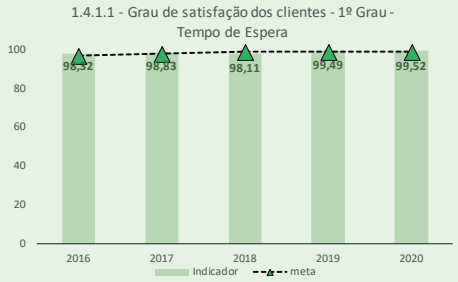
INDICADORES

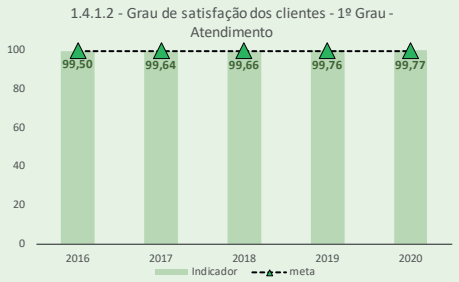


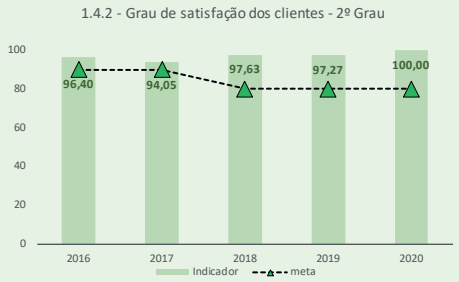


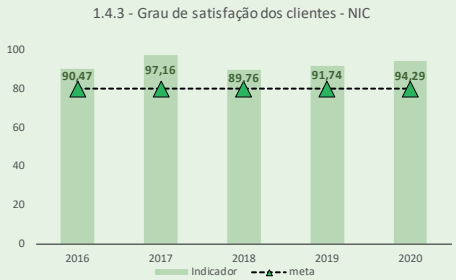


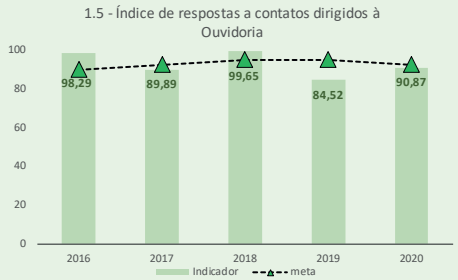


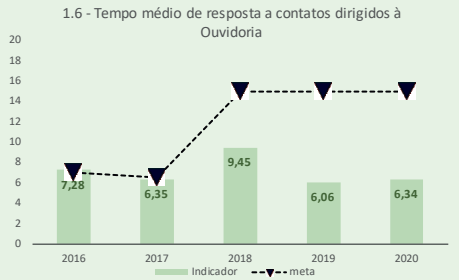


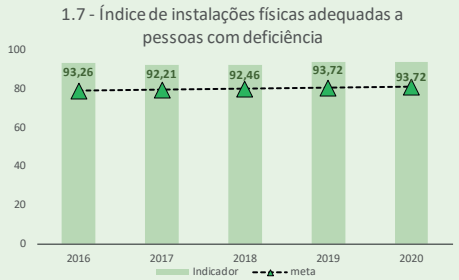












AÇÕES DE DESTAQUE

Garantir os direitos de cidadania vai além da prestação jurisdicional ou da realização da logística das eleições. Passa também por oferecer acesso à Justiça e ao voto a quem necessita de um tipo específico de atendimento ou que esteja em situação de maior vulnerabilidade.

Nessa linha, o tema acessibilidade e inclusão possui um alto grau de relevância para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, que tem dentre os seus principais desafios institucionais a Garantia dos Direitos Fundamentais e a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas e adoção de medidas que visem garantir o direito à cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Ao longo dos últimos anos o TRE-SP vem sistematicamente avançando na implementação de práticas e iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade e inclusão.

ACESSIBILIDADE NAS ELEIÇÕES

Projeto LIBRAS - cadastramento de colaboradores com conhecimento em Libras para auxiliar nas eleições, sendo seu maior objetivo a remoção de barreiras de comunicação, a fim de possibilitar o adequado atendimento e orientação aos eleitores surdos ou com deficiência auditiva.

Projeto Coordenador de Acessibilidade - O projeto consiste na designação de um dos eleitores nomeados para a função de apoio logístico em cada local de votação para atuar na verificação das condições de acessibilidade do prédio utilizado como local de votação, na véspera da eleição, bem como prestar atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no dia do pleito. Com o objetivo de promover a eliminação de barreiras na comunicação e na informação, bem como redução das barreiras físicas e atitudinais, visando ao aprimoramento do atendimento prestado à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida no dia do pleito, assegurando, de forma incondicional, o exercício do voto e respeitando as necessidades de cada cidadão.

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Criação do Comitê Gestor da Equidade de Gênero, Raça e Diversidade;	Aprovação da Política de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP (Resolução n. 503/2020)
Apoio ao Comitê de Participação Feminina e à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	Realização do Diagnóstico de Acessibilidade e Inclusão por meio do instrumento de autoavaliação elaborado pela Rede de Acessibilidade

NÚMEROS DAS ELEIÇÕES

7.344 locais de votação com seções eleitorais em ambientes acessíveis

10.804 Coordenadores de Acessibilidade para auxiliar pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia da votação

753 colaboradores como Apoio Logístico com conhecimento em Libras

234 municípios com transporte específico

180 municípios disponibilizaram transporte específico no dia do pleito

Celebração de parceira com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo para uso de sua Central de Intermediação em Libras - CIL (serviço de intérpretes de Libras). Foi realizado plantão para uso dos apoios logísticos para apoiar, por videochamada, no atendimento e esclarecimento de dúvidas de eleitores com deficiência auditiva nos dois turnos de votação na capital

AÇÕES DE DESTAQUE

REINSERÇÃO SOCIAL

Voto dos presos provisórios e menores internados

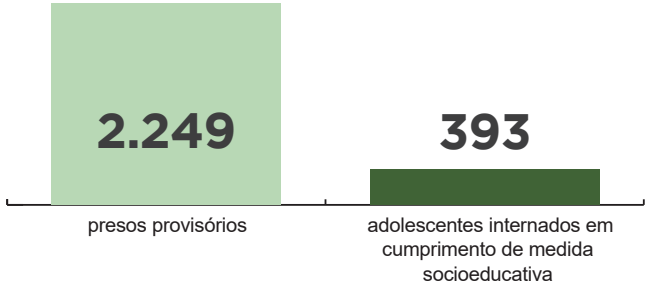
Em conjunto com a Asspe - Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições, a Corregedoria coordenou, orientou e acompanhou os trabalhos de alistamento eleitoral e transferência temporária para o voto dos presos provisórios e dos adolescentes internados em Unidades da Fundação Casa, com início em março de 2020 e término em outubro de 2020.

Realizou, também, o acompanhamento e a análise das estatísticas preenchidas pelos cartórios eleitorais envolvidos.

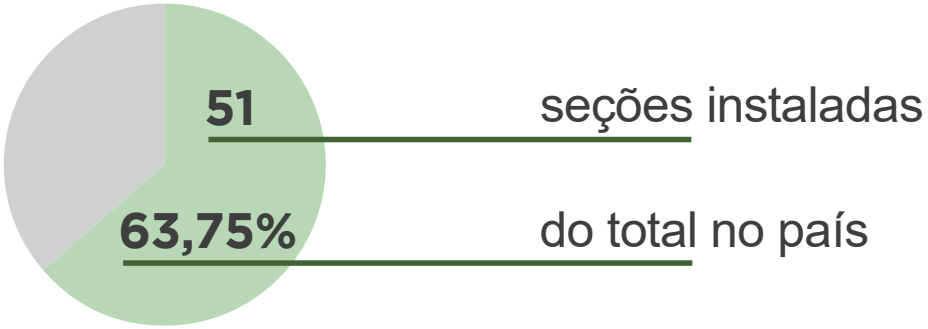
Dessa forma, desenvolveu e divulgou as instruções para o cumprimento do projeto, pelas zonas eleitorais, assim como para o preenchimento das estatísticas pertinentes. Realizou testes de configuração e inclusão de dados e quesitos no sistema Unidades Prisionais para captação da pesquisa estatística e prestou orientações, esclarecendo dúvidas dos cartórios eleitorais por telefone, e-mail, Citsmart e WhatsApp Business.

Ao todo, foram digitados e deferidos 4.564 RAEs, ao passo em que houve registro de 1.262 RAEs indeferidos, em especial pela ausência de documentação. Ademais, no que tange à transferência temporária da inscrição para exercício do voto na unidade prisional, foram registrados 2.536 solicitantes, dentre presos provisórios e adolescentes internados, com a devida habilitação no sistema ELO.

Habilitados para votar no 1º turno das eleições municipais de 2020



Seções instaladas para receber os votos de presos provisórios e adolescentes internados



Programa de penas alternativas

Desde 2015, o TRE-SP aderiu ao Programa Penas Alternativas e implementou projeto que tem como objetivo a conjugação de um programa de reinserção social com medidas voltadas a prestar auxílio às atividades administrativas do cartório, de forma a contribuir tanto para a consecução do papel social desta Instituição como para o objetivo estratégico do Poder Judiciário, qual seja, o de garantir os direitos da cidadania.

Em 2020, verificou-se uma redução do número de beneficiários do programa, como consequência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que ensejou a determinação da suspensão dos trabalhos presenciais nas unidades da Justiça Eleitoral por um período no ano de 2020 e depois a redução das atividades presenciais, situação que perdura até o presente momento.

Em que pese a redução dos beneficiários recebidos no ano de 2020, o programa continua muito bem avaliado pelos participantes, sendo que 81% desses o avaliam como bom (nota 4) ou ótimo (nota 5).

MACRODESAFIO 2: COMBATER A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ESTRATÉGIAS

Promover a Educação Eleitoral, transmitindo para a sociedade informações sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

Disseminar informações sobre o Código de Ética do TRE-SP, com o objetivo de contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional visando intensificar o respeito e a legitimação da sociedade quanto à atuação do TRE-SP.

Melhorar o controle e a fiscalização do gasto público.

INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 6

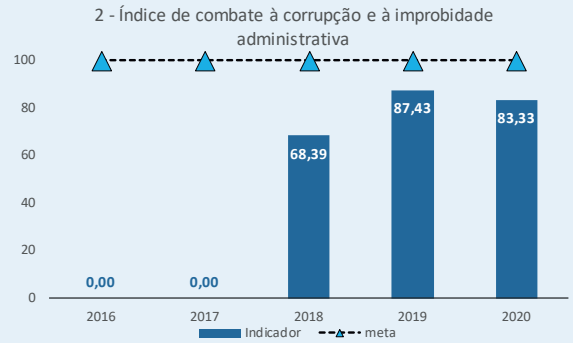
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

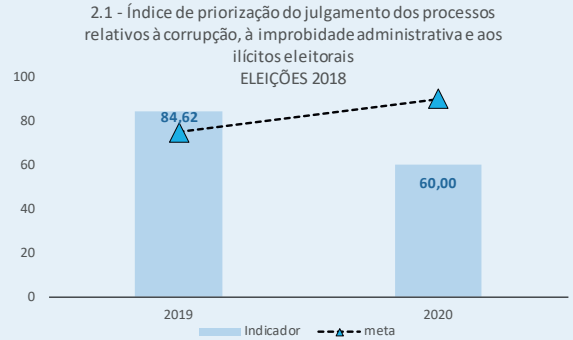
Disponibilização de canal de denúncia (Ouvidoria, Pardal)

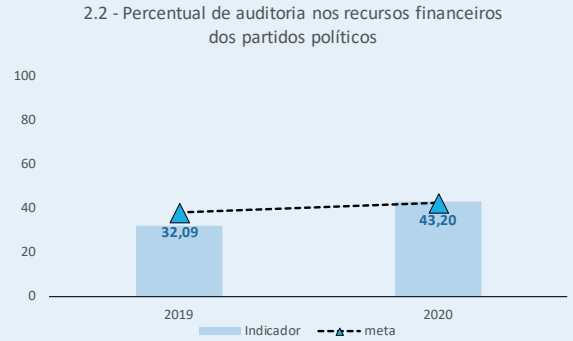
Criação do Estatuto de Auditoria Interna

Código de Ética da Unidade da Auditoria Interna

INDICADORES







MACRODESAFIO 3: PROMOVER A CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

ESTRATÉGIAS

Priorizar a tramitação de processos eletrônicos e permitir o acesso online de servidores, advogados e demais interessados aos processos judiciais e administrativos.

Reduzir o número de processos pendentes de julgamento, tanto no primeiro quanto no segundo grau (juízes eleitorais e Corte do TRE-SP).

Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda do mandato eletivo, fixando prazo máximo de julgamento por instância.

Zelar pela eficiência dos serviços prestados pelos cartórios eleitorais.

INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 6

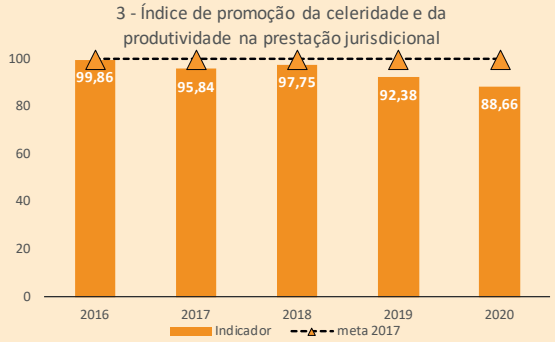
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

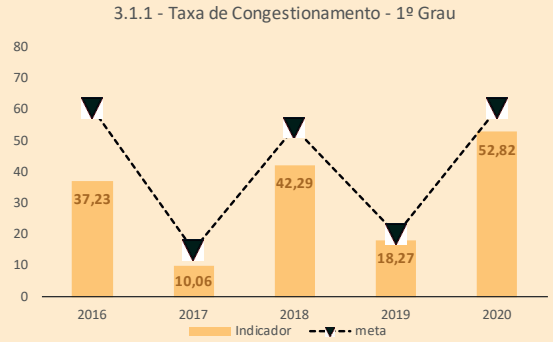
Transmissão e disponibilização das sessões de julgamento no Youtube

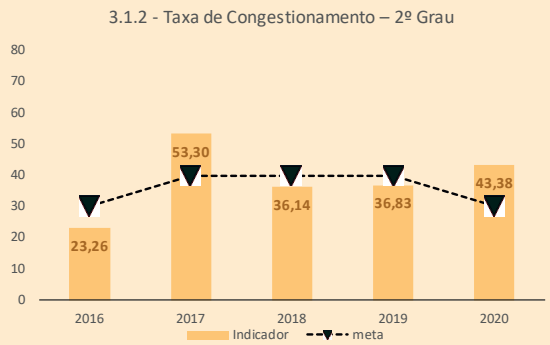
Núcleo Suporte Pje

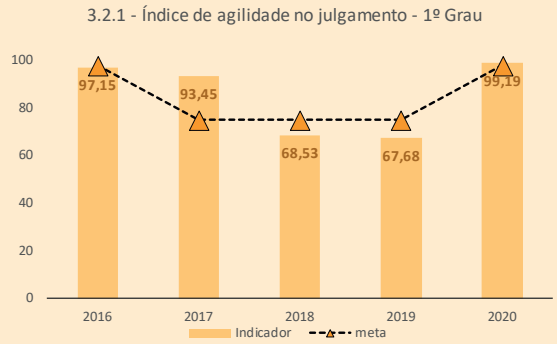
Disponibilização de sistema de agendamento para atendimento presencial de candidatos e representantes de partidos políticos para cumprimento de diligências em processos de registro de candidatura

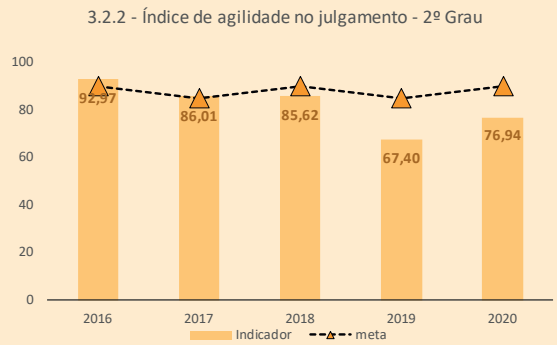
INDICADORES











AÇÕES DE DESTAQUE

Sessões de julgamento por videoconferência

As sessões de julgamento da Corte que até março de 2020 eram realizadas no plenário do Tribunal, com capacidade para 80 pessoas, de forma inédita, passaram a ser realizadas virtualmente, por videoconferência, e transmitidas pelo Canal do TRE no YouTube.

Essa nova modalidade alavancou o acesso à justiça e deu maior transparência na prestação jurisdicional. Toda a população do Estado de São Paulo foi beneficiada ao ter a sua disposição a possibilidade de acompanhar o julgamento, pelo Tribunal, dos recursos de registro dos candidatos de seus municípios.

O número de visualizações dos vídeos das sessões plenárias foi exponencialmente crescente ao longo do ano de 2020: 2.147 em julho, 6.899 em agosto, 10.610 em setembro, 16.488 em outubro e 99.697 em novembro. A sessão de 13 de novembro atingiu o maior número de visualizações: 15.807.

As sustentações orais passaram a ser feitas remotamente, o que permitiu que advogados das cidades mais distantes da capital e até mesmo de outros estados representassem seus clientes nas sessões de julgamento do Tribunal.

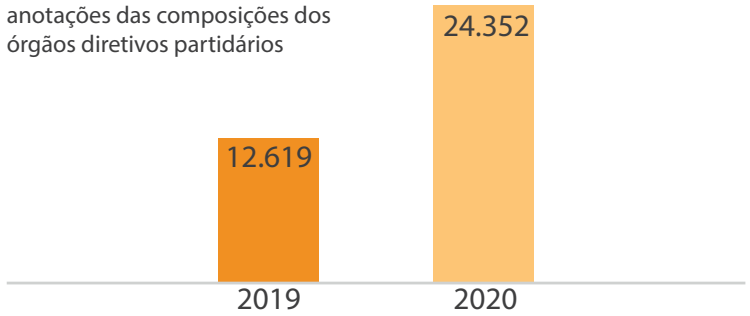
número de visualizações dos vídeos das sessões plenárias

Cadastro Partidário

Os partidos políticos devem comunicar à Justiça Eleitoral a constituição de seus órgãos e os nomes dos integrantes da agremiação.

Em ano de eleições municipais, o número de agremiações partidárias envolvidas no processo eleitoral é bastante volumoso, pois os órgãos partidários municipais são os legitimados para apresentar na Justiça Eleitoral os pedidos de registro de candidaturas de prefeitos e vereadores. Para isso, é necessário que estejam regularmente anotados nesta Justiça Especializada.

Em 2020, efetivamente, houve um aumento significativo do número de anotações das composições dos órgãos diretivos partidários, pela Assistência de Atos Partidários – AstAP. Conforme gráfico abaixo, verifica-se que em 2020 houve 24.352 anotações, o dobro do ocorrido em 2019, 12.619.



Outra ação realizada foi o restabelecimento, em 25 dias, de 2.230 órgãos partidários que se encontravam suspensos em decorrência de contas julgadas não prestadas, em cumprimento à determinação expressa da Res./TSE nº 23.617/20, em face da ADI nº 6032/2018, que conferiu interpretação conforme a Constituição às normas do art. 47, caput e § 2º, da Res./TSE 23.432/2014, do art. 48, caput e § 2º, da Res./TSE 23.546/2017 e do art. 42, caput, da Res./TSE 23.571/2018, afastando qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995.

Em que pese a pandemia decorrente da Covid-19 ter exigido adaptação ao trabalho remoto em curto espaço de tempo, todos os pedidos formulados pelos órgãos partidários foram levados a efeito no prazo legal, garantindo que as agremiações, por ocasião da realização de suas convenções destinadas à escolha de candidatos e deliberação acerca de formação de coligações, tivessem os seus dados anotados na Justiça Eleitoral.

AÇÕES DE DESTAQUE

O sistema Codipel – Sistema de Comunicação de Óbitos e Suspensão de Direitos Políticos, há 5 anos em operação, é utilizado para o registro de comunicações de óbito.

Além de todas as verificações prévias, realizadas pelos Cartórios, mensalmente são gerados no Codipel relatórios de auditoria, que se destinam ao acompanhamento da recepção e processamento dos óbitos, mediante os critérios de comparação mais refinados - os que consideram os quatro dados biográficos e que se assemelham ao batimento periódico realizado no Cadastro Nacional de Eleitores.

Por meio da auditoria detectam-se as comunicações sem andamento, descartadas indevidamente e concluídas sem lançamento de ASE 019, permitindo a atuação direta nos cartórios responsáveis, visando não somente à correção das falhas, como também à orientação dos usuários no correto uso da ferramenta.

REGISTROS LANÇADOS AUTOMATICAMENTE:

Até nov. 2020: 280.862

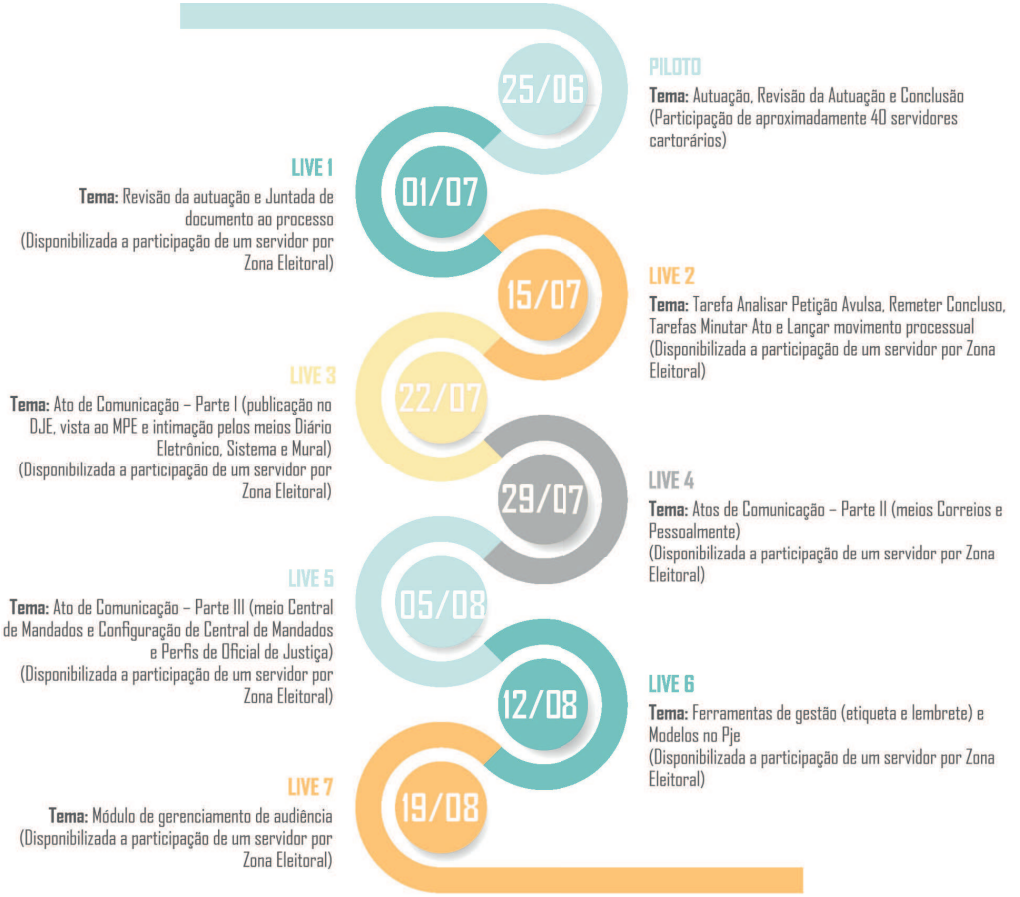
CODIPEL
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE ÓBITOS E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

NÚMERO DE COMUNICAÇÃO DE ÓBITOS, COM RECEBIMENTO E ENCAMINHAMENTO AUTOMÁTICOS PELOS SISTEMA:

- Enviadas diretamente para a Zona Eleitoral: 321.766
- Enviadas a outros Estados: 12.361
- Enviadas diretamente para a Corregedoria: 10.789

PROJETO “LIVES DURANTE A QUARENTENA”

Com o objetivo de identificar as principais dificuldades dos servidores no uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe), bem como a desmistificação do sistema, entre junho e agosto de 2020, a Corregedoria idealizou e promoveu, ao todo, sete encontros com os servidores dos cartórios, por meio da plataforma Zoom, para tratar sobre atividades corriqueiras no uso do sistema PJe, implantado no segundo semestre de 2019 no primeiro grau de jurisdição.



MACRODESAFIO 4: FORTALECER A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

ESTRATÉGIAS

Expandir o cadastramento biométrico: O Programa de Identificação Biométrica do Eleitor da Justiça Eleitoral tem como principal objetivo fortalecer a segurança do processo eleitoral, por meio do registro da impressão digital dos eleitores, a fim de garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que aquele que se apresentar para o exercício do voto seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral/ revisão.

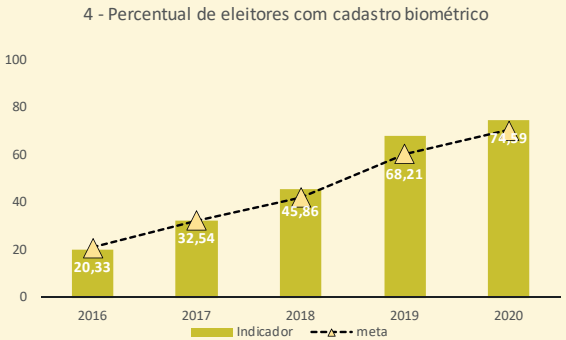
Gerir os riscos de eleição: identificar, analisar e promover o tratamento de eventos que possam ter impactos negativos nas atividades do processo eleitoral. A Gestão de Riscos da Eleição é um instrumento importante para fortalecer a capacidade da Justiça Eleitoral paulista na entrega de eleições justas e limpas à sociedade.

Implementar o Plano Integrado de Eleições: instrumento usado para planejar, acompanhar a execução e avaliar as diversas atividades de preparação do processo eleitoral nas unidades do TRE-SP, fortalecendo a gestão das eleições.

Aprimorar a segurança da informação.

Aperfeiçoar as práticas de governança e gestão de TIC.

INDICADORES



INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 5

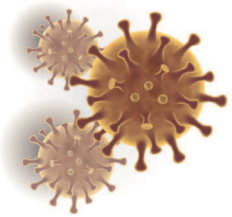
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

Designação da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica

Gestão de Riscos da Eleição 2020

Implementação de ações no âmbito do "Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020".

AS ELEIÇÕES E A PANDEMIA



O impacto da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da propagação do novo coronavírus (Covid-19), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), afetou sensivelmente a preparação das eleições municipais de 2020.

A Administração adotou diversas medidas para a contenção da curva epidêmica e para preservação da capacidade de atendimento do sistema de atendimento à saúde,. Além disso, a necessidade da cooperação concreta das entidades públicas e privadas para evitar a propagação da Covid-19 ensejou a suspensão do atendimento presencial ao público em 17 de março de 2020, a suspensão do expediente nas zonas eleitorais, postos e pontos de atendimento, inclusive aqueles instalados no Poupatempo, em 20 de março, e a interrupção das atividades presenciais na Secretaria do Tribunal, em 25 de março (Portarias TRE-SP 69, 70, 73, 76, 79/2020 e Resolução 490/2020).

A suspensão do atendimento presencial não impediu a manutenção das equipes de trabalho em plena atividade para assegurar a preparação das eleições.

Entre os meses de março até 6 de maio, o foco foi propiciar o atendimento aos eleitores de forma remota, mantendo o distanciamento social e preservando a saúde de eleitores e servidores. O aprimoramento da ferramenta Título Net atendeu a esse objetivo, possibilitando a prestação dos serviços de emissão da primeira via do título (alistamento), mudança de município (transferência), alteração de dados pessoais, alteração de local de votação por justificada necessidade de facilitação de mobilidade ou a regularização de inscrição cancelada (revisão).

Com o fechamento do cadastro, encerrando o atendimento ordinário ao público, o foco se voltou para a preparação das eleições, respeitando-se, contudo, o distanciamento social.

AÇÕES DE DESTAQUE

Especificamente sobre a votação dos eleitores, foram destaques, em razão da pandemia da Covid-19, o advento da Emenda Constitucional n. 107/2020, com o adiamento das eleições municipais de outubro de 2020 e respectivos prazos eleitorais, bem como as medidas adotadas em âmbito nacional pela Justiça Eleitoral:

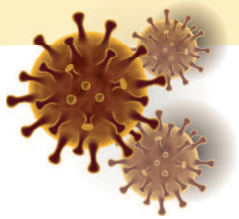
Estabelecimento de protocolos de segurança sanitária com base em consultoria especializada, com a definição de medidas para permitir que os ambientes de votação fossem considerados seguros para eleitores, colaboradores e servidores.

Obtenção de doações junto a empresas privadas de EPIs (máscaras, face shield, álcool gel, demarcadores de piso) para mesários e colaboradores.

Extensão do horário da votação.

Estabelecimento de horário preferencial de votação para maiores de 60 anos.

Possibilidade de apresentação de justificativa por meio do aplicativo e-Título.



Paralelamente a essas medidas, o TRE-SP investiu em outras ações para assegurar o distanciamento na fase de preparação das eleições, tais como:

Investimento em tecnologias para gerenciamento de equipes de forma remota.

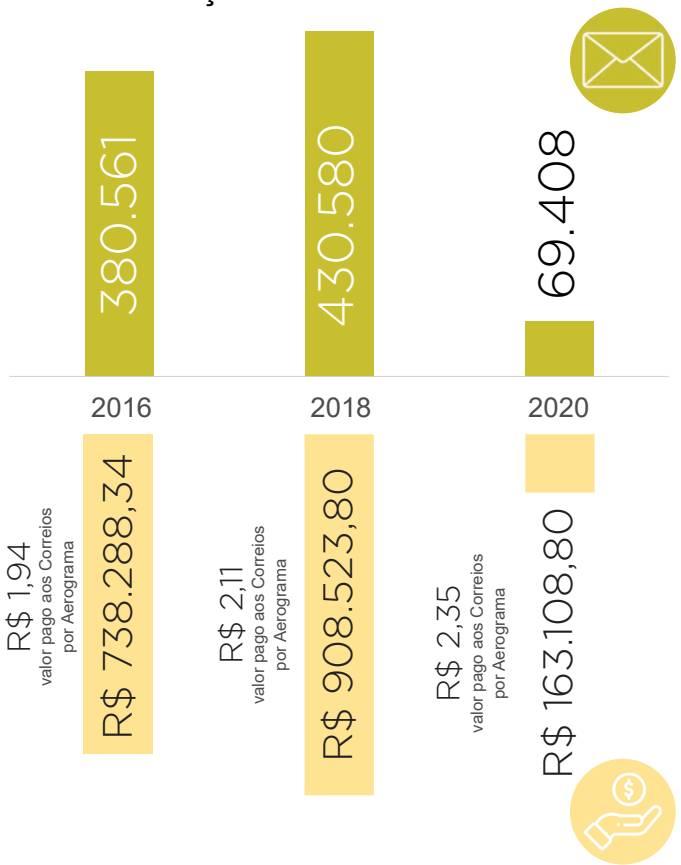
Estabelecimento de novos canais de comunicação com os servidores dos cartórios eleitorais de forma a assegurar a agilidade na comunicação e a padronização de procedimentos através da utilização das ferramentas Slack e CITSmart, além da implementação do Núcleo de Atendimendimento aos Cartórios Eleitorais - NACAN. Formado por uma equipe muldisciplinar, o NACAN pemitiu a troca de mais de 223 mil mensagens, diminuindo a distância entre os Cartórios Eleitorais de todo o Estado e a Sede do Tribunal.

Realização de cursos preparatórios com transmissão de informações sobre legislação eleitoral e sistemas eleitorais transmitidos ao vivo pela web. Destacamos os cursos de Registro de Candidaturas e o de Prestação de Contas de campanha, com mais de 500 participantes em cada um, cabendo apontar que todos os treinamentos transmitidos ao vivo ficaram disponibilizados em canal do YouTube para acesso em momento oportuno. Apontamos também o curso “Sistemas Eleitorais e Ecossistema de Urnas”, que foi disponibilizado em formato de vídeo em canal próprio do YouTube, para acesso por parte dos servidores.

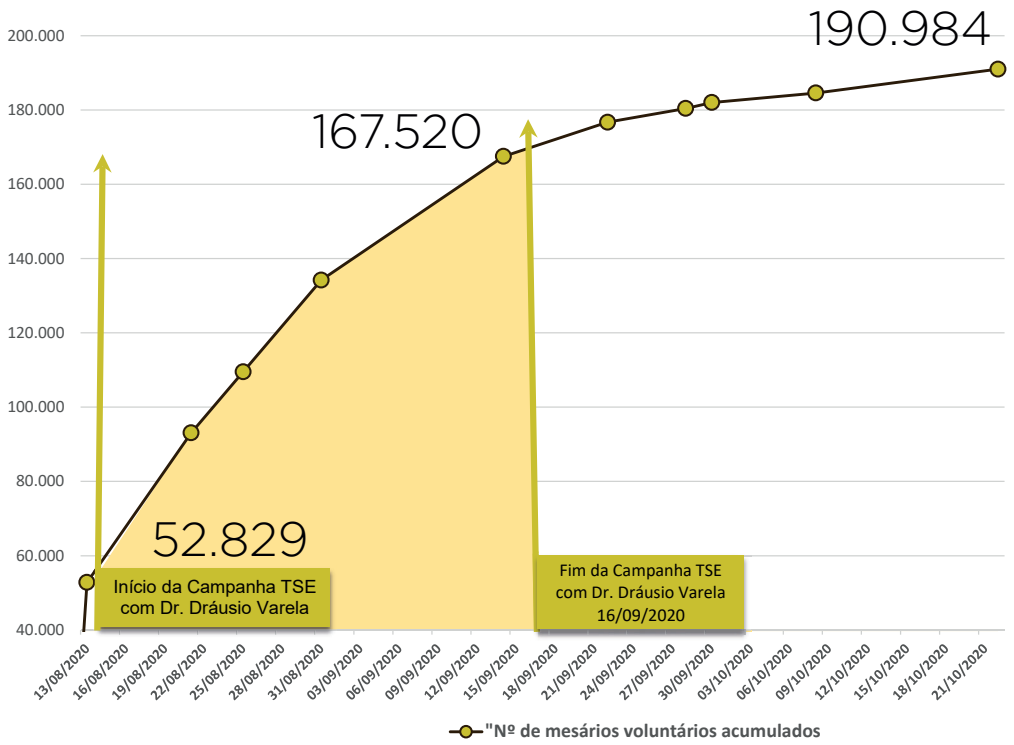
AÇÕES DE DESTAQUE

Convocação de 314.779 mesários por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e email, em substituição à convocação convencional por carta e oficial de justiça, com redução de custos (**economia de mais de R$ 745.000,00 em postagem**), redução do tempo de convocação e agilidade na nomeação, sem contar o efeito positivo na redução do consumo de papel, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;

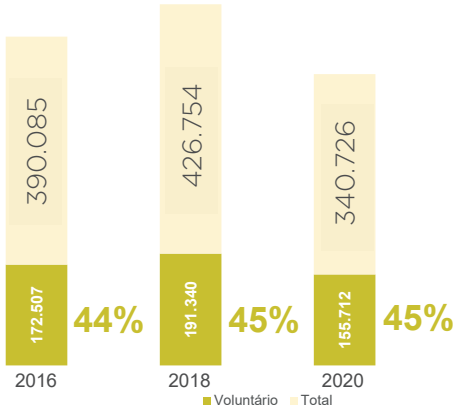
AEROGRAMAS EMITIDOS PARA A CONVOCAÇÃO DE COLABORADORES



Investimento em campanhas de arregimentação de mesários, resultando em mais de 190 mil mesários inscritos no Programa Mesário Voluntário em 2020;



Número de mesários voluntários efetivamente nomeados nas eleições (dados de 22/10/2020)



73%

315.179 colaboradores treinados virtualmente

23.668 mesários treinados pela plataforma de ensino moodle

291.511 mesários treinados pelo aplicativo MESÁRIOS

AÇÕES DE DESTAQUE

PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR

Objetivando mitigar os efeitos da paralisação das atividades e assegurar a continuidade das atividades inadiáveis, foram empregados diversos recursos tecnológicos para viabilizar a realização de trabalho remoto pelos servidores e assegurar o atendimento ao público, entretanto, apesar dos esforços empregados, a coleta dos dados biométricos restou prejudicada, pois impossível de se realizar em outra modalidade que não seja o trabalho presencial.

De fato, em 19 de março de 2020, foi editada a Resolução TSE n. 23.615/2020, a qual estabeleceu, no âmbito da Justiça Eleitoral, o regime de Plantão Extraordinário, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus, disciplinando o funcionamento em regime de plantão dos órgãos da Justiça Eleitoral. Referido normativo, determinou em seu art. 2º § 4º, a suspensão da coleta de dados biométricos durante o atendimento ao eleitor.

Ainda assim, na fase de atendimento presencial, foram coletados os dados de apenas 925.507 eleitores, apesar da interrupção do projeto em virtude da pandemia, não houve comprometimento da meta global que era chegar ao ano de 2020 com 23 milhões de eleitores cadastrados biometricamente.

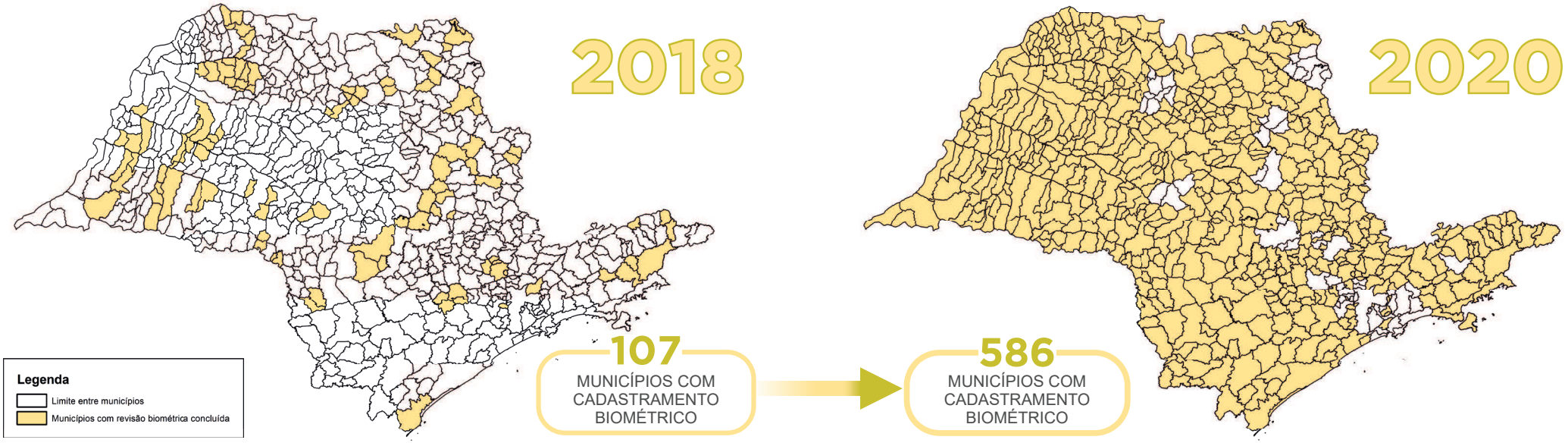
Desafios da biometria

O ano de 2021 representa um grande desafio para a continuidade do projeto de "Implantação do Sistema de Automação de identificação do Eleitor – Biometria", ante a dificuldade de se elaborar a programação de atividades, prazos e forma de atendimento ao público sem que previamente se tenha conhecimento de quando será possível a retomada do atendimento presencial dos eleitores, bem como sobre se será mantida a sistemática de coleta de digitais, foto e assinatura dos eleitores em ambientes físicos ou se será implementada uma ferramenta que permita a captura desses dados à distância, sem a necessidade de deslocamento do cidadão às unidades de atendimento da Justiça Eleitoral, reiterando-se que a coletas de dados biométricos encontra-se suspensa, até o presente momento, por força do disposto no art. 2º § 4º, da Resolução TSE n. 23.615/2020.

Panorama atual da biometria:

- Mais de 90% dos municípios com revisão concluída;
- 74,5% do eleitorado biometrizado (mais de 23.000.000 de pessoas)

EVOLUÇÃO DA BIOMETRIA EM TERMOS TERRITORIAIS



MACRODESAFIO 5: MELHORAR A GESTÃO DE PESSOAS

ESTRATÉGIAS

Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados.

Implantar programas e ações que promovam uma forma de gerir pessoas como parceiras de seu desenvolvimento e promotoras de mudanças organizacionais e que reflitam melhorias nas entregas e na imagem institucional.

Humanização nas relações de trabalho.

Adequada distribuição da força de trabalho.

Promover a valorização dos servidores.

INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 17

Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

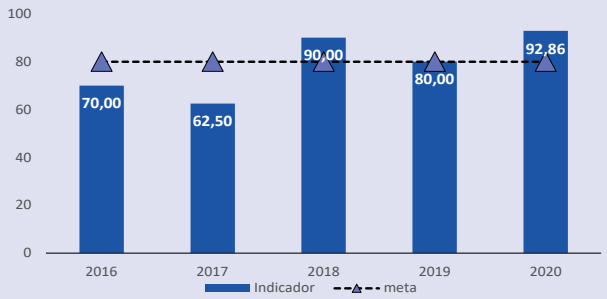
Elaboração da Política de Gestão de Pessoas de TIC

Segundo ciclo da avaliação gerencial

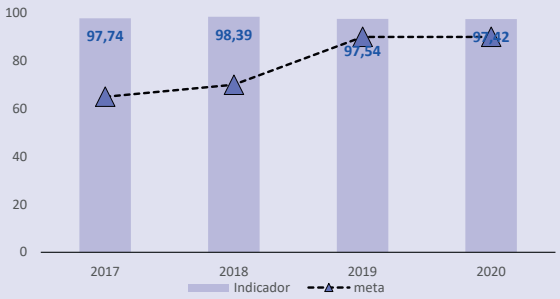
Implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências

INDICADORES

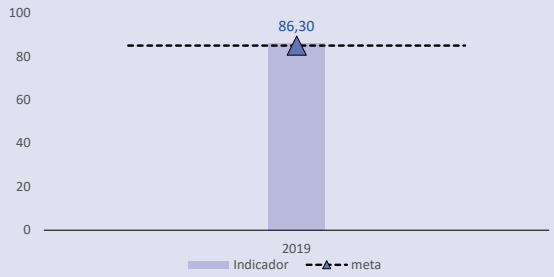
5 - Índice de governança em gestão de pessoas



5.1 - Grau de satisfação com o Programa Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)



5.2 - Índice de favorabilidade ao clima organizacional

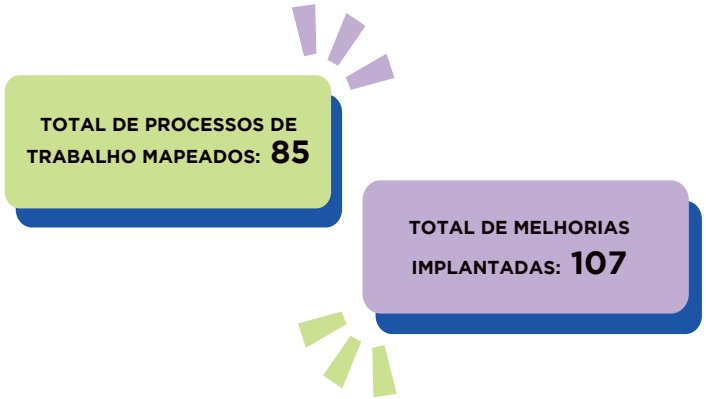


AÇÕES DE DESTAQUE

Finalização do mapeamento de processos da Secretaria Gestão de Pessoas (SGP)

Previsto no Plano Estratégico de Pessoas para o período 2018-2022, o projeto teve como objetivo a análise dos principais processos de trabalho da área de gestão de pessoas e identificação dos pontos passíveis de melhoria, em busca de maior efetividade na prestação de serviços.

O projeto atingiu o seu objetivo geral com a implementação de melhorias que já se encontram em execução nas unidades da SGP. Além disso, prevê-se a realização de revisão periódica dos processos de trabalho para a implementação de melhorias contínuas.



AÇÕES DE DESTAQUE

Implantação do sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

Projeto de âmbito nacional que visa racionalizar e maximizar a alocação da força de trabalho nas unidades da Justiça Eleitoral, além de fornecer ferramentas para o processo decisório na área de Gestão de Pessoas.

Secretaria	Quantidade de unidades da Secretaria		
Status	**Concluídos em 2020**	**Previstos para 2021**	**% Concluídos**
Entregas quantificadas	31	88	8%
Sistema DFT alimentado	31	88	8%
Indicadores calculados (Dashboard)	26	93	7%

Zonas Eleitorais	Quantidade de zonas eleitorais		
Status	**Concluídos em 2020**	**Previstos para 2021**	**% Concluídos**
Entregas quantificadas	56	337	14%
Sistema DFT alimentado	1	392	0%
Indicadores calculados (Dashboard)	1	392	0%

Implantação do Banco de Talentos

Concebido de forma alinhada à Gestão por Competências, o Banco de Talentos tem como propósito contribuir nos processos seletivos internos e na alocação de colaboradores em unidades compatíveis com seus perfis profissionais.

Conhecer os interesses e habilidades dos servidores proporciona maior facilidade na seleção daqueles interessados em participar de atividades fora de sua unidade de lotação, como por exemplo em grupos de trabalho, comissões, novos projetos, forças-tarefas e eventos.

Para a estruturação do Banco de Talentos, foi desenvolvido um sistema que possibilita a elaboração de perfis profissionais a partir de informações funcionais cadastradas no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH, e não funcionais, a partir da contribuição dos próprios servidores por meio do preenchimento dos campos disponibilizados.

Esse banco de dados permite que o servidor faça a edição permanente das informações que contribuam para a complementação de seu perfil, tais como declaração de experiências profissionais, áreas de atuação no Tribunal, habilidades pessoais, competências técnicas, comportamentais e gerenciais, bem como áreas de interesse para atuação futura dentro deste Regional.

O sistema foi implantado em abril de 2020 e fechou o ano com 291 currículos cadastrados.

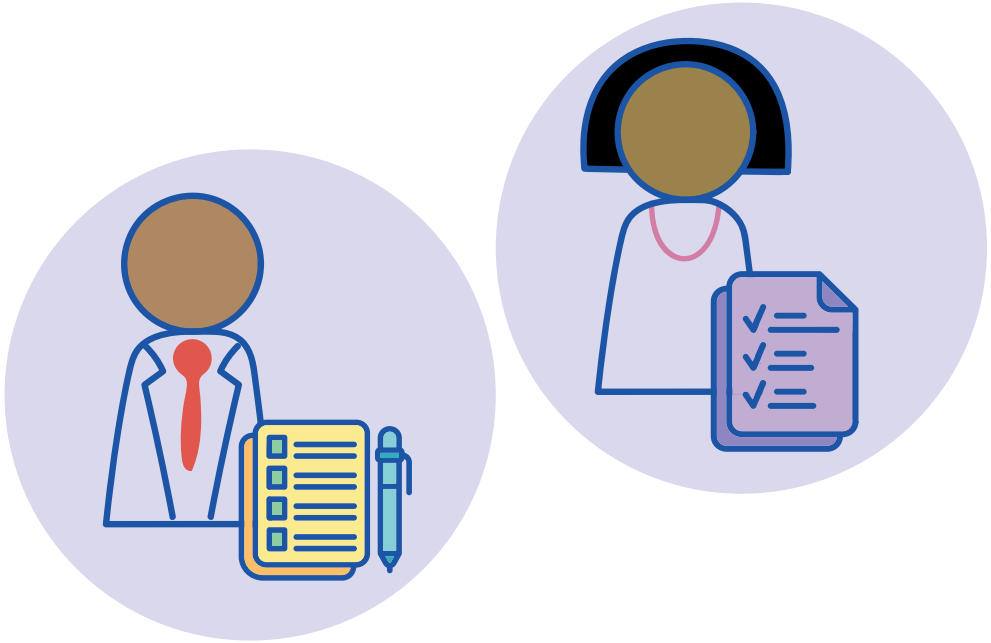
AÇÕES DE DESTAQUE

Processos seletivos por competências

Os processos seletivos por competências são realizados para a ocupação de funções de confiança, fundamentam-se na verificação e análise das competências técnicas, gerenciais e comportamentais, instrumentos da Gestão por Competências, conforme Resolução CNJ 240/2016, Resolução TSE 23.543/2017 e Resolução TRE-SP 425/2018.

Os concursos internos são norteados pela conjunção das atribuições da unidade com as competências do servidor (seleção por competências), incluindo análise curricular, dinâmicas e entrevistas, sempre buscando conciliar a identificação do perfil dos colaboradores e sua congruência com as vagas oferecidas. Além disso, possibilita-se ainda a participação isonômica de todos os servidores interessados.

Os processos seletivos por competências contribuem para a formação de uma cultura organizacional que prioriza o aperfeiçoamento e a potencialização do desempenho do servidor para a consecução dos objetivos estratégicos do Tribunal.



Seleções internas por competência realizadas em 2020

Cargo	Localidade
Chefe de Cartório do Interior	219ª ZE – Poá
	227ª ZE – Cotia
	323ª ZE – Paulínia
Assistente I	328ª ZE – Campo Limpo

Nomeações de servidores classificados no banco de chefes em 2020

Cargo	Localidade
Chefe de Cartório do Interior	020ª ZE - Valo Velho
	247ª ZE - São Miguel Paulista
	251ª ZE – Pinheiros
	258ª ZE - Indianópolis
	374ª ZE - Rio Pequeno
	390ª ZE – Cangaíba

MACRODESAFIO 6: APERFEIÇOAR A GESTÃO DE CUSTOS

ESTRATÉGIAS

Estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

Atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do órgão.

Execução de recursos em acordo com a programação orçamentária.

INICIATIVAS

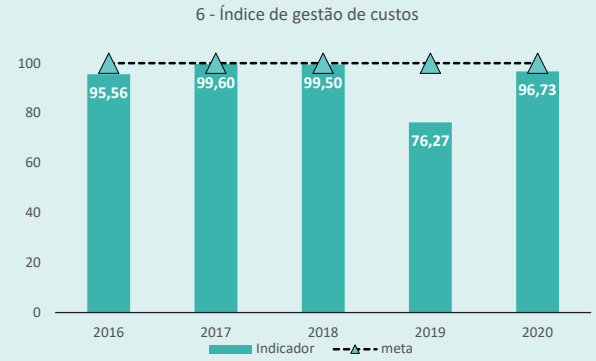
Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 5

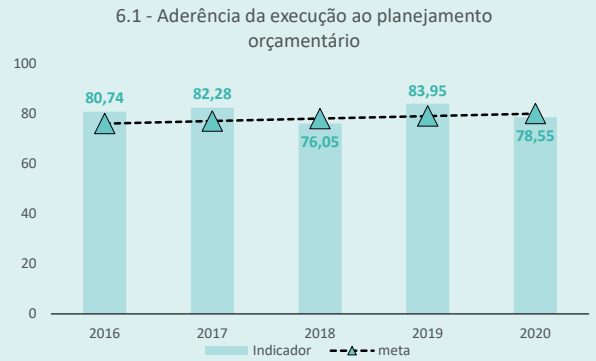
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

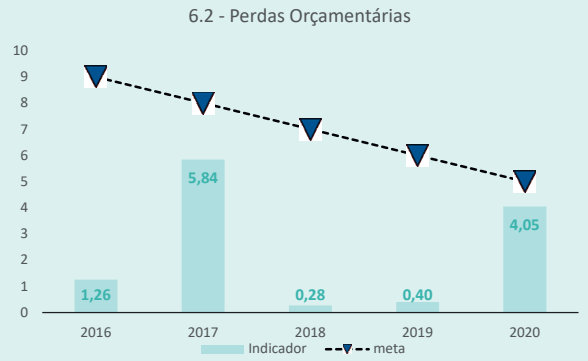
Reunião com os responsáveis pelo levantamento dos custos no TRE/SP

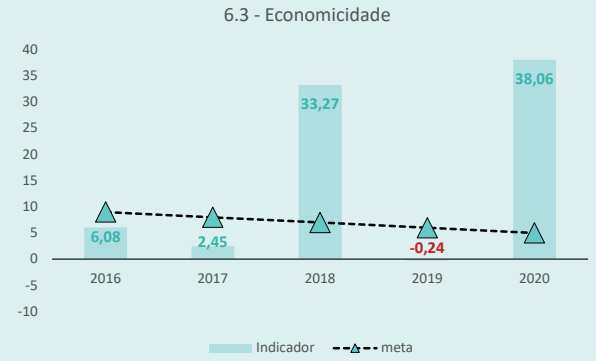
Junção física de Cartórios Eleitorais

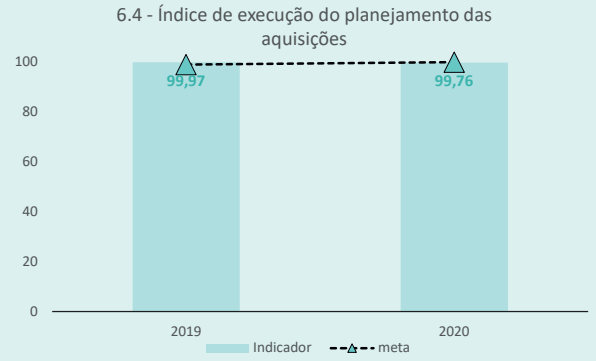
INDICADORES

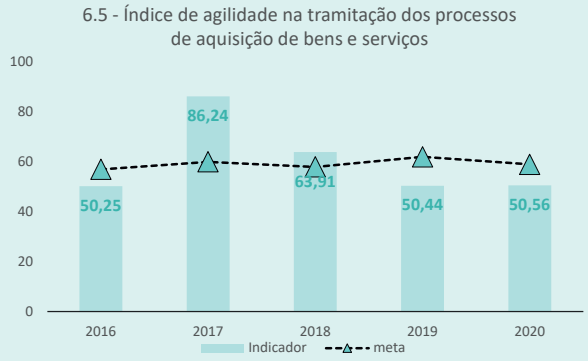












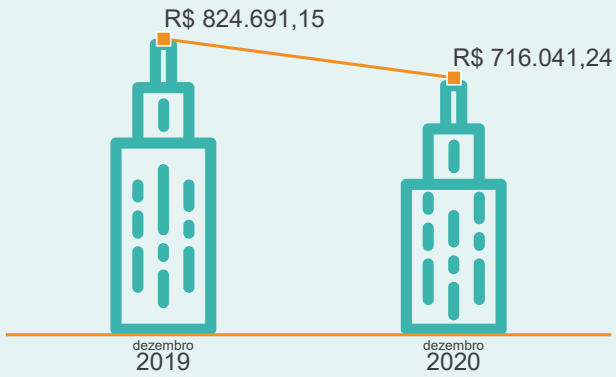
AÇÕES DE DESTAQUE

Locações de imóveis e equipamentos

Em virtude do elevado custo e da dificuldade de contratação de pessoal para realizar a manutenção preventiva dos prédios próprios, a administração do Tribunal adotou a locação como solução para a necessidade de ocupação de imóveis para desenvolvimento de suas atividades cartorárias.

As locações nos permitem optar por imóveis adequados, com a possibilidade de negociar com os locadores a assunção de eventuais obras, reformas e manutenções de maior porte, restando a este Regional apenas as manutenções ordinárias e com possibilidade de adicionar ou reduzir o quantitativo de imóveis locados, com base em critérios administrativos ou disponibilidade orçamentária.

Este Regional encerrou o ano de 2020 com 45 imóveis locados sendo: 02 para Sede, 02 para depósito de urnas e 41 para instalação de cartórios eleitorais. O custo dessas locações em dezembro de 2020 foi de R$ 716.041,24 enquanto em dezembro de 2019, o valor despendido foi de R$ 824.691,15.



custo de locações de imóveis

O sucesso na redução dos gastos com locação de imóveis se deu em função das intensas negociações travadas com os locadores para redução dos valores locatícios e substituição do índice utilizado para correção anual dos contratos, do IGPM (FGV) pelo IPCA (IBGE), permitindo o alinhamento orçamentário à Emenda Constitucional do Teto de Gastos.

Além dos imóveis locados, o Tribunal ocupa atualmente 19 imóveis próprios da União, com valor total estimado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET de R$124.993.839,79. Ocupamos, também, um imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo mediante Permissão de Uso do Imóvel a Título Precário e Gratuito (Decreto 22.868/86).

Houve a finalização de procedimento licitatório e a locação de purificadores de água através de procedimento de Registro de Preços para parte dos cartórios eleitorais do interior, conforme Processo SEI 0053911-63.2014.6.26.8000, e para os cartórios eleitorais da capital, nos termos do Processo SEI 0001994-92.2020.6.26.8000.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Durante 2020, foi continuado o projeto de junção de cartórios eleitorais, que consiste em reunir num mesmo imóvel duas ou mais serventias de acordo com a disponibilidade de espaço físico dos prédios, a fim de reduzir os gastos anuais com as locações de imóveis.

Em fevereiro foi realizada a junção da 247ª Z.E. - São Miguel Paulista com a 398ª Z.E. - Vila Jacuí. Atualmente encontram-se em fase final de desenvolvimento os estudos para preparação do prédio onde atualmente está instalado o cartório da 328ª Z.E. - Campo Limpo, para funcionamento conjunto com a 408ª Z.E. - Jardim São Luís.

MACRODESAFIO 7: INSTITUIR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

ESTRATÉGIAS

Estabelecer o sistema de governança e gestão corporativa, com a finalidade de aperfeiçoar a estratégia, garantir a constante melhoria do desempenho institucional, promover uma gestão eficiente e participativa, com foco no alcance dos resultados esperados e geração de valor para a sociedade.

Promover a gestão de riscos, definindo o Processo de Gestão de Riscos do TRE-SP, com a finalidade de ampliar a possibilidade do alcance dos objetivos institucionais.

INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 7

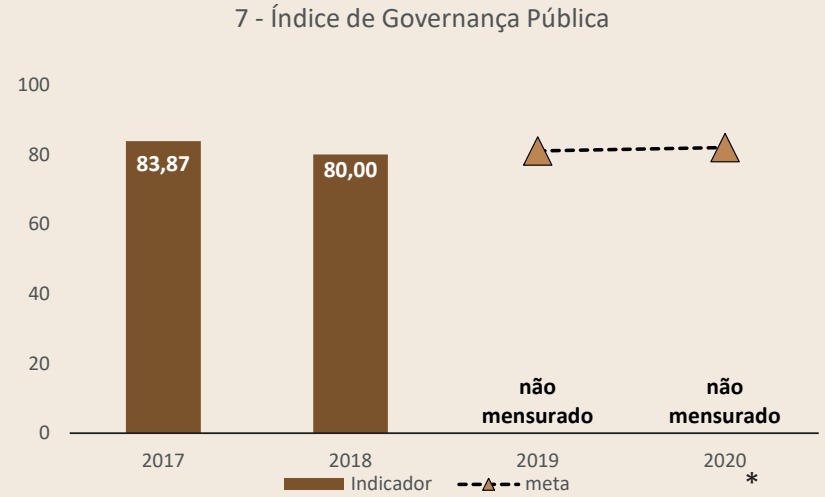
Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

Diagnóstico (ambiente interno e externo) – pesquisa SWOT

Criação do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade

Gestão da Acessibilidade

INDICADORES



*Este indicador restou prejudicado, uma vez que utiliza como base os resultados publicados pelo TCU relativos ao "Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública", que não ocorreu em 2019.

Maiores informações no site do TCU: https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-2021/

AÇÕES DE DESTAQUE

Implantar um modelo de governança traz inúmeros benefícios à Administração e à Sociedade. A previsibilidade das decisões permite maior transparência e também economia de recursos, uma vez que se evita retrabalho com fluxos decisórios redundantes ou falhos.

A governança dos Tribunais é mensurada anualmente por meio de um eixo homônimo dos critérios do Prêmio CNJ da Qualidade (que sucedeu em 2019 o antigo Selo Justiça em Números), em 2020 regulamentado pela Portaria CNJ nº 88/2020.

Em sua última edição, o eixo governança contou com nove critérios, com atingimento máximo de 200 pontos.

O TRE-SP somou 150 pontos no eixo em tela, perfazendo 75% da pontuação total. Importante ressaltar que foi obtida a nota máxima em sete dos nove critérios, restando aquém apenas o Índice de Desempenho de Sustentabilidade e a Capacitação dos servidores no curso “Nivelamento dos servidores do Poder Judiciário”.

A fim de otimizar sua avaliação de governança e atingir o macrodesafio correspondente, o TRE-SP, no exercício 2020 encampou uma série de ações, como os exemplos a seguir:

1. Manutenção da realização periódica das Reuniões de Avaliação da Estratégia, conforme determina a Res. CNJ nº 198/2014;

2. Intensificação dos trabalhos do Comitê Orçamentário da Política de Priorização do 1º Grau;

3. Criação do Comitê Gestor da Equidade de Gênero, Raça e Diversidade;

4. Criação do Gabinete de Crise para acompanhar e articular as ações relativas às medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (Portaria TRE-SP nº 175/2020). Quanto a esse Gabinete, destaque-se o seu caráter multidisciplinar e a preocupação com a continuidade dos trabalhos, uma vez que foram incluídos em sua composição os futuros gestores do TRE-SP;

5. Divulgação prévia do cronograma de elaboração do ciclo 2021-2026 do Planejamento Estratégico;

6. Edição do Estatuto de Auditoria Interna e do Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna, dando cumprimento à Res. CNJ nº 309/2020, além de conduzir estudos no sentido de criar, sem ônus para a Administração, a Unidade de Auditoria Interna, como dispõe a Res. CNJ nº 308/2020.

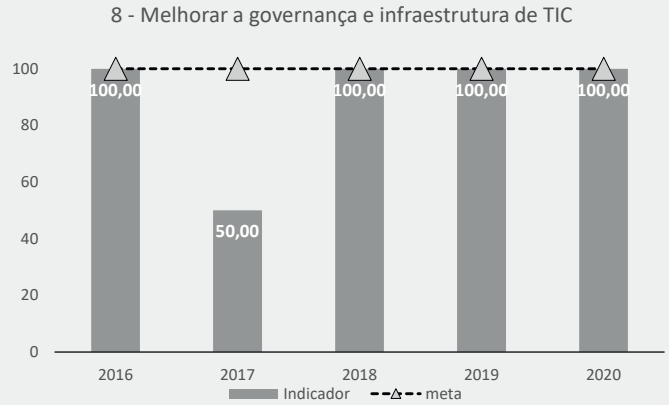
MACRODESAFIO 8: MELHORAR A GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

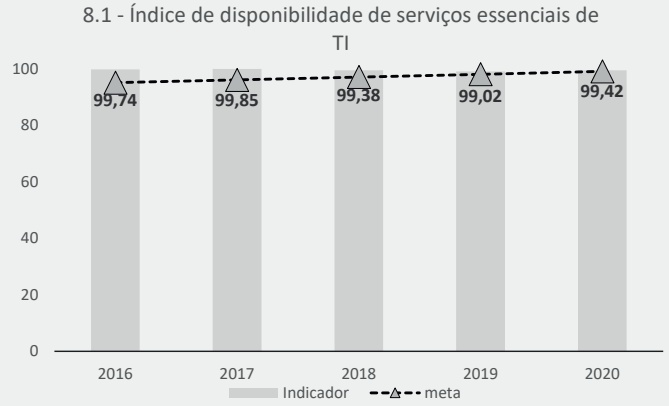
ESTRATÉGIAS

Incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

Otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

INDICADORES





INICIATIVAS

Iniciativas estratégicas em execução (em andamento) em 2020: 8

Iniciativas estratégicas com resultado de maior impacto em 2020 para este Macrodesafio:

Quanto ao aprimoramento na Governança de TIC, o TRE-SP avançou do nível "satisfatório" para o grau de "excelência", atingido após grande esforço dos servidores e gestores para garantir a implantação dos processos previstos no Diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

A revisão dos indicadores de desempenho do Plano Estratégico de TIC (PETIC) aperfeiçoou a aferição dos resultados, permitindo a identificação de oportunidades de melhoria, além de garantir alinhamento ao art. 26 da Res. CNJ 211/2015 e contribuir para o atingimento do grau de excelência.

Como consequência da pandemia e a necessidade de estabelecimento do trabalho remoto, a STI adequou a infraestrutura de tecnologia da informação existente utilizando ferramentas e boas práticas de Segurança da Informação de modo a garantir confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados e a proteção dos acessos à rede do TRE-SP e aos sistemas. Tais ações, juntamente com a implantação da VPN, possibilitaram a realização de trabalho remoto e permitiram que aproximadamente 3.220 servidores e colaboradores do TRE-SP da Secretaria e Cartórios Eleitorais realizassem as atividades na segurança de seus lares. Para tanto, foi necessária a preparação de cerca de 2.300 microcomputadores e a cessão de 97 notebooks adicionais para servidores da Secretaria.

A implantação de solução de videoconferência possibilitou a realização de reuniões virtuais e seminários remotamente, durante a pandemia, totalizando mais de 2.700 reuniões e 102 seminários.

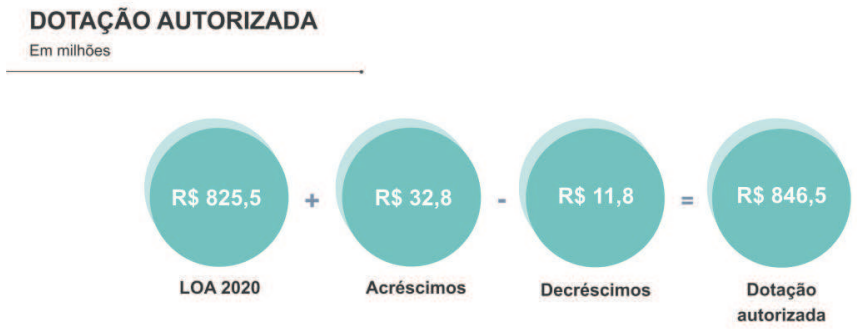
A Gestão da Segurança da Informação e a implantação de boas práticas foram fundamentais ao trabalho remoto seguro e, principalmente, à realização das atividades de preparação das Eleições 2020, com diversos procedimentos de segurança, desde a criptografia na conexão e transmissão de dados até a implementação de configurações e bloqueios de firewall, proxies, controle de acesso e, no caso do cartório, utilização de equipamentos acrescidos com o Subsistema de Instalação e Segurança (SIS) nas estações, que representa um recurso adicional à proteção das informações. Como resultado, novamente, não houve ocorrências de incidentes de segurança da informação que tenham impactado a continuidade dos serviços essenciais de TIC.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

DOTAÇÃO AUTORIZADA

A Lei nº 13.978/2020 - LOA/2020 - consignou ao TRE-SP a dotação inicial de R$ 825,5 milhões para o orçamento ordinário. No decorrer do exercício, alterações orçamentárias da ordem de R$ 21 milhões elevaram a dotação autorizada para R$ 846,5 milhões.



Em R$

AÇÃO	GND	Dotação inicial	Acréscimos	Decréscimos	Dotação autorizada
ATIVOS	1	463.253.592	5.714.076		468.967.668
APOSENTADORIAS E PENSÕES	1	177.584.433	5.657.347	-1.200.000	182.041.780
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	1	74.304.256	13.961.855	-600.000	87.666.111
AUX. ALIMENTAÇÃO	3	21.903.577	385.978		22.289.555
ASSISTÊNCIA MÉDICA	3	15.193.947	2.831.765		18.025.712
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	3	3.268.659		-350.000	2.918.659
AUX. TRANSPORTE	3	818.416		-187.000	631.416
AUX. NATALIDADE E FUNERAL	3	564.332		-100.000	464.332
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM.	3	67.665.871	58.391	-8.619.755	59.104.507
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADM.	4	263.516	4.158.861		4.422.377
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9	715.107		-715.107	0
TOTAL		825.535.706	32.768.273	-11.771.862	846.532.117

O acréscimo de R$ 32,8 milhões destinou-se à complementação de recursos para despesas com ativos e inativos, decorrentes de novos provimentos e aposentadorias, para cobertura da majoração da alíquota da contribuição patronal, para assistência médica e auxílio-alimentação, além de investimentos.

O decréscimo de R$ 11,8 milhões corresponde ao cancelamento parcial de sobras apuradas ao final do exercício, nas dotações destinadas a aposentadorias, contribuição patronal do PSSS, assistência pré-escolar e auxílio-transporte. Houve, ainda, redução considerável na ação “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral”, GND 3 - Outras Despesas Correntes, destinada à manutenção da infraestrutura física do órgão, no montante de R$ 8,5 milhões. A diminuição foi decorrente dos efeitos da pandemia de Covid-19, que levou ao fechamento temporário dos cartórios eleitorais e da Secretaria, com a adoção do trabalho remoto para os servidores, resultando em menores despesas com terceirizados, Poupatempo, materiais de consumo, diárias, passagens aéreas e contas públicas. Parte das sobras foi remanejada para a rubrica de investimentos do TRE-SP e o restante, direcionado ao Tribunal Superior Eleitoral, para aproveitamento em outros projetos prioritários da Justiça Eleitoral. Os recursos consignados na ação “Reserva de Contingência Fiscal” foram remanejados para cobertura da majoração da contribuição patronal do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores, conforme Emenda Constitucional 103, de 2019 (Reforma da Previdência).

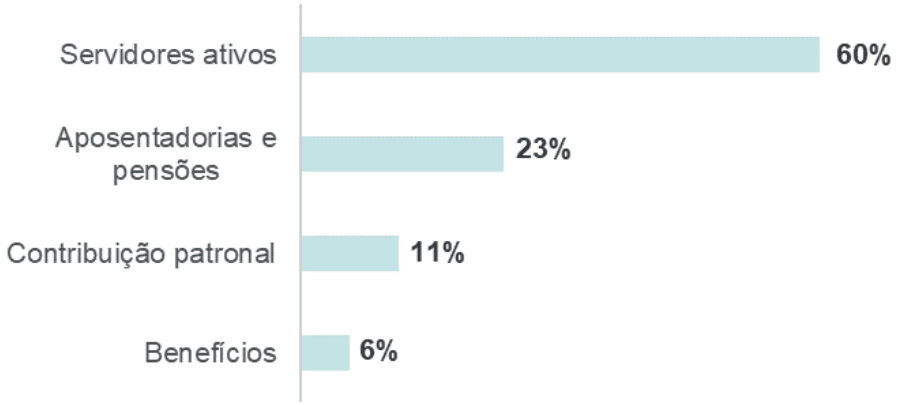
EXECUÇÃO

Da dotação autorizada de R$ 846,5 milhões:

99,1% EMPENHADO · **98,8%** LIQUIDADO · **98,8%** PAGO

Despesas obrigatórias

Total empenhado: R$ 775,8 milhões



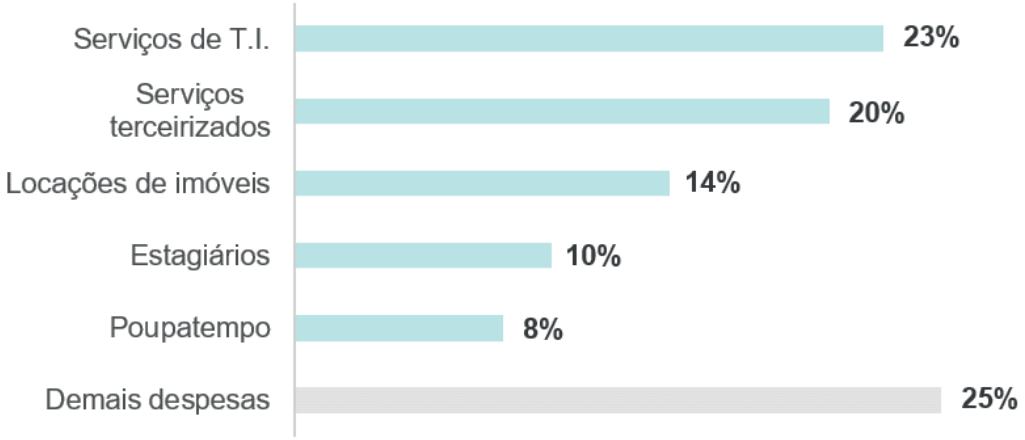
DETALHAMENTO DAS DESPESAS EMPENHADAS

Do total empenhado de R$ 839,1 milhões:

92,5% DESPESAS OBRIGATÓRIAS · **7,0%** DESPESAS DISCRICIONÁRIAS CUSTEIO · **0,5%** DESPESAS DISCRICIONÁRIAS INVESTIMENTO

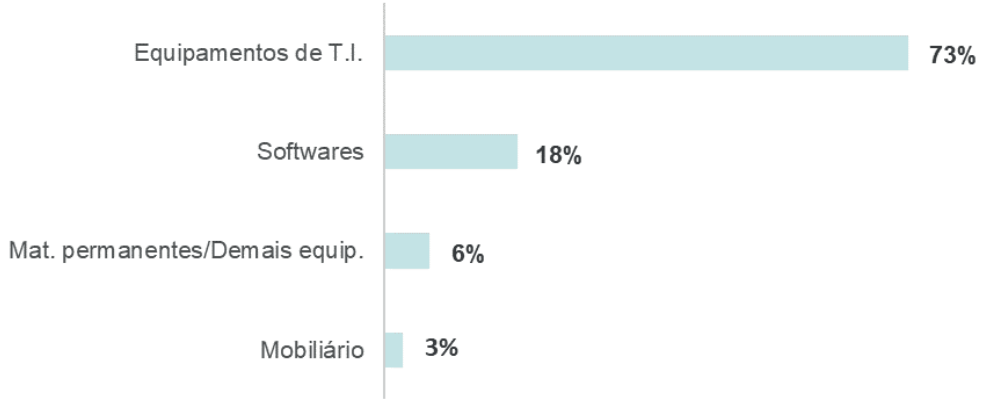
Despesas discricionárias de custeio

Total empenhado: R$ 58,9 milhões



Despesas discricionárias de investimento

Total empenhado: R$ 4,4 milhões



O TRE-SP busca alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional à sociedade, frente à limitação de gastos imposta pela EC 95/2016, que adotou o Novo Regime Fiscal, mais conhecido como Teto de Gastos. Para tanto, as demandas são priorizadas levando-se em conta os recursos disponíveis, com a adoção de práticas que objetivam redução de custos, aperfeiçoamento dos processos de trabalho e novas formas de atendimento ao público.

Tal conduta está em consonância com o Plano Estratégico Institucional 2016-2021, que tem entre seus indicadores “Aderência da execução ao planejamento orçamentário” e “Perdas orçamentárias”.

Em 2020, o Tribunal atingiu 98,18% e 100,00% da meta para esses indicadores, respectivamente.

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – BIÊNIO 2019/2020

Em R$

	2020				2019				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
	"DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)"	"EMPENHADO (B)"	"PAGO (C) "	"RESTOS A PAGAR* (D)"	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	EMPENHADO (F)	"PAGO (G) "	"RESTOS A PAGAR* (H)"	"(%) (B/F)"	"(%) (D/H)"
DESPESAS OBRIGATÓRIAS	783.005.233	775.788.754	775.124.912	663.842	767.289.329	764.898.891	764.712.084	186.807	1%	255%
CUSTEIO	59.104.507	58.994.546	57.913.868	1.080.678	73.551.405	73.526.558	71.636.587	1.889.971	-20%	-43%
INVESTIMENTOS	4.422.377	4.369.181	3.317.100	1.052.081	11.844.294	11.844.243	8.218.151	3.626.092	-63%	-71%
Total geral	846.532.117	839.152.481	836.355.880	2.796.601	852.685.028	850.269.692	844.566.822	5.702.870	-1%	-51%

* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, não processados e processados.

ANÁLISE COMPARATIVA

Despesas Obrigatórias

Nessa categoria, o incremento líquido dos valores empenhados foi de 1%.

Houve significativa necessidade de suplementação de recursos para custear a majoração da alíquota da contribuição patronal, em função da EC 103/2019 (Reforma da Previdência).

Quanto aos benefícios, destaca-se o reajuste de 16% em assistência médica a partir de janeiro de 2020, conforme autorizado pelo TSE.

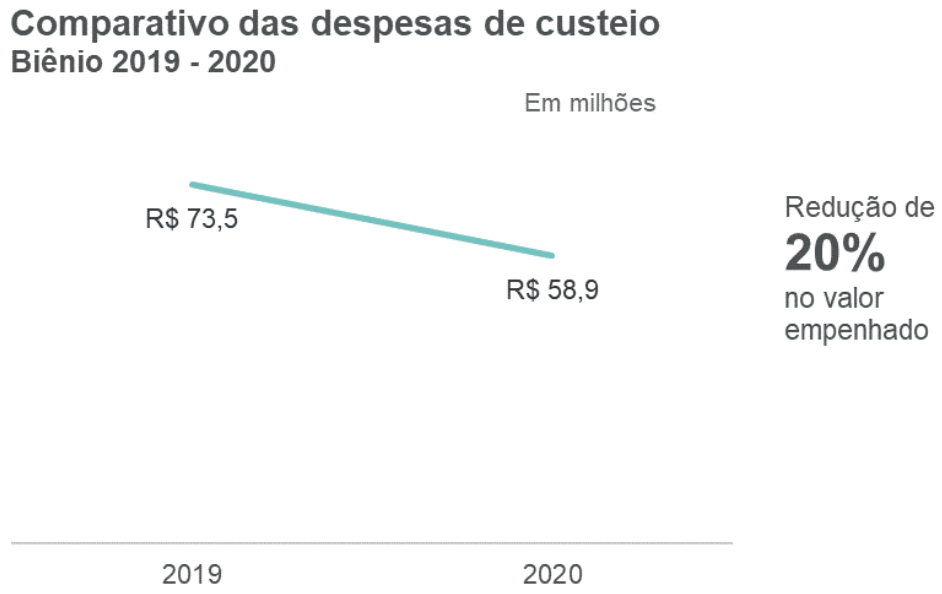
Em contrapartida, observou-se redução expressiva nos gastos com auxílio-transporte, motivada pela adoção do teletrabalho por grande parte dos servidores, no contexto da pandemia de Covid-19.

Já a redução verificada em ativos, além do impacto das aposentadorias, deu-se em função do pagamento de horas credoras administrativas ao final de 2019, referente à coleta biométrica de eleitores, o que não ocorreu no exercício de 2020.

Em R$

DESPESA	2020	2019	VARIAÇÃO
Contribuição patronal	87.288.184,11	73.418.216,06	19%
Benefícios	43.241.329,67	41.155.647,57	5%
Aposentadorias e pensões	181.219.267,94	178.718.553,98	1%
Servidores ativos	464.039.972,54	471.606.473,00	-2%
Total	**775.788.754,26**	**764.898.890,61**	**1%**

Despesas Discricionárias de Custeio



A redução de 20% nas despesas de custeio, em comparação a 2019, justifica-se, fundamentalmente, pelas medidas adotadas pelo TRE-SP no intuito de evitar a disseminação do novo coronavírus, sendo a principal, do ponto de vista orçamentário, a suspensão temporária do atendimento presencial nos cartórios eleitorais e na Secretaria, a partir da segunda quinzena de março.

A adoção do teletrabalho, o fechamento temporário dos postos instalados em unidades do Poupatempo e a impossibilidade de deslocamento dos servidores para reuniões, eventos e treinamentos resultou em um decréscimo em diversos contratos e aquisições.

REDUÇÃO DE DESPESAS - PANDEMIA COVID-19				
ITEM	VALOR PREVISTO	VALOR GASTO	REDUÇÃO	%
POUPATEMPO	8.210.800	4.700.725	-3.510.075	-42,7%
ESTAGIÁRIOS	9.096.923	5.813.454	-3.283.469	-36,1%
SERVIÇOS DE LIMPEZA	4.729.335	3.968.448	-760.887	-16,1%
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	922.367	273.161	-649.206	-70,4%
PASSAGENS AÉREAS	607.618	101.849	-505.769	-83,2%
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	5.323.204	4.865.445	-457.759	-8,6%
ENERGIA ELÉTRICA	2.771.731	2.358.083	-413.648	-14,9%
DIÁRIAS ORDINÁRIAS	406.108	56.541	-349.567	-86,1%
ÁGUA MINERAL	207.268	49.615	-157.653	-76,1%
ÁGUA E ESGOTO	671.058	525.375	-145.683	-21,7%
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	248.881	176.522	-72.359	-29,1%
SERVIÇOS DE GARÇONARIA	173.729	109.793	-63.936	-36,8%
SERVIÇOS DE ASCENSORISTAS	168.020	114.796	-53.224	-31,7%
TOTAIS	**33.537.042**	**23.113.807**	**-10.423.235**	**-31,1%**

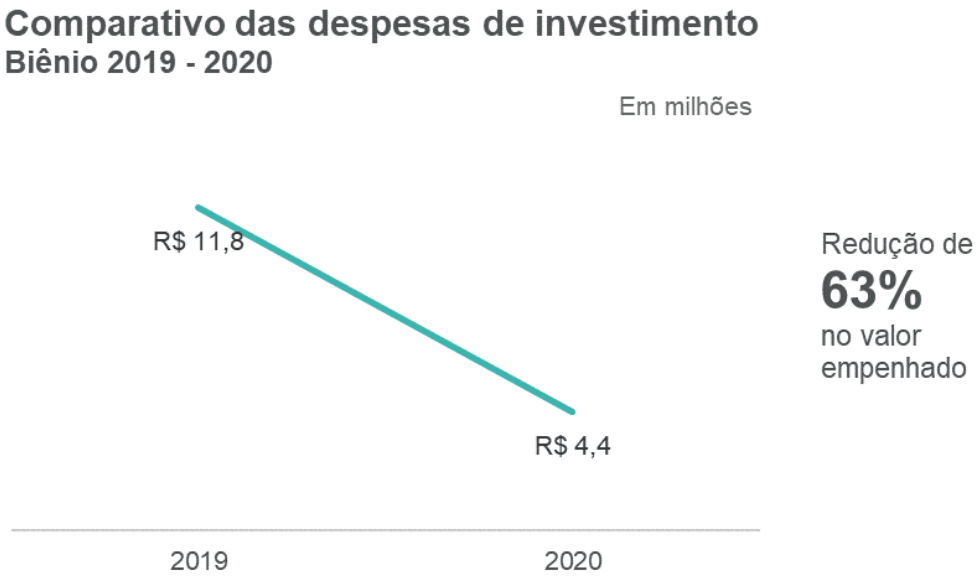
Por outro lado, algumas despesas não programadas foram necessárias para o combate à Covid-19, como aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), aquisição de material de limpeza e contratação de serviços de limpeza para cartórios do interior.

DESPESAS EXTRAS - PANDEMIA COVID-19	
ITEM	VALOR
LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS EPI'S PARA OS CARTÓRIOS ELEITORAIS	1.884.386
AQUISIÇÃO DE PANOS MULTIUSO PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO	267.920
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS CARTÓRIOS DO INTERIOR	239.768
AQUISIÇÃO DE FITAS ADESIVAS DEMARCATÓRIAS DE DISTANCIAMENTO	192.525
AQUISIÇÃO DE ESCUDOS DE PROTEÇÃO SALIVAR PARA OS CARTÓRIOS DO ESTADO	150.876
AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PANO PARA OS SERVIDORES	134.017
FORNECIMENTO DE EQUIP. DE PROTEÇÃO FACIAL (FACE SHIELD) PARA OS SERVIDORES	58.344
ASSINATURA ANUAL DE USO DO SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	26.403
AQUISIÇÃO DE TERMÔMETROS DIGITAIS INFRAVERMELHOS	4.058
TOTAL	**2.958.296**

Com relação aos estagiários, houve deliberação para que a nova contratação dos estudantes de nível médio, a partir de julho, fosse realizada por meio de licitação, e não mais por dispensa de licitação ou inexigibilidade. No entanto, os trâmites internos não foram finalizados a tempo, restando os recursos do segundo semestre sem utilização.

As sobras foram remanejadas, em parte, para investimentos do próprio TRE-SP e o restante, direcionado ao TSE, para utilização em projetos prioritários da Justiça Eleitoral, como, por exemplo, aquisição de urnas eletrônicas.

Despesas Discricionárias de Investimento



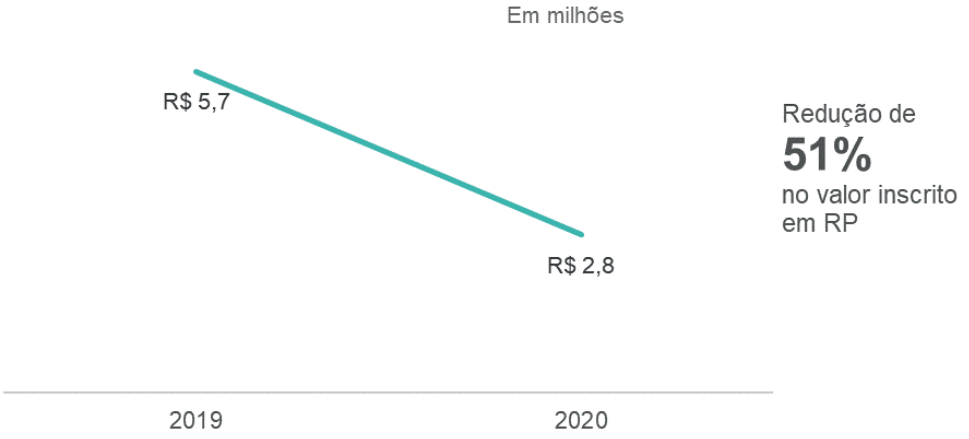
Em 2020, houve um aporte de recursos da ordem de R$ 4,1 milhões para investimentos, por meio de créditos adicionais, com fonte de recursos do TSE e do TRE-SP, ressaltando que a dotação inicial na LOA/2020 era de apenas R$ 264 mil.

A dotação autorizada de R$ 4,4 milhões possibilitou a compra de notebooks, equipamentos de acesso wireless, licenças Microsoft Office, mobiliário, softwares de engenharia, entre outros.

Essas aquisições são estratégicas para o órgão, pois permitem aperfeiçoar o atendimento aos cidadãos, por intermédio dos cartórios eleitorais e das unidades da Secretaria, em consonância ao macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC”.

Houve um decréscimo de 63% no volume empenhado em 2020, em comparação a 2019. Essa variação, dentro do planejamento orçamentário de investimento, é normal, tendo em vista que as estratégias e prioridades de cada ano são diferentes e dependem da disponibilidade de recursos, viabilizada, principalmente, com o aproveitamento de sobras orçamentárias que ocorrem no âmbito da Justiça Eleitoral ao longo do exercício.

Comparativo da inscrição em restos a pagar
Biênio 2019 - 2020



Redução de
51%
no valor inscrito
em RP

Inscrição em Restos a Pagar

Em 2020, o total inscrito em restos a pagar foi 51% menor que no ano anterior. O principal motivo foi a inscrição, em 2019, dos recursos para a instalação da sala-cofre, no montante de R$ 2,3 milhões.

Vale ressaltar que o TRE-SP se dedica a aperfeiçoar constantemente seu planejamento, objetivando a diminuição do volume inscrito em restos a pagar a cada exercício, sobretudo em função das limitações financeiras impostas pela EC 95/2016. A principal estratégia adotada é o pagamento de todas as despesas continuadas dentro do próprio exercício.

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP EXECUÇÃO

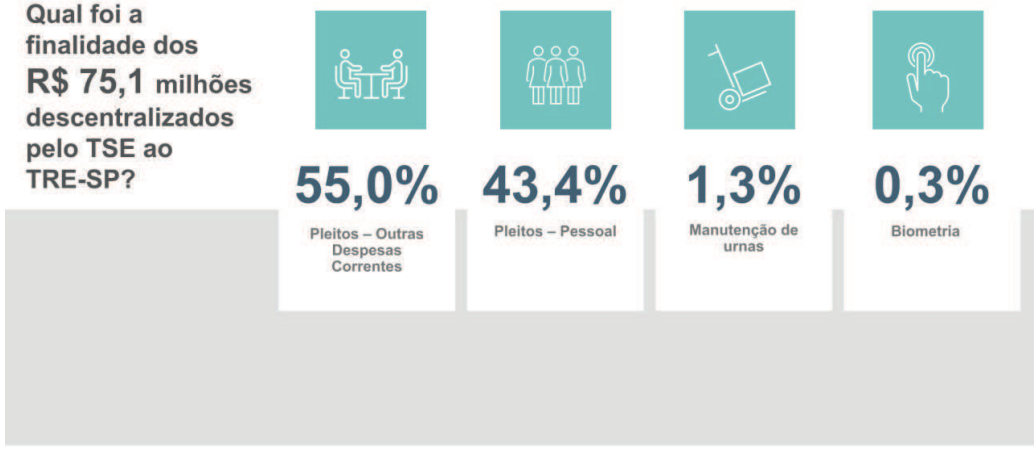
Além do orçamento disponibilizado na LOA 2020, o TRE-SP recebe recursos do Tribunal Superior Eleitoral por meio de provisões, destinadas às ações de biometria e pleitos eleitorais.

Em 2020, foram descentralizados créditos no total de R$ 75,1 milhões

Do montante descentralizado de R$ 75,1 milhões:

97,4%	69,5%	69,5%
EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO

Qual foi a finalidade dos R$ 75,1 milhões descentralizados pelo TSE ao TRE-SP?



Do total empenhado de R$ 73,1 milhões:

53,9%	44,5%	1,3%	0,3%
PLEITOS ODC	PLEITOS PESSOAL	MANUTENÇÃO DE URNAS	BIOMETRIA

Destaque-se que 98,4% do total dos créditos descentralizados pelo TSE destinaram-se à realização das eleições municipais de 2020.

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS - COMPARATIVO DO BIÊNIO 2019/2020

A execução dos orçamentos descentralizados pelo TSE possui peculiaridades em relação à possibilidade de comparação, pois os gastos não têm, necessariamente, periodicidade anual.

São despesas como: eleições gerais e municipais, que se intercalam a cada quatro anos; cadastramento biométrico (suspenso em razão da pandemia) e manutenção de urnas eletrônicas, que se tornam mais expressivos em anos não eleitorais; eleições suplementares e pagamento de horas credoras, que são despesas circunstanciais.

Essa sazonalidade é evidenciada no comparativo entre os exercícios de 2019 e 2020 e reflete nas variações da execução, conforme observa-se a seguir:

Em R$

		2020				2019				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
		"PROVISÃO RECEBIDA (A)"	DESPESAS EMPENHADAS (B)	"DESPESAS PAGAS (C) "	"RESTOS A PAGAR* (D)"	"PROVISÃO RECEBIDA (E)"	DESPESAS EMPENHADAS (F)	"DESPESAS PAGAS (G) "	"RESTOS A PAGAR* (H)"	"(%) (B/F)"	"(%) (D/H)"
Eleições 2020	**Pessoal**	32.550.062	32.550.062	20.080.460	12.469.602					N/A	N/A
	ODC**	41.292.731	39.433.197	31.126.356	8.306.841					N/A	N/A
Eleições suplementares	**Pessoal**					632.866	589.997	542.157	47.840	N/A	N/A
	ODC					111.775	111.775	109.128	2.647	N/A	N/A
Horas credoras eleições anteriores	**Pessoal**					3.139.350	3.139.350	3.059.124	80.227	N/A	N/A
Manutenção de urnas	**ODC**	1.012.393	930.907	756.859	174.048	2.794.312	2.641.507	2.562.248	79.258	-65%	120%
Biometria	**ODC**	239.140	239.140	234.959	4.180	29.181.741	28.636.696	25.296.216	3.340.479	-99%	-100%
	Total geral	75.094.325	73.153.305	52.198.635	20.954.670	35.860.044	35.119.325	31.568.873	3.550.451	108%	490%

* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, não processados e processados.
** ODC: Outras Despesas de Custeio

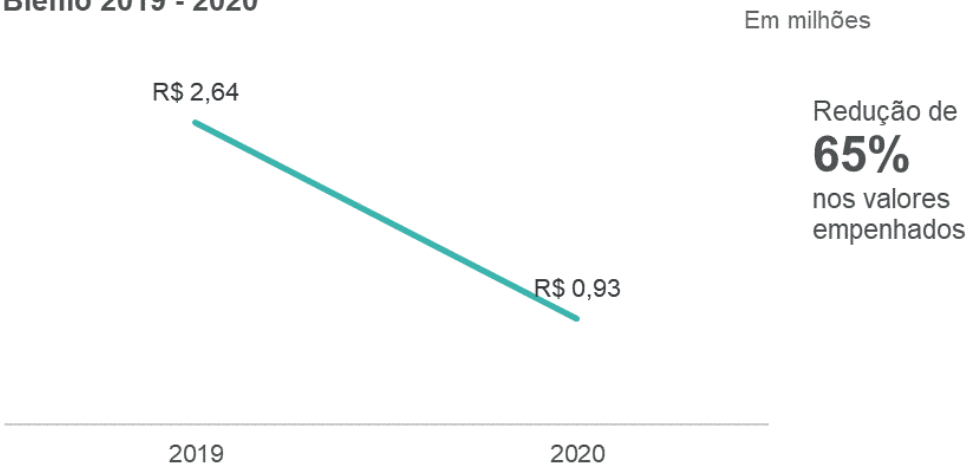
ANÁLISE COMPARATIVA

Horas credoras de eleições anteriores: As horas credoras são decorrentes de serviços extraordinários prestados em eleições passadas que não puderam ser quitados devido a limitações orçamentárias. O pagamento dessas verbas é de grande relevância, pois evita a ausência de servidores no trabalho em razão da fruição das horas, considerando-se o cenário de falta de mão-de-obra decorrente das restrições para o ingresso de novos servidores e do aumento do número de aposentadorias sem reposição.

Em 2020 não houve sobras orçamentárias para quitação das horas credoras das eleições de 2016 e 2018, pois os recursos foram todos direcionados para pagamento dos serviços extraordinários relativos às eleições municipais de 2020.

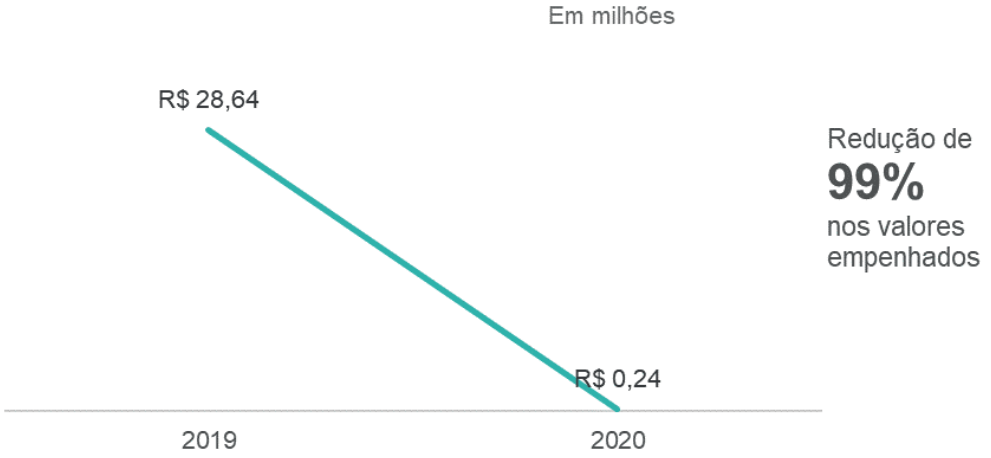
Eleições suplementares: Em 2020 não houve eleições suplementares no estado de São Paulo. Em 2019 foram realizadas eleições suplementares nos municípios de Bofete, Cajamar, Floreal, General Salgado, Guaiçara, Lagoinha, Macaubal, Meridiano, Mirandópolis e Paulínia.

Comparativo de despesas com manutenção de urnas
Biênio 2019 - 2020



Manutenção de urnas: Em anos eleitorais são realizados, em média, dois ciclos de atividades relativas à manutenção e conservação das urnas e em anos não eleitorais, são cerca de três ciclos, razão pela qual os gastos em anos eleitorais tendem a ser menores. Ademais, houve nova licitação para manutenção e conservação de urnas, que resultou em significativa redução do valor cobrado pela empresa vencedora do certame. Assim, houve redução de 65% do total empenhado em 2020, em relação a 2019.

Comparativo de despesas com biometria
Biênio 2019 - 2020



Biometria: Em anos eleitorais, é esperado um decréscimo nos valores empenhados devido ao fechamento do cadastro eleitoral. No entanto, com a suspensão da coleta biométrica determinada pelo TSE, o cadastramento biométrico foi interrompido antes do previsto.

No ano de 2020 foram cadastradas 847 mil biometrias de eleitores no Estado de São Paulo, ante os 7,3 milhões em 2019. O custo por eleitor foi de R$ 0,28, abaixo do limite de R$ 4,00 estabelecido pelo TSE.

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DE PLEITOS ELEITORAIS: ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E 2020

Em R$

		2020			2016			VARIAÇÃO EMPENHADO
		PROVISÃO RECEBIDA	"EMPENHADO (A)"	PAGO	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHADO (B)	PAGO	"(%) (A/B)"
Pleitos	Pessoal	32.550.062	32.550.062	20.080.460	19.938.126	19.938.126	13.996.505	63%
	ODC	41.292.731	39.433.197	31.126.356	31.859.320	31.821.585	30.846.471	24%
	Total	73.842.792	71.983.259	51.206.816	51.797.446	51.759.711	44.842.975	39%

ANÁLISE COMPARATIVA – ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 E 2020

Observa-se uma expressiva variação nos gastos de 2016 em relação a 2020, explicada, principalmente, pela ausência do segundo turno nas eleições de 2016, no município de São Paulo.

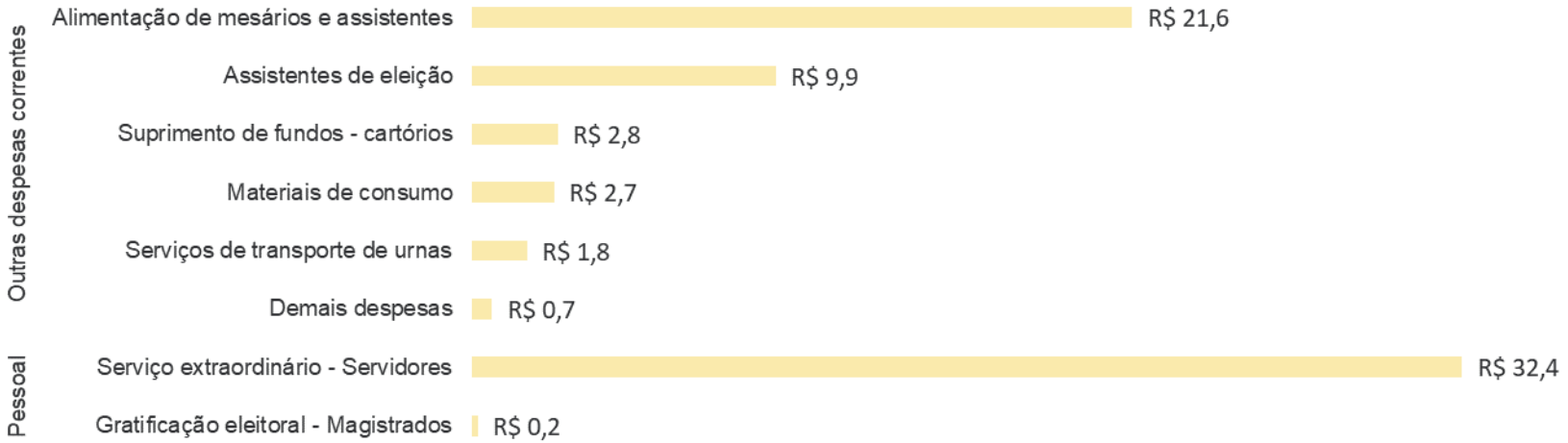
O crescimento de 24% nos valores empenhados em Outras Despesas de Custeio (ODC) deve-se, em especial, ao auxílio-alimentação pago aos mesários e apoios logísticos. O valor do benefício passou de R$ 25,00 para R$ 40,00, um incremento de 60%. Ressalte-se que as despesas com auxílio-alimentação correspondem a aproximadamente metade dos gastos realizados em cada eleição. Ademais, houve o crescimento natural do eleitorado, de 32,7 milhões em 2016 para 33,0 milhões em 2020, o que aumenta a demanda por colaboradores.

Um fato relevante que influenciou nos custos das eleições de 2020 foi a doação, ao TSE, por parte de empresas e entidades privadas, de todos os materiais e equipamentos de proteção individual que foram fornecidos aos que trabalharam nos locais de votação em meio à pandemia de Covid-19. Foram recebidos máscaras descartáveis, equipamentos de proteção facial (face shields), álcool líquido e em gel, totalizando aproximadamente R$ 11,5 milhões, conforme discriminado a seguir:

EPI'S - FORNECIDOS PELO TSE - ELEIÇÕES 2020			
PRODUTO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 70º - FRASCO DE 190G	443.037	2,13	944.856
ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL 70º - FRASCO DE 400G	518.856	7,21	3.738.986
ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO - FRASCO DE 500 ML	94.104	1,12	105.083
MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	2.810.817	1,80	5.064.384
PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD)	459.975	3,66	1.684.251
		TOTAL	11.537.559

O montante recebido em doação pelo TRE-SP corresponde a 29,2% de todos os gastos realizados na rubrica de custeio para as eleições de 2020. Assim, o fornecimento desses materiais foi fundamental do ponto de vista orçamentário, visto que seria um grande desafio para a Justiça Eleitoral obter recursos adicionais junto ao Congresso Nacional, além de viabilizar a realização dos pleitos com a máxima segurança para os milhares de colaboradores.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 - Principais gastos (em milhões)
Valores empenhados



Entre as despesas que estavam programadas, destacam-se as diárias para treinamento dos servidores dos cartórios eleitorais, que tinha previsão inicial de R$ 2 milhões. Em razão da pandemia, os cursos presenciais foram suspensos e todo o treinamento foi realizado remotamente, resultando na economia dos recursos.

Em relação aos gastos com pessoal, o incremento de 63% foi decorrente, sobretudo, dos reajustes na remuneração dos servidores efetivos, que teve a última parcela incorporada em janeiro de 2019, conforme Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário Federal (Lei 13.317/2016).

Os recursos descentralizados em 2020 permitiram o pagamento das gratificações eleitorais aos membros, juízes e promotores e de praticamente todo o serviço extraordinário prestado pelos servidores nas eleições municipais de 2020.

PAGAMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS COLABORADORES

Um projeto inovador que merece destaque, dentro do cenário de combate à pandemia, foi a adoção do aplicativo denominado Carteira bB, disponibilizado pelo Banco do Brasil em parceria com o TRE-SP, para pagamento do auxílio-alimentação aos mesários e apoios logísticos que atuaram nos dois turnos das eleições municipais de 2020.

Mais de 400 mil beneficiários puderam receber, de modo prático e seguro, o auxílio financeiro diretamente no celular, sem necessidade de contato com dinheiro, pessoas e assinaturas de recibos. Por parte dos servidores dos cartórios eleitorais, não houve manuseio de notas contaminadas nem sua distribuição aos beneficiários nos dias das eleições, evitando o contato pessoal para a entrega dos recursos e a coleta de recibos.

Assim, a utilização do aplicativo de celular foi a solução mais completa para atender as medidas sanitárias destinadas a evitar a contaminação pela Covid-19, além dos aspectos de segurança e praticidade no recebimento do benefício.

EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios para o mundo, em especial no aspecto dos gastos públicos. Os governos foram obrigados a despender vultosos recursos para o combate e controle da doença, além de enfrentar as consequências da queda da arrecadação das receitas públicas resultante do desaquecimento da economia.

No Brasil, onde a economia já enfrentava dificuldades para a retomada do crescimento e para o controle dos gastos públicos, o evento inesperado trouxe a necessidade de despesas extras incompatíveis com os limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Emenda Constitucional 95/2016.

Para permitir a extrapolação dos limites de gastos da LRF, o Congresso Nacional decretou, em março de 2020, o estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo 6/2020, com efeitos que duraram até 31/12/2020.

Além da decretação do estado de calamidade pública, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 173/2020, que objetivou auxiliar financeiramente os entes federados no combate à pandemia. O normativo também focou no controle dos dispêndios da União, com a imposição de diversas restrições com vistas à contenção dos gastos, principalmente as despesas obrigatórias, proibindo a nomeação de novos servidores, a criação de cargos, a concessão de aumento salarial, a realização de concursos públicos, entre outros, com efeitos até o fim do exercício de 2021.

Assim, a aprovação dessas normas emergenciais permitiu ao governo federal efetivar gastos necessários ao combate à pandemia acima dos limites legais determinados para o controle das contas públicas.

Ademais, houve a suspensão do contingenciamento de crédito previsto na LRF, mecanismo de controle adotado quando há a frustração da arrecadação das receitas previstas na lei orçamentária. Caso o contingenciamento fosse mantido, inevitavelmente os orçamentos dos órgãos públicos federais seriam bloqueados, o que ocasionaria sérios prejuízos à sua manutenção e funcionamento.

CONTINGENCIAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina o contingenciamento de crédito sempre que houver a frustração da arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. As avaliações são feitas bimestralmente pelo Ministério da Economia.

Em 2020, por conta da decretação do estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo 6/2020), em razão da pandemia de Covid-19, o contingenciamento de crédito previsto na LRF permaneceu suspenso até 31/12/2020.

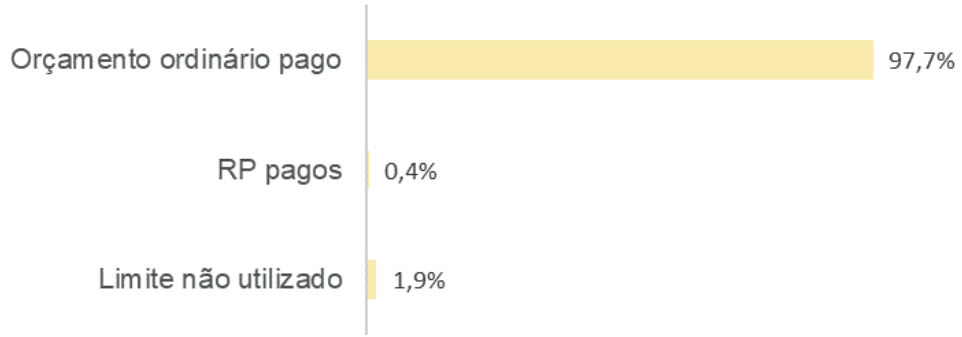
EC Nº 95/2016
TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO

A Emenda Constitucional 95/2016 limitou os gastos da União por vinte anos, a partir do exercício de 2017. Desde a sua vigência, o limite financeiro individualizado dos órgãos é o valor efetivamente pago em 2016 corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE. Para o exercício de 2020, o índice foi de 3,37%, correspondente à variação apurada no período de julho/2018 a junho/2019.

Importante destacar que em 2020 cessou a compensação financeira realizada de 2017 a 2019 pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário, para cobertura dos impactos da implementação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário Federal.

EXECUÇÃO DO LIMITE FINANCEIRO

Autorizado: R$ 766,4 milhões Utilizado: 98,1%



Fonte: Portaria TSE nº 48/2021 e Tesouro Gerencial

Os recursos financeiros não utilizados foram da ordem de R$ 14,4 milhões, correspondentes a 1,9% do limite autorizado, ou seja, 98,1% do limite financeiro foi efetivamente aproveitado. Embora a meta seja a utilização de 100% do limite autorizado, o ano de 2020 foi muito desafiador em razão da pandemia de Covid-19. Houve sobra substancial do orçamento ordinário de custeio, que foi direcionado ao TSE, porém o correspondente limite financeiro não foi recolhido. Além disso, não foi possível o pagamento da instalação da sala-cofre do TRE-SP, inscrito em restos a pagar de 2019, no valor de R$ 2,3 milhões, em razão do atraso na entrega dos projetos e início da execução da obra, resultando em sobra de limite não utilizado.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

As Emendas Constitucionais 100 e 102 de 2019 estabeleceram, a partir do exercício de 2020, que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias destinadas às despesas discricionárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, adotando, com isso, o orçamento impositivo para essa categoria de gastos. Assim, da dotação final autorizada destinada para despesas discricionárias de R$ 63.526.884,00, foram executados R$ 63.363.727,00, restando apenas R$ 163.157,00 sem utilização (0,26%), resultantes, basicamente, de sobras de licitações realizadas, cumprindo, dessa maneira, a determinação constitucional.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O ano de 2020 foi marcado pelo combate à pandemia de Covid-19, que afetou sobremaneira o planejamento orçamentário inicial, principalmente em relação às despesas que tiveram consideráveis reduções e aos gastos extras que surgiram. De todo modo, do ponto de vista orçamentário e financeiro, não houve problemas em relação à manutenção de toda a infraestrutura do órgão. Ao longo do exercício, realizou-se o acompanhamento da evolução dos gastos e medidas foram implementadas para a melhor destinação das sobras orçamentárias. Destaque-se que, no segundo semestre, foi possível o fornecimento de serviços de limpeza para 56 cartórios eleitorais do interior.

Desafios

- Manter o funcionamento adequado de toda a estrutura do TRE-SP, num cenário de restrições financeiras.
- Absorver a manutenção da infraestrutura imobiliária dos Cartórios Eleitorais do interior, que, atualmente, é mantida pelas prefeituras;
- Implementar projetos necessários à melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade, no contexto da limitação de gastos imposta pela EC nº 95/2016.

Ações futuras

- Aperfeiçoar continuamente a gestão orçamentária;
- Dar continuidade às ações que visem a racionalização de despesas;
- Aprimorar a metodologia de planejamento e execução orçamentária.

GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas do TRE-SP pauta suas ações e projetos nos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Outrossim, cumpre as determinações previstas na Lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, além das diretrizes estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e órgãos de controle.

ÍNDICE DE CONFORMIDADE

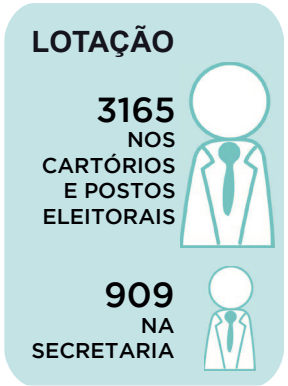
Em 2020, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme a Lei 8.730/1993.

Os atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão relativos ao pessoal do TRE-SP foram devidamente incluídos no sistema de Atos de Pessoal e-Pessoal, para fins de registro junto ao TCU, conforme IN 55/2007 e 78/2018.

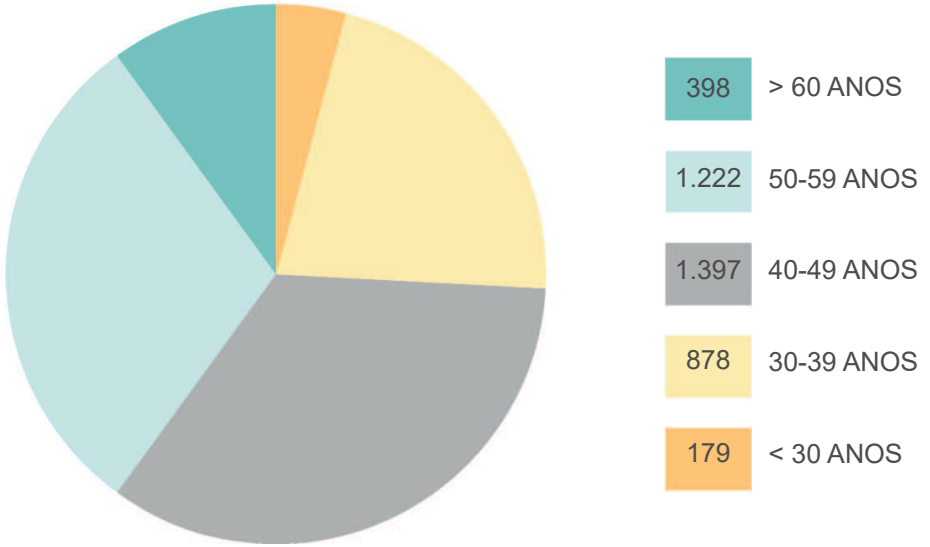
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do TRE-SP é composta por servidores efetivos do quadro de pessoal, analistas e técnicos, e por servidores requisitados de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

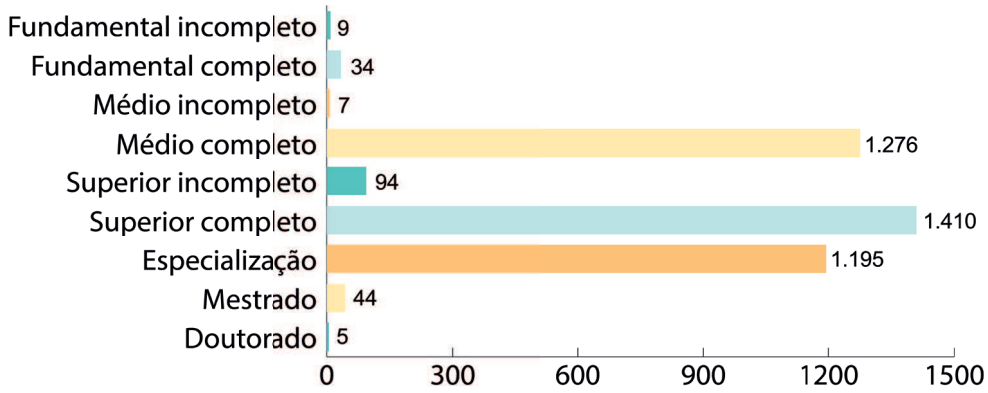
De maneira geral, a força de trabalho é diversificada com relação a idade, gênero e escolaridade, sendo que a maioria possui, no mínimo, o superior completo.



SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA



ESCOLARIDADE DOS SERVIDORES



Além disso, no ano de 2020, contamos com **375 estagiários de nível superior**, alocados especialmente nos cartórios eleitorais de todo o Estado.

A cada ano, o TRE-SP sofre uma defasagem com relação à força de trabalho, com a evasão dos servidores, sejam efetivos ou requisitados, sobretudo por conta de aposentadorias, sem possibilidade de provimento, e cessações das requisições.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Para o recrutamento de servidores, este Tribunal cumpre o determinado na Constituição Federal e na Lei 8.112/90, que estabelecem que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. Atualmente, este Tribunal possui concurso público em vigência e os provimentos dos cargos são limitados pelas regras estabelecidas na Portaria TSE 671/2017, alterada pelas Portarias 574 e 1.091/2018 e 383/2019.

CARGOS EM COMISSÃO E FUNCÕES COMISSIONADAS

No TRE-SP, todos os cargos em comissão e funções comissionadas são ocupados por servidores públicos efetivos.

50 CARGOS EM COMISSÃO — **100%** OCUPADOS

\+

1063 FUNÇÕES COMISSIONADAS

93,5% ocupadas por servidores efetivos da Justiça Eleitoral

3,6% ocupadas por servidores efetivos requisitados de outros entes federados

2,9% atualmente vagas

Denominação e Nível	Ocupados por servidores com vínculo efetivo							Servidores sem vínculo efetivo	Vagos	TOTAL
	Mesmo ente federado				Outro ente federado					
	Quadro próprio	Carreiras do Judiciário de outros órgãos	Estatutários de outras carreiras	CLT	carreiras do Judiciário	Estatutários de outras carreiras	CLT			
CARGOS EM COMISSÃO										
CJ-04	1	-	-	-	-	-	-	-	-	**1**
CJ-03	8	-	-	-	-	-	-	-	-	**8**
CJ-02	27	1	-	-	-	-	-	-	-	**28**
CJ-01	11	2	-	-	-	-	-	-	-	**13**
TOTAL	**47**	**3**	-	-	-	-	-	-	-	**50**
FUNÇÕES DE CONFIANÇA										
FC-06	447	26	-	-	-	-	-	-	-	**473**
FC-05	14	-	-	-	-	-	-	-	-	**14**
FC-04	69	2	-	-	-	1	-	-	2	**74**
FC-03	15	-	-	-	-	-	-	-	-	**15**
FC-02	3	1	-	-	-	3	-	-	1	**8**
FC-01	391	26	-	-	1	21	12	-	28	**479**
TOTAL	**939**	**55**	-	-	**1**	**25**	**12**	-	**31**	**1063**
TOTAL GERAL	**986**	**58**	-	-	**1**	**25**	**12**	-	**31**	**1113**

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Com o objetivo de apurar danos ao erário, fraudes ou corrupções, as Comissões Permanentes de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, baseadas em constatações feitas pela instância de Correição do TRE-SP, atuou na apuração de 4 Processos Administrativos Disciplinares no exercício de 2020:

MODALIDADE	HIPÓTESE DO ILÍCITO	PENALIDADE ADMINISTRATIVA
Sindicância	Violação ao artigo 116, inciso II da Lei 8.112/90.	Suspensão, pelo prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 127, inciso II, 128 e 130 da Lei 8.112/1990, convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento/remuneração, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei 8.112/1990.
Processo Administrativo Disciplinar	Violação aos artigos 116, III, e 117, IX e XI da Lei n. 8.112/90.	Suspensão, pelo prazo de 30 dias, nos termos do artigo 130 da Lei 8.112/90, c/c artigo 124, I, da Resolução TRE-SP 468/2019, convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento), por dia de vencimento, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço, nos termos do artigo 130, § 2º da Lei 8.112/1990.
Processo Administrativo Disciplinar	Violação dos artigos 116, incisos I, II, III, VII, IX e X; do artigo 117, incisos I, II, VI, IX, XV e XVIII da Lei n. 8.112/90. Violação do artigo 5º, incisos II, III, IX e X; do artigo 6º, incisos XV, XVIII e XXIII e do artigo 8º, inciso I do Código de Ética do TRE- SP (Portaria n. 214/2015)	Demissão, nos termos do artigo 132, XIII, c/c artigo 141, inciso I, da Lei 8.112/90 e artigo 24, inciso XLVIII, do Regimento Interno do TRE-SP, com incidência, da restrição prevista no artigo 137 da Lei 8.112/90; Remessa de cópia do Processo Administrativo ao Ministério Público, nos termos do art. 171 da Lei n. 8.112/90. **Obs.: O pedido de reconsideração/recurso do servidor está sendo analisado.**
Processo Administrativo Disciplinar	Violação dos artigos 116, incisos I, II, III, IV, VII, IX e XI; do artigo 117, incisos I, VI, IX, XV e XVI da Lei n. 8.112/90. Violação do artigo 5º, incisos II, III; do artigo 6º, incisos IX, XI, XII, XV, XVIII e XXIII do Código de Ética do TRE- SP (Portaria n. 214/2015). Violação do artigo 241, incisos II, III, VI, VII, IX, XII e XII; do artigo 242, inciso V; do artigo 243, inciso XI e do artigo 249 da Lei Estadual n. 10.261/68 (Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais).	Ficou comprovada a prática das irregularidades funcionais descritas, no entanto, a competência para eventual aplicação da penalidade cabível é do órgão de origem do servidor (Tribunal de Justiça Miliar do Estado de São Paulo). Cópia dos autos foram encaminhados ao órgão de origem do servidor, conforme determinado.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

Ação	Total realizado
Avaliações de Desempenho	763
Servidores que concluíram o estágio probatório e adquiriram estabilidade	119
Técnicos Judiciários com progressão funcional	128
Técnicos Judiciários com promoção na carreira	110
Técnicos Judiciários que não obtiveram movimentação na carreira	10
Analistas Judiciários com progressão funcional	118
Analistas Judiciários com promoção na carreira	85
Analistas Judiciários que não obtiveram movimentação na carreira	6

COMPOSIÇÃO DE FORÇAS-TAREFAS

Realização de seis forças-tarefas, compostas por grupos de servidores de diversas áreas que, de forma voluntária e por tempo determinado, além de desempenharem suas atribuições rotineiras, auxiliaram no desenvolvimento de atividades relacionadas às eleições 2020.

26 SERVIDORES

Acompanhamento do andamento das eleições (Sistema Acomp Vot) nos dois turnos das eleições de 2020

57 SERVIDORES

Auditoria da Votação Eletrônica -Verificação de autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas e de funcionamento das urnas eletrônicas realizado nos dois turnos das eleições 2020

9 SERVIDORES

Central de Atendimento ao Eleitor (Disk 148) durante os finais de semana das eleições (1º e 2º turnos)

125 SERVIDORES

Auxílio às Zonas Eleitorais no Processamento de registro e propaganda eleitoral, de forma remota

42 SERVIDORES

Auxilio presencial a diversas Zonas Eleitorais durante o final de semana das eleições (1º e 2º turnos)

29 SERVIDORES

Auxílio às Zonas Eleitorais para o Processamento de prestação de contas de campanha, de forma remota

DESPESAS OBRIGATÓRIAS: DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Ativos

604.005.189,86 → 608.365.123,85

2019 — 2020

A variação dos valores entre 2019 e 2020 deu-se em razão do aumento da previdência a partir de março de 2020.

Inativos

144.816.418,11 → 147.053.514,26

2019 — 2020

A variação dos valores entre 2019 e 2020 deu-se em razão da aplicação do aumento no número de aposentadorias.

Pensionistas

37.109.690,75 → 37.461.227,36

2019 — 2020

A variação dos valores entre 2019 e 2020 deu-se em razão da aplicação de reajuste das pensões vinculadas ao RGPS.

CUSTO COM DESPESAS DE PESSOAL EM 2020

GRUPOS	ATIVOS DO QUADRO		INATIVOS		PENSIONISTAS		AUTORIDADE ELEITORAL		REQUISITADOS/ REMOVIDOS		TOTAIS	
	VALOR (R$)	%	VALOR (R$)	%	VALOR (R$)	%	VALOR (R$)	%	VALOR (R$)	%	VALOR (R$)	%
Vantagens Fixas	329.411.599,00	60,16	132.920.050,94	24,27	34.046.367,77	6,22	51.222.128,77	9,35	-	0,00	**547.600.146,48**	100,0
Gratificação Natalina	30.715.926,51	68,65	10.975.730,00	24,53	2.831.333,01	6,33	-	0,00	222.000,69	0,50	**44.744.990,21**	100,0
Benefícios	38.590.637,45	89,72	3.098.668,86	7,20	552.464,00	1,28	-	0,00	770.172,24	1,79	**43.011.942,55**	100,0
Vantagens Variáveis	41.228.875,37	93,73	-	0,00	-	0,00	20.761,78	0,05	2.737.164,75	6,22	**43.986.801,90**	100,0
Exercícios Anteriores	390.877,91	79,16	59.064,46	11,96	31.062,58	6,29	12.773,79	2,59	-	0,00	**493.778,74**	100,0
Horas Extras, Horas Credoras e Jetons excedentes	18.803.564,89	78,59	-	0,00	-	0,00	172.001,77	0,72	4.949.884,97	20,69	**23.925.451,63**	100,0
Obrigação Patronal	88.740.562,89	99,58	-		-	0,00	42.311,99	0,05	333.879,08	0,37	**89.116.753,96**	100,0
TOTAIS	**547.882.044,02**		**147.053.514,26**		**37.461.227,36**		**51.469.978,10**		**9.013.101,73**		**792.879.865,47**	

FONTE: SISTEMA SGRH

Vantagens Fixas

Vencimentos, GAJ, ATS, VPNI, AQ Títulos, GAS, Proventos de Aposentadoria, Cargo em Comissão e Função Comissionada de Inativos e Pensão Civil.

Gratificação Natalina

Adiantamento de Gratificação Natalina e Gratificação Natalina.

Benefícios

Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Pré-Escola, Assistência à Saúde e Auxílio Natalidade.

Vantagens Variáveis

Cargo em Comissão, Função Comissionada, AQ Treinamento, Terço de Férias, Indenização de Férias, Diárias, Adicional de insalubridade, Abono de Permanência, Substituição.

Exercícios Anteriores

Despesas de exercícios anteriores.

Horas Extras, Horas Credoras e Jetons

Serviço extraordinário e Jetons excedentes dos pleitos de 2020, serviço extraordinário das eleições suplementares, Adicional Noturno, Horas Credoras, Férias sobre HE de Celetistas.

Obrigação Patronal

PSSS, FUNPRESP, INSS, RAT e FGTS.

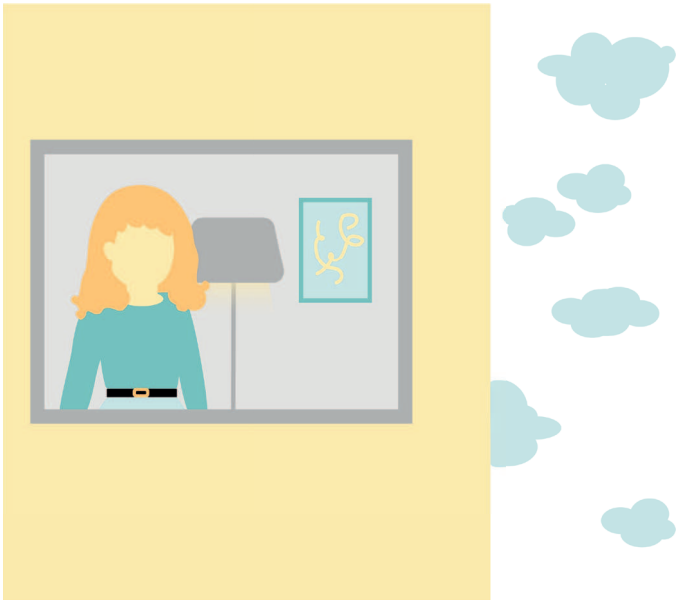
ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Em virtude da pandemia do coronavírus, foi necessária a adoção de nova estratégia de capacitação adaptada à nova realidade do trabalho remoto e, mais do que isso, surgiu a necessidade de capacitar os servidores para a adoção de novas metodologias de trabalho na condução de uma eleição no contexto da pandemia. Com isso, a nova estratégia foi pautada em uma lógica de capacitação que permitisse que o processo eleitoral fosse conduzido da melhor maneira possível.

Assim, os cursos previstos para serem oferecidos de forma presencial foram ministrados de maneira telepresencial, por meio de webinários na plataforma Zoom. Os cursos previstos para serem contratados seguiram a mesma linha e foram desenvolvidos e disponibilizados no formato de Ensino a Distância - EaD.

É preciso ressaltar que a adoção do formato de webinários em substituição aos cursos presenciais se mostrou uma estratégia acertada, uma vez que os conteúdos foram transmitidos com a mesma qualidade, em formato síncrono, permitindo a interação entre instrutores e servidores. Além disso, a adoção dos webinários permitiu a economia de R$ 2.000.000,00 para a administração, valor previsto para o pagamento de diárias em cursos.

O TRABALHO REMOTO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO



O ano de 2020 foi desafiador de uma maneira inédita para todos e a Justiça Eleitoral, que ainda estava se recuperando do fenômeno das fake news que marcaram as eleições gerais de 2018, teve que enfrentar a pandemia causada pelo novo coronavírus. Foi preciso reformular o modo de realização das atividades ordinárias de todo o Tribunal, mas principalmente repensar a preparação e a realização das eleições municipais, que envolve milhares de pessoas.

A partir de março, com a suspensão das atividades presenciais no TRE-SP, o trabalho à distância teve que ser rapidamente adotado. A Secretaria de Tecnologia da Informação atuou de forma rápida e eficaz, com competência e comprometimento, para possibilitar às autoridades e aos servidores o acesso aos sistemas de informática deste Regional direto de seus lares, de forma a desempenharem suas atribuições, com todas as cautelas necessárias à segurança dos dados.

Não obstante o empenho e a dedicação para mitigar os efeitos da paralisação temporária de algumas tarefas e assegurar a continuidade de outras inadiáveis, algumas atividades importantes relacionadas à preparação do pleito eleitoral sofreram alteração de prazos.

O retorno ao trabalho presencial foi autorizado somente em restritas e imprescindíveis hipóteses relacionadas às eleições de 2020 e o atendimento nos cartórios eleitorais foi realizado remotamente, com a recepção e o processamento dos dados constantes do formulário TítuloNet e do e-mail da zona eleitoral, incluindo as operações de alistamento, transferência de domicílio e revisão dos dados do eleitor.

Em conjunto, para receber as diversas demandas de candidatos, partidos políticos, advogados e partes em

processos, foram disponibilizados canais de atendimento via e-mail e as sessões de julgamento desta Corte, a partir de 24 de março de 2020, passaram a ser realizadas por videoconferência e transmitidas pelo canal do TRE-SP no YouTube (Resolução TRE-SP 489/2020).

Além disso, as ligações telefônicas recebidas puderam ser redirecionadas para os telefones residenciais ou celulares dos servidores, possibilitando o atendimento das demandas.

Com efeito, verifica-se que medidas foram tomadas para atenuar os efeitos que a pandemia causou nos trabalhos eleitorais, com a rápida adaptação para o *home office*, além da ampliação da utilização de ferramentas de videoconferência para a realização de reuniões e a intensificação do uso dos aplicativos de mensagens instantâneas e programas de e-mail para comunicação, entre outros.

Assim, com exceção das atividades que exigem pontualmente a presença física do servidor, como perícias médicas, a maior parte do trabalho deste Regional pôde ser realizada remotamente, com a eficiente prestação do serviço eleitoral, sobretudo no que tange às eleições de 2020, superando as expectativas e as preocupações existentes quando do início do trabalho remoto.

Agora um novo desafio se apresenta: o estudo, a regulamentação e a implantação do teletrabalho, para o qual será necessária a utilização das lições aprendidas no exercício passado para construir soluções que auxiliem no aprimoramento do gerenciamento das atividades realizadas à distância, na redução da sobrecarga de trabalho dos gestores e na aferição das entregas dos servidores.

PONTOS POSITIVOS +

1. Manutenção da qualidade do trabalho
2. Economia de recursos do TRE-SP
3. Autonomia das equipes e flexibilidade de horário
4. Não enfrentamento do trânsito da capital pelos servidores
5. Ausência de perda de tempo com o deslocamento casa-trabalho-casa
6. Maior alcance das políticas de capacitação no Estado, tendo em vista que os cursos foram todos no formato online, podendo cada servidor frequentá-los de sua residência, sem descolamentos
7. Amplo acesso dos servidores aos serviços fornecidos pela Coordenadoria de Atenção à Saúde, em plataformas de videoconferência
8. Redução do consumo de papel e de copos descartáveis, contribuindo para a diminuição da produção de lixo, ainda que reciclável.

PONTOS NEGATIVOS —

1. Falhas de acesso à Rede Privada Virtual - VPN
2. Queda de qualidade no convívio com os colegas
3. Insuficiência de equipamentos adequados
4. Sobrecarga dos gestores para gerir a unidade e seus subordinados
5. Dificuldades de relacionamento entre servidores
6. Aumento de ocorrência de distúrbios físicos e psicológicos relacionados ao trabalho

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Os principais desafios a serem enfrentados pela Gestão de Pessoas estão relacionados à recomposição da força de trabalho, sobretudo pelas limitações impostas pela Portaria TSE 671/17 para o provimento de cargos vagos e do disposto na Lei 13.328/16 e na Resolução TSE 23.527/17, que fixam prazo para a requisição de servidores de outros órgãos pela Justiça Eleitoral.

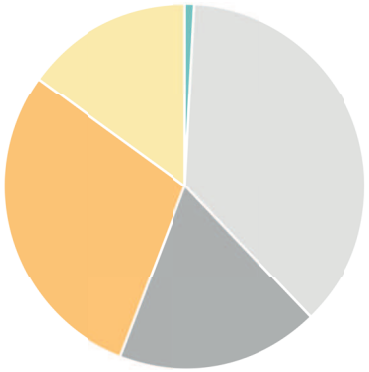
Quanto às ações futuras, destacam-se a **normatização do teletrabalho** para o cenário pós-pandemia e a implantação do **dimensionamento da força de trabalho** e da **lotação por competências** como ferramentas de gestão da força de trabalho e de definição da lotação mais adequada para os servidores.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As aquisições de bens e contratações de serviços destinam-se à satisfação das necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e pautam-se no atendimento dos princípios constitucionais de tutela da Administração Pública (CF/88, art. 37, XXI), na observância da legislação infraconstitucional (Lei n. 8.666/93 - normas gerais para licitações e contratos; Lei n. 10.520/2002 - instituição da modalidade pregão; Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações para o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas ME/EPP etc) e na aplicação da regulamentação infralegal (Decreto n. 7.892/2013 - sistema de registro de preços; Decreto n. 7.174/2010 - aquisição e contratação de bens e serviços de informática; Decreto n. 3.555/2000 - pregão presencial e Decreto n. 10.024/2019 - pregão na forma eletrônica etc).

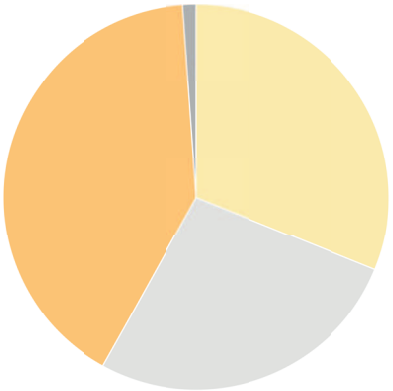
As contratações diretas e os procedimentos licitatórios são submetidos à análise de conformidade jurídica e a realização das despesas são subordinadas à aprovação prévia da autoridade competente investida pelo Órgão.

CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)



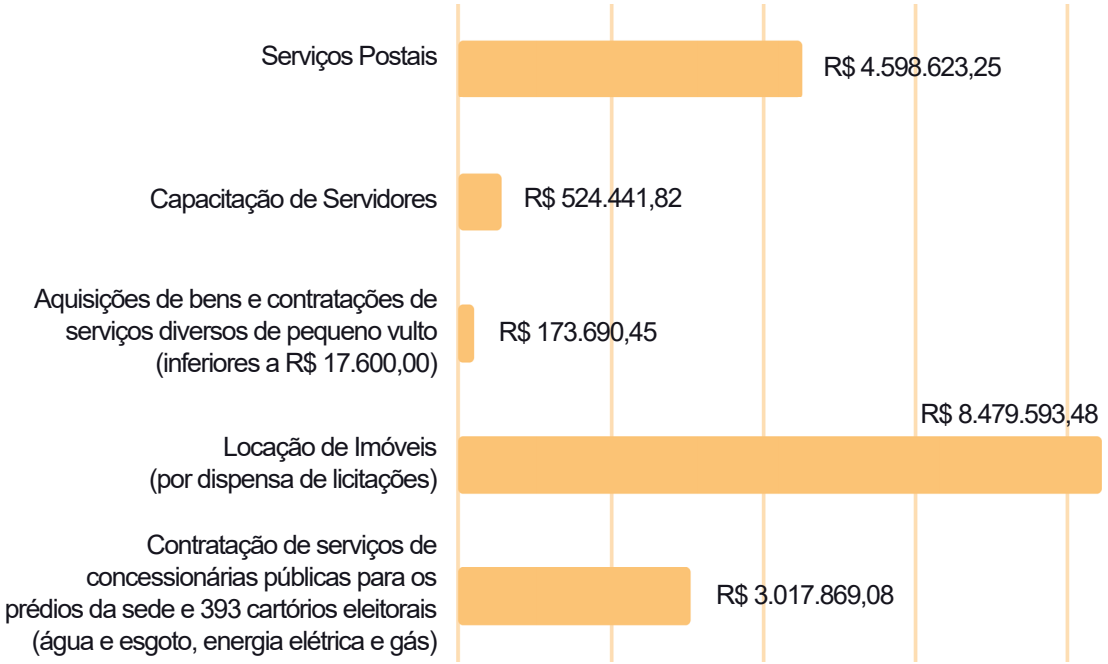
- 37% **Contas Públicas (água, energia e gás)**
- 18% **Capacitação**
- 29% **Aquisições/contratações de pequena monta**
- 15% **Outros**
- 1% **Locação de Imóveis**

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÕES EM 2020

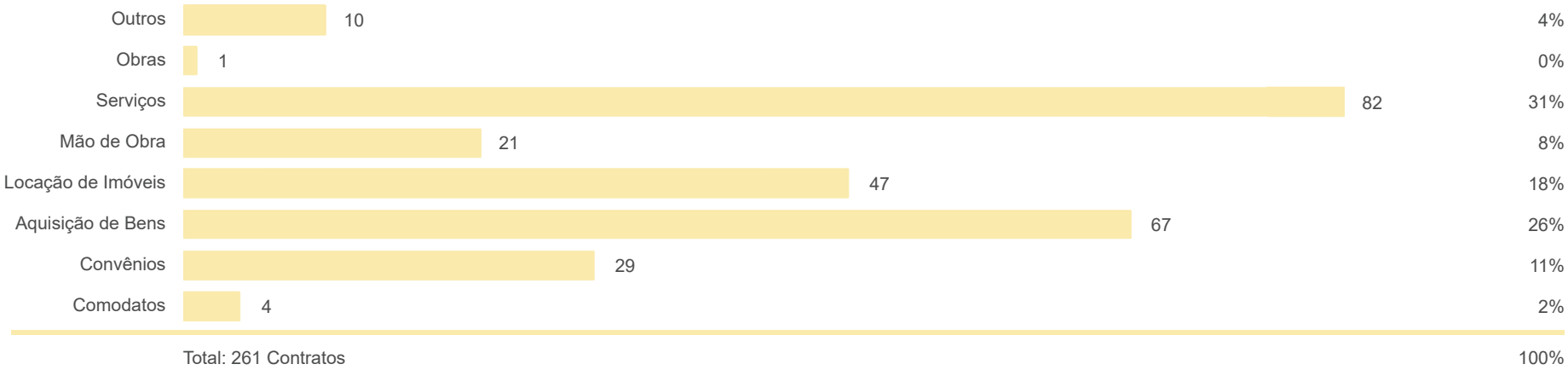


- 41% Inexigibilidade de Licitação: 149
- 31% Pregões: 115
- 27% Dispensa de Licitação: 99
- 1% Outros Procedimentos: 4

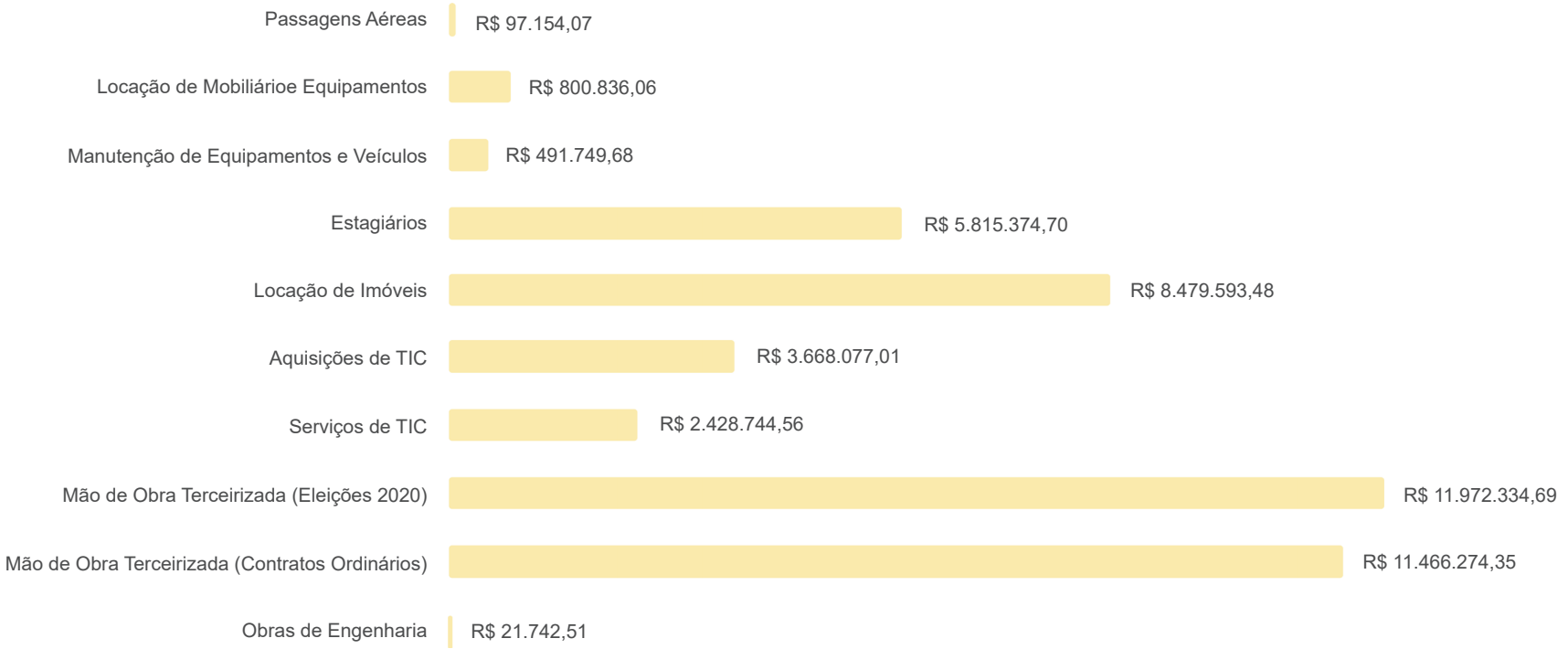
PRINCIPAIS OBJETOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA



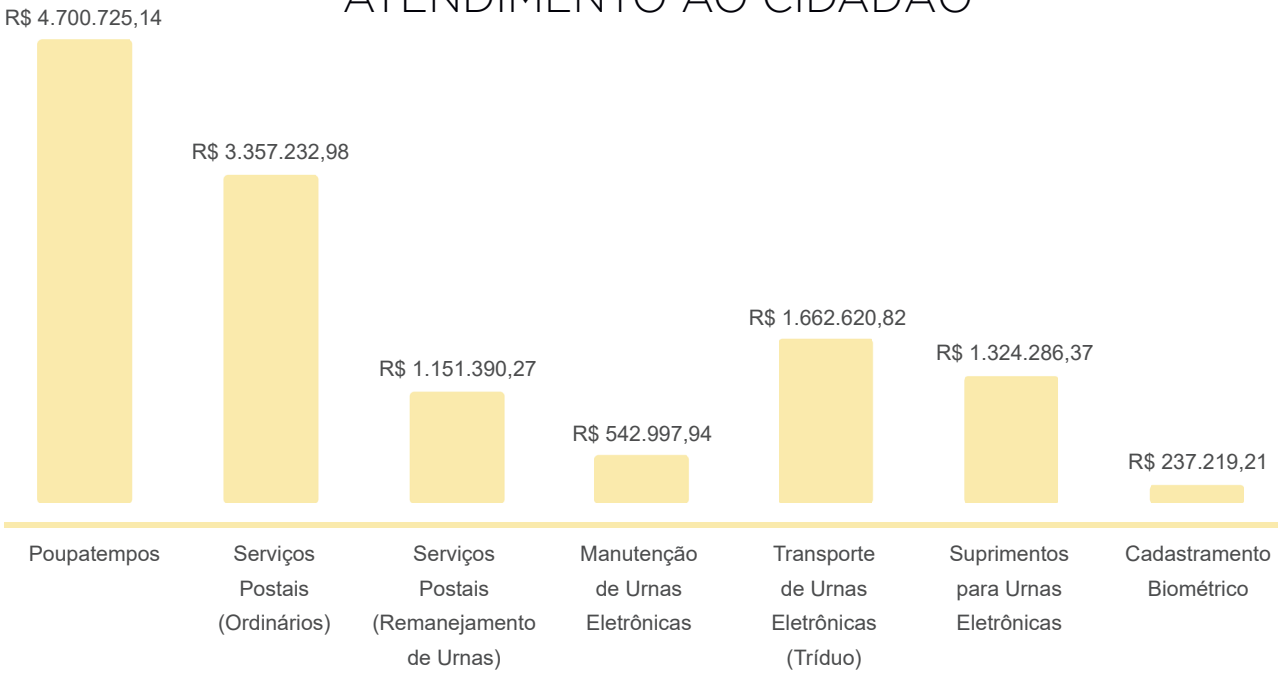
CONTRATOS GERIDOS EM 2020



PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS EM 2020



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES PARA O ATENDIMENTO AO CIDADÃO



PAC 2021

PLANEJAMENTO PARA 2021

DESAFIOS

Realizar o planejamento das aquisições e contratações, sua execução e respectiva gestão, conforme as diretrizes da Resolução 347 do Conselho Nacional de Justiça, para atendimento e satisfação das necessidades da Administração.

AÇÕES

- Aperfeiçoar, normatizar e padronizar os processos de gestão e execução das aquisições e contratações;
- Implantar um sistema de informatização para a gestão de licitações e contratações.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

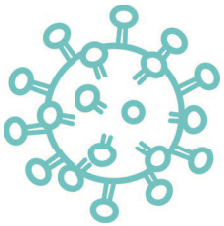
A terceirização, preconizada no Decreto 9.507 de 21/09/2018, teve sua continuidade nos serviços necessários e essenciais ao funcionamento, manutenção e conservação dos prédios da Secretaria e dos cartórios eleitorais da capital, conforme tabela ao lado.

Abastecimento		
Água mineral da Secretaria	Lanches para as eleições	Lanches para os juízes

Prestação de serviços			
Infraestrutura	**Segurança por equipamentos**	**Serviços terceirizados com fornecimento de mão de obra**	**Meio ambiente**
Coleta de resíduos sólidos	CFTV – Secretaria	Operação de elevadores (ascensoristas)	Coleta de resíduos sólidos
Controle sanitário de ambientes da Secretaria e Cartórios da Capital	Sistema de catracas - Secretaria	Movimentação de materiais e manutenção dos imóveis (carregadores e jardineiros)	Coleta, descontaminação e trituração de lâmpadas
Serviços de lavanderia	Monitoramento eletrônico dos Cartórios da Capital e prédios Anexos	Copeiragem	Coleta de itens tecnológicos para reprocessamento - Papa-pilhas
Locação de Kits tecnológicos para treinamento dos mesários	Manutenção de extintores – Secretaria e Cartórios da Capital	Garçonaria	
Aquisição de materiais de marcenaria	Monitoramento dos Itens de Segurança dos Cartórios Eleitorais do Interior	Limpeza dos Cartórios da Capital	
Aquisição de materiais de serralheria	Plano de Emergência Contra Incêndio e para Abandono de Edificações - PEIAE	Limpeza dos prédios da Secretaria	
Serviços de lavagem de veículos	Aquisição de scanner – raio X para a Sede I	Recepção e operação de áudio e vídeo	
Locação de Purificadores de água para cartórios da capital e do interior através de ARP		Vigilância dos prédios da Secretaria	
		Transporte com fornecimento de motoristas executivos e de serviço	
		Contratação de Serviços de Transporte por Aplicativo	
		Serralheria e Marcenaria	

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Atendidas as peculiaridades do momento atual, com a suspensão do expediente presencial no âmbito deste Regional devido à pandemia do novo coronavírus, apesar das restrições e da necessidade de adequação aos protocolos sanitários definidos pelas autoridades competentes, prosseguiram e/ou foram renovadas em 2020 as contratações relacionadas aos serviços essenciais à manutenção da higiene nos ambientes de trabalho, de modo a evitar riscos à saúde dos usuários (magistrados, autoridades, servidores, mão de obra terceirizada, colaboradores eventuais, advogados e público visitante em geral) dos prédios das Secretarias e cartórios eleitorais da capital..

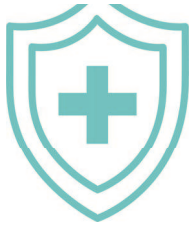


Foram mantidos os procedimentos relacionados à segurança das instalações e dos usuários, pela utilização do CFTV, que tem por finalidade garantir a proteção do patrimônio, mediante monitoramento ininterrupto por imagens e do sistema de catracas eletrônicas de acesso aos prédios da Secretaria. Nas serventias da capital, a proteção continuou sendo efetuada por monitoramento eletrônico.

A manutenção dos extintores de incêndio, tanto da Secretaria como dos cartórios da capital, teve sua continuidade, utilizando-se o sistema de registro de preços.

A formação e o treinamento da Brigada de Incêndio foram adiados para o ano de 2021 devido às restrições causadas pela crise sanitária, de acordo com Processo SEI 2180-18.2020.6.26.8000, e a proposta de atualização do plano de emergência contra incêndio e abandono das edificações – PEIAE está tramitando (Processo SEI 52044-59.2019.6.26.8000), sendo que o expediente está atualmente na Secretaria de Administração de Material em fase de cotação de preços.

A aquisição de scanner – raio X para a Sede I foi concluída, nos termos do Processo SEI 23588-65.2020, e o agendamento da instalação definitiva está aguardando o leiaute que está em fase de conclusão. A fiscalização contratual informou, nos termos do doc. SEI 2541706 que assim que o equipamento for instalado será agendado o treinamento com os servidores indicados para a operação. A data do agendamento para a instalação definitiva e treinamento deverá ocorrer entre de março e abril/21, desde que a Fase Vermelha decretada no Estado de São Paulo em março/21 seja superada.



Foi finalizado em 2020 o procedimento licitatório referente à implantação gradual do serviço de transporte por aplicativo para servidores e/ou prestadores de serviços terceirizados, onde couber essa modalidade de serviço, visando minimizar os gastos com a utilização, manutenção e condução dos veículos da frota, com a consequente contratação da empresa vencedora do certame, conforme Proc. SEI 0046400-38.2019.6.26.8000.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Foi elaborado Termo de Referência para o edital de Chamamento Público 01/2021, que convocará as empresas de engenharia especializadas em serviços de conservação de energia (ESCOs) interessadas na elaboração de projeto de eficiência energética objetivando a participação do TRE-SP em Programa de Eficiência Energética da ENEL-SP. As ações envolvem as Sedes I e II, bem como o Almoxarifado Central, e a licitação ocorreu em 27/01/2021, conforme SEI 0016474-75.2020.6.26.8000, tendo como vencedora a empresa Zinng Consultoria em Eficiência Energética Ltda. A proposta do Projeto de Eficientização do Sistema de Iluminação da Sede 2 e do Almoxarifado Central foi apresentada à ENEL-SP em 10/02/2021, e teremos resposta sobre a aprovação ou não do projeto em 02/04/2021, com prazo até 26/04/2021 para recursos.

No tocante às ações futuras na Sede I, localizada na rua Francisca Miquelina, 123, cabe destacar a elaboração de projeto para contratação das obras de adequações civis e elétricas, visando à obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A contratação das obras está prevista para ocorrer em 2021.

Quanto às ações futuras na Sede III, compostas do Prédio da Rua Líbero Badaró, 73/77 e do Prédio da Rua José Bonifácio, 376, nesta Capital, cabe destacar:

1. Elaboração de Termo de Referência e Caderno de Encargos para futura licitação da contratação de empresa de engenharia de consultoria e projetos para elaboração dos projetos básicos e executivos de sistema de automação predial, elétrico, de climatização, de detecção, de alarme e combate a incêndios, de proteção contra descargas atmosféricas e de transporte vertical, bem como de rede de dados corporativa.
2. Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa especializada para execução de Projeto Executivo e Obra de Restauração das Fachadas, preservando as características externas da edificação como exigência do CONPRESP, conforme publicação do Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 01/10/2016.
3. Elaboração de Termo de Referência para contratação de projeto de reforço estrutural em alguns pavimentos.

Destaca-se, por fim, o pedido de aquisição de jarras de água aos gabinetes da Secretaria deste Regional, disponibilizado no presente exercício, objetivando a redução de consumo de água em garrafas pet de 500 ml de água.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-SP aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus normativos internos, a exemplo do Plano Estratégico de TIC - PETIC, instituído pela Resolução TRE-SP 363/2016, periodicamente revisado. Segue, ainda, boas práticas e padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação, de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP

O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC TEM COMO INSTÂNCIAS

CDTIC

Comitê Diretivo de TIC

Composto por membros da Alta Administração:

- Presidente
- Corregedor Eleitoral
- Diretor-Geral
- Secretários de cada área do Tribunal
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Titular da unidade de Comunicação Social

Atribuições:

Deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação e comunicação

CETIC

Comitê Executivo de TIC

Composto por membros da equipe técnica:

- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação
- Titulares das Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação

Atribuições:

Sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, entre outros

Comissão de Segurança da Informação

- Diretor-Geral: Gestor dos trabalhos
- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação: Gestor de Segurança da Informação

Atribuições: Sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE/SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, entre outros

Composta pelos titulares:

- Assessor da Presidência
- Assessor da Corregedoria
- Diretor-Geral
- Secretário de cada área do Tribunal
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Coordenador de Comunicação Social

Atribuições:

Propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

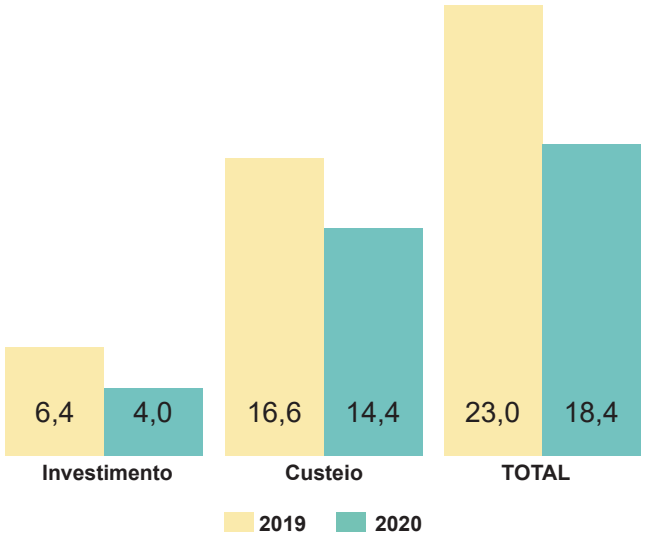
Montante de Recursos aplicados em TIC - 2020 (R$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2020
Investimento	4,0	3,1	1,2
Custeio	14,4	13,7	0,3
Total	18,4	16,8	1,5

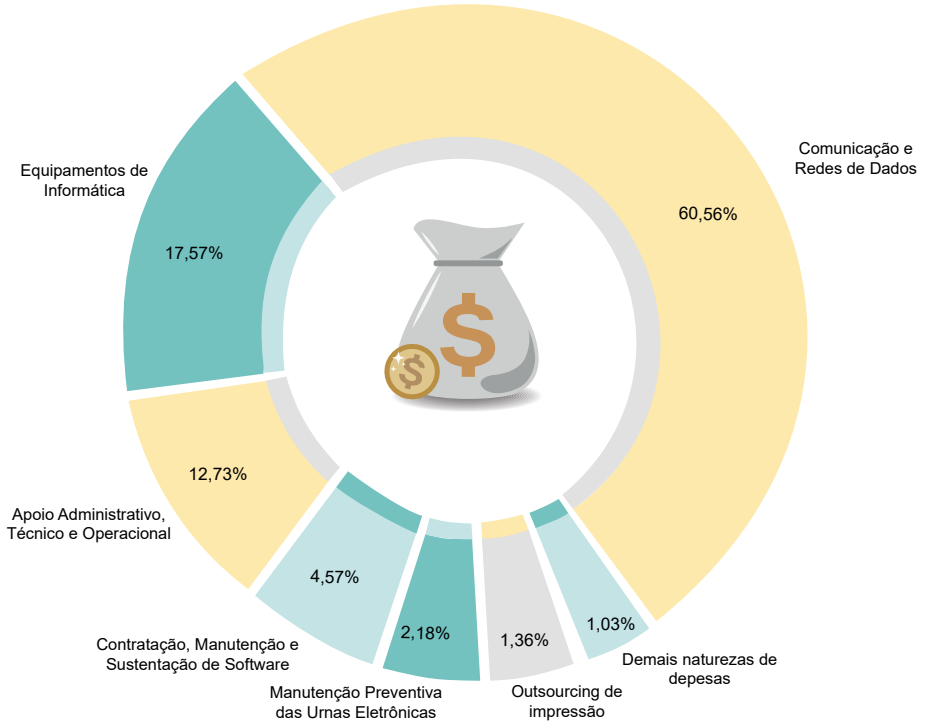
Montante de Recursos aplicados em TIC - 2019 (R$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2019
Investimento	6,4	5,3	4,44
Custeio	16,6	16,2	0,16
Total	23,0	21,5	4,6

Valores empenhados (R$ milhões) por tipo de despesa



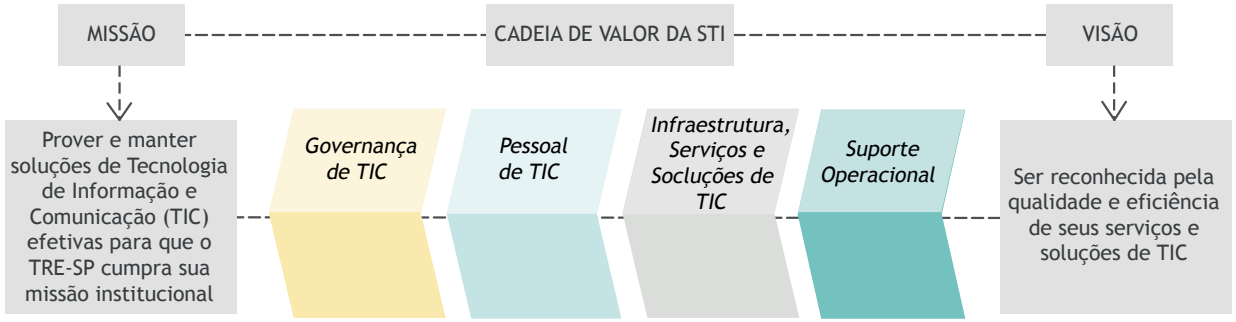
Gastos de TIC em 2020 por Natureza da Despesa



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

Empresa	Objeto	Processo e Edital (ou Contrato)	Valor Contratual	Despesa paga em 2020
Telefonica Brasil S/A (backbone)	Prestação de serviços de telecomunicações para prover a comunicação entre a Sede e os cartórios eleitorais da Capital.	SADP 464110/2012 SEI 0011929-59.2020.6.26.8000	53.402.141,70	8.942.639,58
Claro S/A (backbone)	Prestação de serviços de telecomunicações para prover a comunicação entre a Sede e os cartórios eleitorais da Capital.	SADP 464.110/2012	6.754.105,46	1.159.080,15
Torino Informática (Ltda)	Notebooks	0034679-55.2020.6.26.8000 PEF 115/2019	1.608.552,00	1.608.552,00
		SEI 0051565-66.2019.6.26.8000 PEF 115/2019 ARP 164/2019	1.001.960,00	1.001.960,00
		SEI 0081021-61.2019.6.26.8000 PEF 115/2019 ARP 164/2019	146.232,00	146.232,00
Redisul Informática Ltda	Prestação de serviços de administração, gerência e operacionalização de rede local de dados, bem como serviços de substituição dos switches atualmente em uso, suporte técnico, atualização, manutenção técnica corretiva e preventiva, serviço de instalação, desinstalação, ativação e operacionalização de pontos de rede	0054786-28.2017.6.26.8000	1.463.336,06	536.119,95
Central IT Tecnologia da Informação Ltda	Prestação de serviços de suporte às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação	0054735-17.2017.6.26.8000	4.357.047,52	1.547.201,42
Seger Comercial Importadora e Exportadora S/A	Fornecimento, instalação e configuração de solução corporativa de acesso wireless	0051079-81.2019.6.26.8000 ARP 08/2020	1.397.496,00	1.397.496,00

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR



Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TIC	Principais resultados (Benefícios e Impactos)
Governança de TIC	Aprimoramento da Governança de TIC	O TRE-SP avançou do nível "satisfatório" para o grau de "excelência", atingido após grande esforço dos servidores em implantar os processos previstos no Diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.
	Revisão do PETIC	As modificações realizadas tiveram como escopo a reformulação dos indicadores de desempenho, de modo a aperfeiçoar a aferição dos resultados e identificar oportunidades de melhoria, além de garantir alinhamento ao Art. 26 da Resolução 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça.
Pessoal de TIC	Aprimoramento da capacitação tecnológica dos servidores da STI	Contratação de licenças rotativas em plataforma de treinamentos à distância que disponibilizou diversos treinamentos tecnológicos e agilizou a realização de cursos, uma vez não ser necessária a contratação de cada curso individualmente, o que permitiu, também, o incremento do percentual de cumprimento das ações de aperfeiçoamento e capacitação dos gestores e servidores, impossibilitados de participar de cursos presenciais durante a maior parte do ano.
Infraestrutura, Serviços e Soluções de TIC	Aquisição de 297 Notebooks	Possibilitou a renovação e atualização de parte do parque de equipamentos, garantindo o ambiente adequado e atualizado às demandas e processos que utilizam recursos de TIC.
	Implantação de solução de VPN	Permitiu a realização de trabalho remoto de cerca de 3.220 servidores, com segurança, para ambientes Secretaria e Cartórios, possibilitando a continuação da realização das atividades durante o distanciamento social.
	Implantação de solução de Videoconferência	Possibilitou a realização de reuniões virtuais e seminários remotamente, durante a pandemia. Foram realizadas cerca de 2.730 reuniões e 102 seminários.
Infraestrutura, Serviços e Soluções de TIC	Disponibilização de sistemas para acesso via internet	Implementado para permitir que os servidores conseguissem ter acesso aos recursos de comunicação interna, entre outros serviços, como troca de senhas e treinamentos de forma remota, possibilitando o andamento das suas atividades sem necessidade de VPN.
	Disponibilização do módulo CadOffline no ACOMPVOT	Em virtude da pandemia, da necessidade de isolamento social e em razão do volume de eleitores transferidos de ofício, foi necessário disponibilizar uma ferramenta para ajudar a localização da seção eleitoral no dia da eleição, possibilitando a realização de cerca de 184 mil consultas de locais de votação.
	Disponibilização do SEI Peticionamento	Permitiu aos usuários externos peticionarem, criarem documentos e processos diretamente no sistema, encaminhá-los às unidades correspondentes e receberem intimações eletrônicas. Implantado devido à pandemia, para evitar a necessidade das pessoas se deslocarem até o cartório ou ao protocolo do TRE.
	Implantação da Sessão Plenária Virtual	Possibilitou que as sessões plenárias e julgamentos da corte continuassem a ser realizadas normalmente viabilizando, por exemplo, o julgamento de todos os processos de candidaturas relativos às eleições municipais de 2020 no segundo grau.
	Contratação de 2 fornecedores distintos para disponibilização de links de acesso à internet	Os novos contratos dos links de acesso à internet, com fornecedores diferentes, possibilitaram aumento da disponibilidade e da capacidade dos links, que passaram de 100Mbps para 1Gbps cada. Com isso, também foi possível o atendimento às demandas de preparação das eleições 2020, como transferências de arquivos e acesso a sistemas de forma mais rápida, além de ampliação da quantidade de conexões VPN.
Suporte Operacional	Implantação da Central de Serviços de TIC	Permitiu a instituição do ponto único de contato de primeiro nível englobando o Cadastro de Eleitores, Urna Eletrônica, Sistemas Eleitorais e Infraestrutura de TIC. Os usuários de TIC podem ser atendidos por telefone ou pelo Portal Service Desk na Intranet.

Comissão de Segurança da Informação

Foi instituída Comissão de Segurança da Informação, por meio da Portaria nº 42/2018, composta pelos seguintes titulares: assessor da Presidência ou servidor indicado pelo presidente, assessor da Corregedoria ou servidor indicado pelo corregedor, diretor-geral, secretário de cada área do Tribunal, assessor-chefe de cada área do Tribunal e o coordenador de comunicação social.

As atribuições da Comissão consistem em propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação.

A **gestão dos trabalhos** fica a cargo do **diretor-geral**.

O titular da Secretaria de Tecnologia da Informação foi designado **Gestor de Segurança da Informação** por meio da Portaria nº 41/2018 e possui como atribuições propor à Comissão de Segurança da Informação normas, iniciativas e novas tecnologias visando aumentar o nível de segurança da informação.

As Normas de Segurança da Informação versam sobre segurança para usuários, segurança física de instalações, segurança para profissionais de TI, controle de acesso, códigos maliciosos, segurança para instalação de configuração de sistemas operacionais e tratamento de mídias e de cópias de segurança (Backup).

Essas normas ficam disponíveis no ambiente de rede interno (intranet) e são importante ponto de apoio na operacionalização da Política de Segurança da Informação.

Algumas comissões e grupos de trabalho compõem a estrutura para manutenção e melhoramento contínuo da Segurança da Informação, como a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), responsável por tratar eventuais incidentes relacionados à segurança da informação; contudo, merece destaque a designação, por meio da Portaria nº 289/2020, do Grupo Técnico de Análise de Riscos de Segurança da Informação, com o objetivo de avaliar os cenários, elaborar o Plano de Resposta e Recuperação aos Riscos da Segurança da Informação e proteger um dos principais ativos da organização – a informação – bem como a reputação e a imagem do TRE-SP, por meio da implementação e gestão de ações corretivas e preventivas.

Visando instituir um conjunto de medidas para proteção de dados e prevenção de incidentes cibernéticos, bem como para padronização de coleta e preservação das evidências destinadas à atuação da polícia judiciária, no caso de ser necessária a investigação de incidentes de segurança da informação, o Conselho Nacional de Justiça publicou os seguintes normativos: a Resolução nº 360/2020 e Portaria nº 290/2020, determinando a adoção de Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/ PJ), Resolução nº 361/2020 e Portaria nº 292/2020, determinando a adoção de Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário, e Resolução nº 362/2020 e Portaria nº 291/2020, determinando a adoção de Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos.

Para consecução desses objetivos, será necessário mapear e implementar inúmeros processos de trabalho, capacitar funcionários e implantar recursos tecnológicos adicionais, visando prevenir ameaças cibernéticas que possam impactar negativamente a continuidade do negócio do Tribunal.

O TRE-SP cumpriu, mais uma vez, sua função institucional, assegurando o pleito com lisura e transparência, demonstrando a Segurança da Urna Eletrônica.

Foram disponibilizados interna e externamente diversos textos e vídeos explicativos sobre como os softwares e as urnas eletrônicas são desenvolvidos e configurados, além de destacados os processos de controle de garantia da autenticidade e integridade dos programas e das informações, como a auditoria e fiscalização da urna ocorridas em diversas etapas do processo eleitoral.

Apesar de a adoção do trabalho remoto ter trazido cenários que poderiam aumentar os riscos à segurança digital, a implementação de ferramentas adicionais de segurança, aliadas a ações contínuas de conscientização dos servidores quanto à Segurança da Informação, garantiram que o TRE-SP, além de continuar mantendo sua pontuação máxima nos quesitos constantes dos questionários dos órgãos de controle, tivesse como resultado, também, a não ocorrência de incidentes de segurança da informação que tenham impactado a continuidade dos serviços essenciais de TIC.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS – 2021

Apesar de o TRE-SP ter obtido grande salto de maturidade, atingindo grau de excelência no Diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD, constitui-se grande desafio a manutenção e expansão daqueles quesitos, em especial com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Justiça, da nova Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o próximo ciclo 2021-2026, com novas metas e objetivos estratégicos desafiadores, como Promover a Transformação Digital e Buscar a Inovação de Forma Colaborativa.

Permanece a necessidade de investir na atualização e capacitação tecnológica e gerencial dos servidores da STI utilizando plataformas de treinamento a distância consagradas, principalmente com a expectativa de manutenção do trabalho remoto durante a pandemia e a possibilidade de implantação do teletrabalho posteriormente, que ensejará mudança de paradigmas e necessidade de futura implementação de ferramentas que possibilitem o acompanhamento da conclusão das atividades e avaliação de desempenho dos servidores.

Do mesmo modo, permanece o Projeto de Modernização do Parque de Equipamentos e Infraestrutura de TIC, com a substituição de equipamentos com mais de 5 anos de uso, aquisição de equipamentos e ampliação de licenças para a realização de videoconferências, além da substituição do Firewall, visando incrementar mecanismos de segurança da informação.

Visando subsidiar a tomada de decisões, está prevista a ampliação de Ferramentas de Business Intelligence, que permitem coletar e processar grandes quantidades de dados dos sistemas internos.

Em atendimento ao objetivo estratégico “Primar pela satisfação dos clientes de serviços e soluções de TIC”, está prevista a ampliação do serviço de prestação de suporte de TI.

Finalmente, em atendimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça, estão previstas a elaboração e implantação de protocolos de Gerenciamento de Crises Cibernéticas, de Investigação de Ilícitos Cibernéticos e de Prevenção a Incidentes Cibernéticos, visando implementar um conjunto de ações complementares para garantir a continuidade ou restabelecimento do negócio e apurar ocorrências envolvendo crimes cibernéticos. O grande desafio, nesse sentido, será assegurar que os novos processos e procedimentos instituídos sejam incorporados à cultura organizacional, pois a segurança da informação depende de todos os envolvidos. Para isso as ações de conscientização contínuas deverão ser reforçadas.

Quanto aos desafios propostos para 2020 e os resultados obtidos, ficou prorrogada para 2021 a finalização do Projeto de Implantação do Datacenter Seguro, que garantirá a ampliação da segurança e da disponibilidade dos serviços necessários às atividades deste Regional.

Outros projetos, como a ampliação da Infraestrutura de TIC, por meio da aquisição de novos servidores e switches e contratação de novo serviço de cabeamento unificado para todas as sedes e anexos da Secretaria, além do incremento na automação, com a implantação de ferramentas de chatbot e uso de inteligência artificial, também tiveram de ser postergados para 2021, por conta de alterações na priorização de projetos em decorrência da necessidade de concentração nas atividades de infraestrutura e suporte, para viabilizar a continuidade dos serviços via trabalho remoto e a realização das Eleições 2020.

Foi concluído com êxito o aprimoramento da Governança de TIC, cujos resultados permitiram ao TRE-SP avançar do nível satisfatório para o grau de excelência, atingido após esforço dos servidores em implantar os processos previstos no Diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

De forma análoga, a capacitação tecnológica dos servidores da STI sofreu considerável avanço, com a contratação de licenças rotativas em plataforma de treinamentos à distância que disponibilizou diversos treinamentos tecnológicos e agilizou a realização de cursos, uma vez não ser necessária a contratação de cada um individualmente e permitindo, também, o incremento do percentual de cumprimento das ações de aperfeiçoamento e capacitação dos gestores e servidores, impossibilitados de participar de cursos presenciais durante a maior parte do ano.

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Res. TSE 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2020, Lei 13.898, de 11 de novembro de 2019, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 16, e parágrafo único do mesmo art. 16.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria 90/2014 do Tribunal de Contas da União (TCU). A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC". A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU deixou de solicitar as informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática, passando a solicitar os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se à peculiaridade desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à previsão legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca pela melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar na supressão dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero, alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

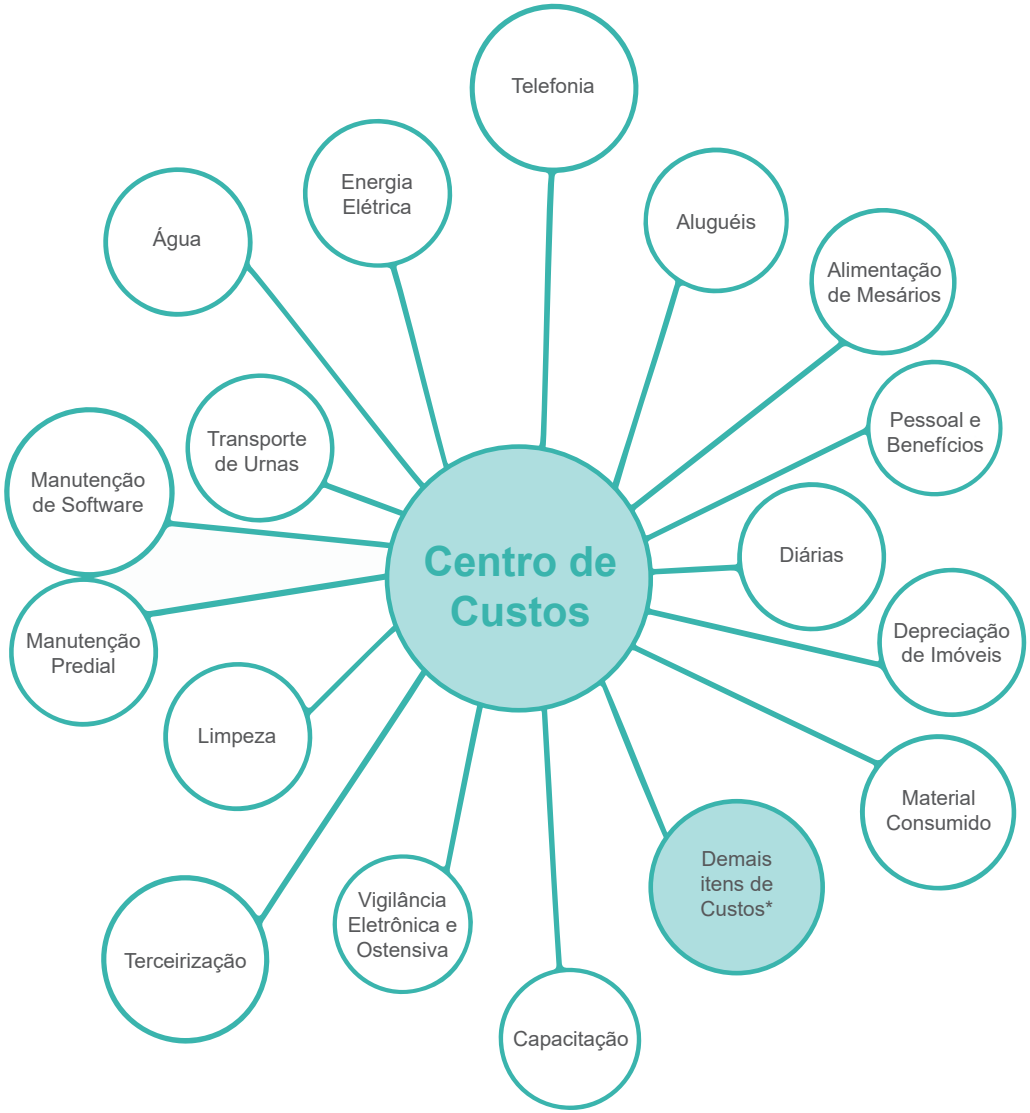
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF/TSE), Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



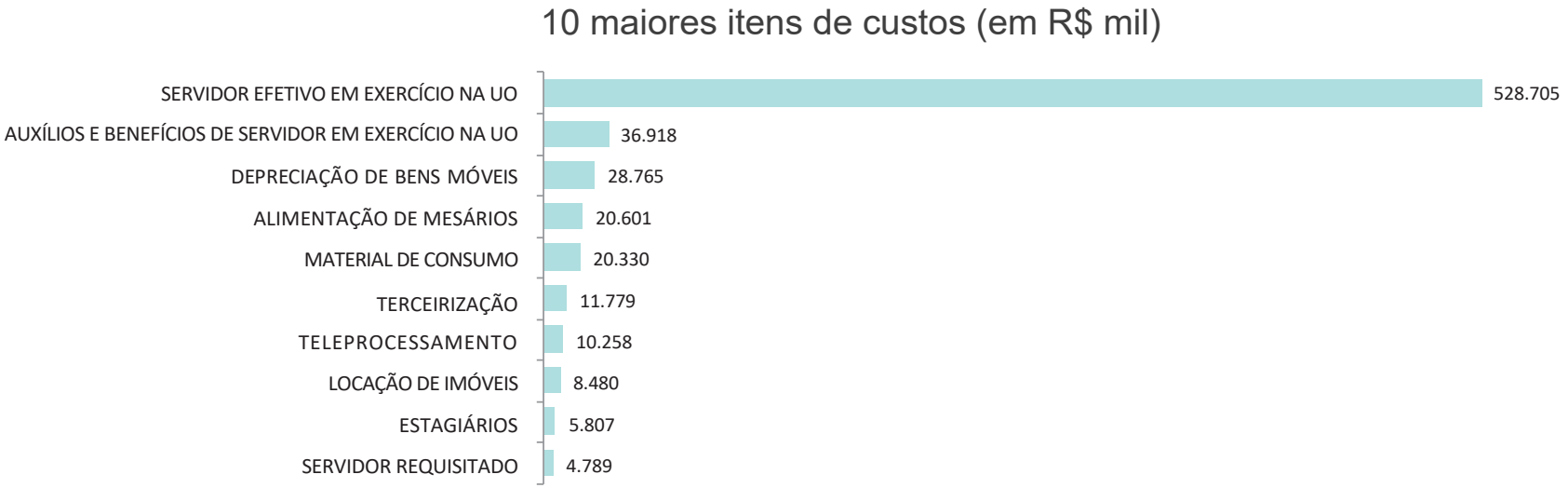
* Atualmente são 45 itens de custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

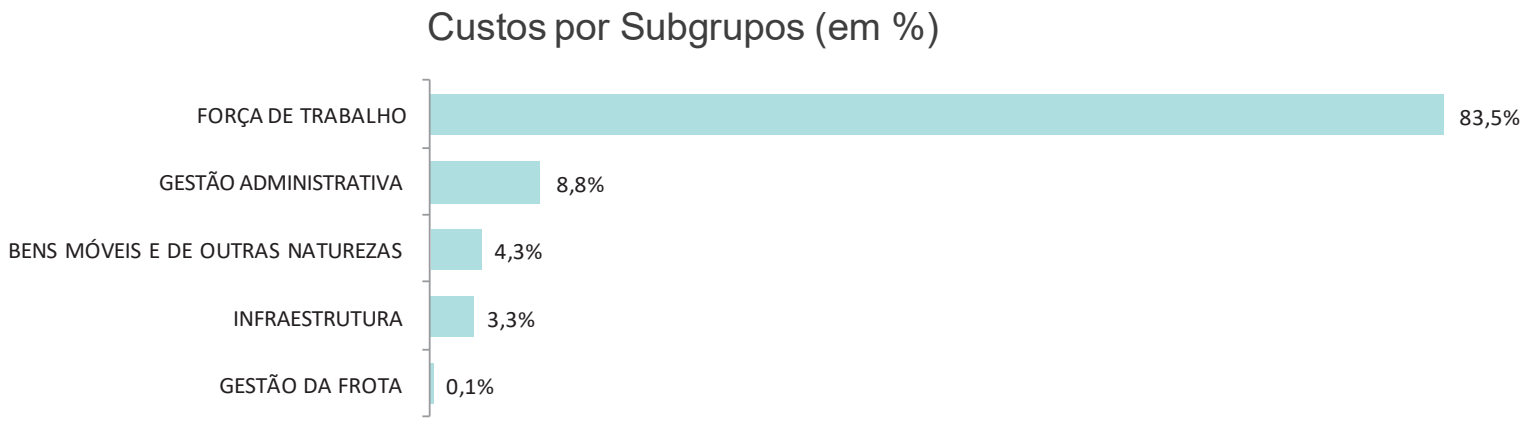
* Pode ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2020, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

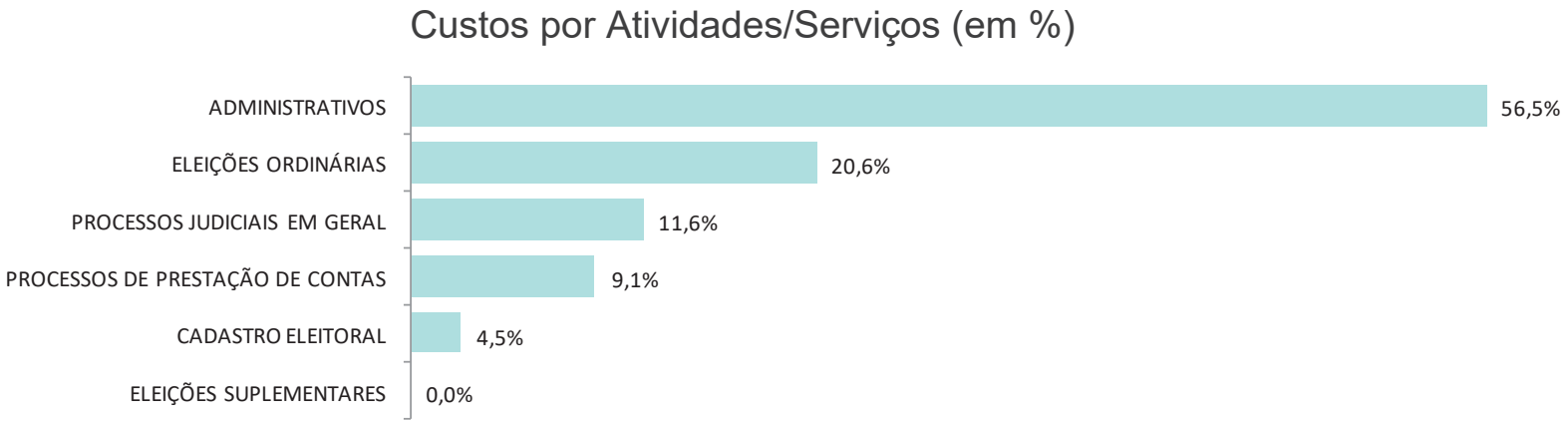
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no exercício de 2020, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



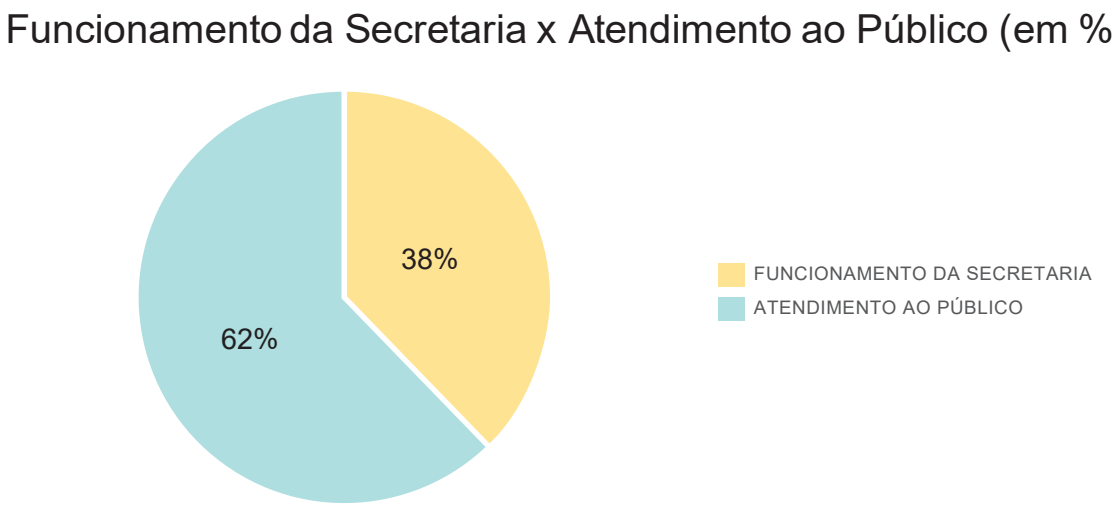
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

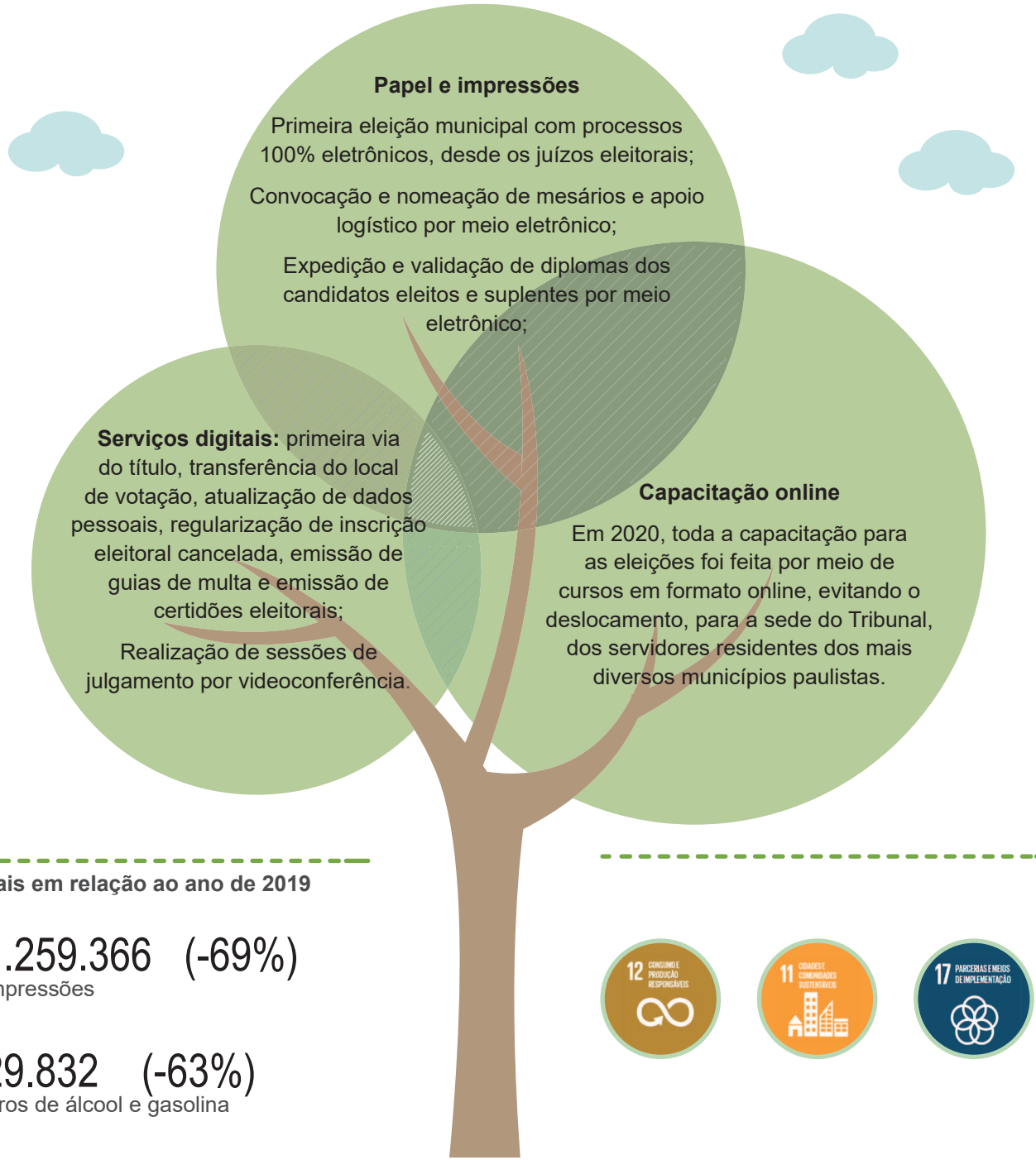
O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo reconhece a responsabilidade ambiental e social como um valor perene e, assim, desde longo tempo, tem suas ações pautadas na sustentabilidade.

Esse direcionamento é realizado com o auxílio do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-SP, importante instrumento de gestão socioambiental, bem como da avaliação da evolução dos resultados obtidos pela instituição em relação aos indicadores previstos no PLS, por meio dos relatórios de desempenho do PLS.

Importa destacar, também, que o referido Plano vai ao encontro da consecução da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, dentre os quais se destaca o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12, que visa, principalmente, promover a eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável e do acesso a serviços básicos.

No ano de 2020, mesmo no contexto de distanciamento social em decorrência da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, o Tribunal não se esquivou de seu dever socioambiental, aproveitando o desafio para desenvolver novos processos de trabalho, mais sustentáveis.

O grande destaque foi, sem dúvidas, a realização do trabalho, sempre que possível, de maneira remota, reduzindo a trilha de carbono deixada pelo TRE-SP, aumentando a produtividade, melhorando a qualidade de vida do servidor, além de permitir a redução do consumo de água envasada, papel e impressões, combustível, energia elétrica, entre outros.



Números de destaque na redução do consumo de recursos naturais em relação ao ano de 2019

28.974 (-73%)
embalagens descartáveis para água - pet 500ml

1.259.366 (-69%)
impressões

23.300 (-57%)
Resmas de papel

29.832 (-63%)
litros de álcool e gasolina

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS DE **SUSTENTABILIDADE** NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

Contratação de lavagem dos veículos do Tribunal com a utilização de sistemas de reaproveitamento da água para a execução do serviço ou outra medida considerada pertinente ao uso racional desta.

Frequente atualização da frota visando à aquisição de veículos energeticamente mais eficientes (melhor aproveitamento dos combustíveis e menos poluentes), proporcionando também menos gastos com a manutenção de veículos mais antigos.

Contratação de limpeza de fossa com transporte para estação de tratamento dos resíduos.

Aquisição de lâmpadas led, as quais não contêm nenhum elemento poluente ou contaminante, tais como as lâmpadas fluorescentes.

Aquisição de pilhas alcalinas, sem metais tóxicos (mercúrio e cádmio).

Contratação de serviço de limpeza com a previsão de utilização de produtos biodegradáveis e a proibição de utilização de saneantes domissanitários de Risco I, bem como a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de aerossol, ou líquido para pulverização.

AÇÕES PARA **REDUÇÃO** DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

As oficinas de marcenaria e de serralheria do Tribunal atuam em regime de reaproveitamento máximo de material, havendo pouco descarte de inservíveis, que ocorre de forma acompanhada, em locais próprios para a entrega voluntária de pequenos volumes;

Substituição, na Sede I, de 90% das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Elaboração de projeto de reforma do cartório da 353ª Zona Eleitoral – Guaianazes prevendo reaproveitamento de água de chuva para utilização em vasos sanitários e torneiras de jardim.

Aquisição de jarras de água para redução do consumo de água envasada (*pet* de 500 ml).

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Com o objetivo de proteção ao meio ambiente, além da contratação dos serviços de coleta de resíduos sólidos, que prevê reciclagem dos materiais, o TRE-SP adotou o sistema de descarte de lâmpadas por trituração, e de descarte de pilhas, baterias e materiais tecnológicos, por meio do Projeto Papa-pilhas.

A contratação de coleta de resíduos inclui transporte, tratamento e destinação final da totalidade de resíduos sólidos da classe 2, oriundos das diversas unidades administrativas; e dos resíduos orgânicos, alimentares e inservíveis. Os resíduos das classes 1 e 2, não reciclados, são descarregados em destino final devidamente autorizados pela CETESB.

A descontaminação de lâmpadas fluorescentes e mistas é realizada na sede da empresa contratada ou em local designado por ela, cuja metodologia visa sempre a proteção ambiental.

Em relação à frota de veículos, nos movidos a óleo diesel é utilizado o Diesel S-10, que apresenta melhor qualidade e baixíssimo teor de enxofre, causando menos danos ao meio ambiente.

Nos veículos “flex” ou movidos a bicombustível, há utilização preponderante de etanol por ser menos poluente e de fonte renovável. No ano de 2020, 93% do combustível utilizado nestes veículos foi o etanol.

Estabelecimento de rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados, visando a redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.

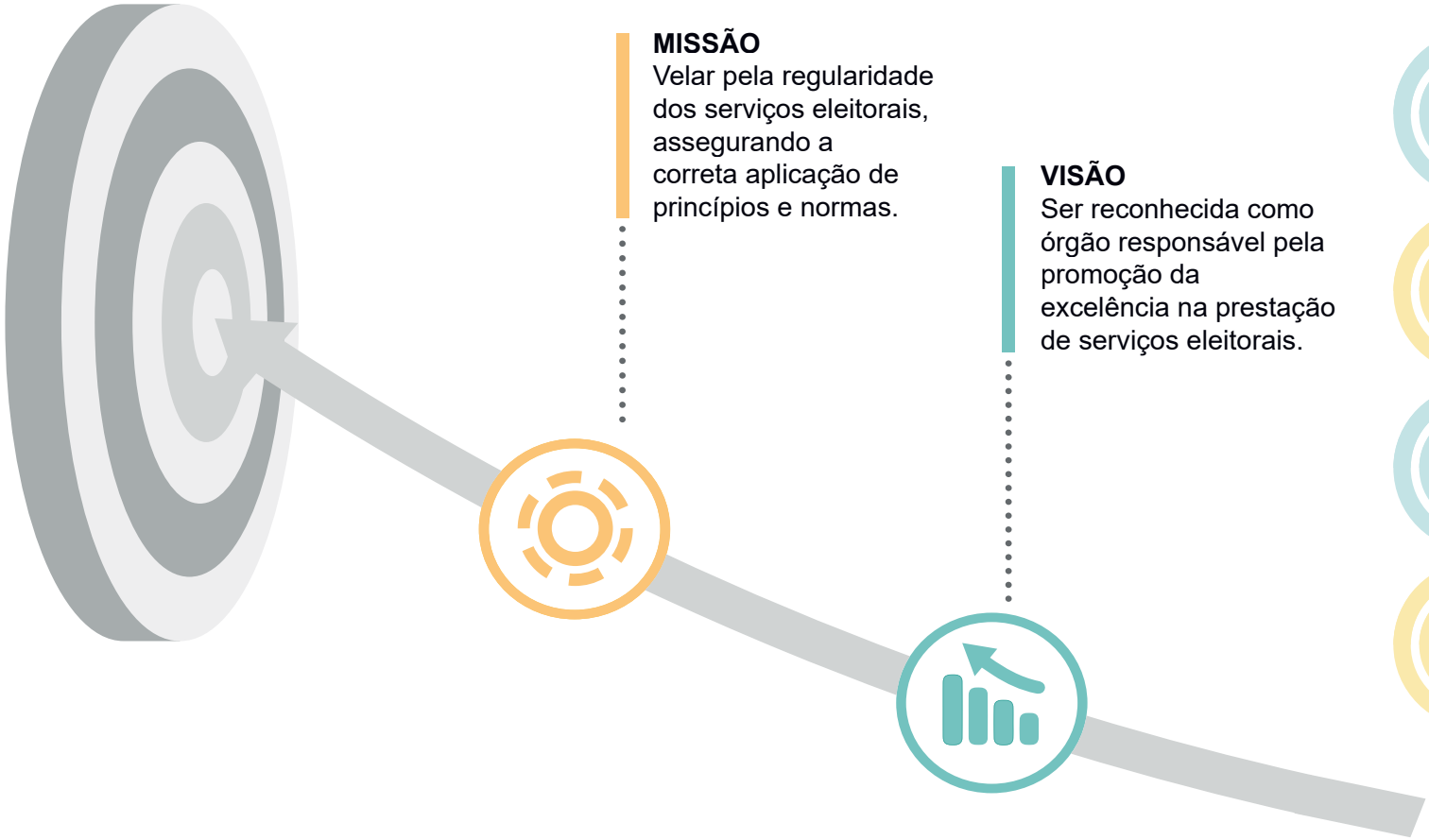
Realização de manutenções preventivas nos veículos da frota, conforme indicação dos manuais dos fabricantes, para que estejam sempre bem regulados e em perfeito funcionamento.

Utilização do serviço de transporte de forma racional para que um veículo escalado possa ser utilizado, sempre que possível, para atender a mais de uma requisição de unidades distintas em localidades próximas.

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo é a unidade do TRE responsável pela fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais e pela orientação das rotinas a serem observadas pelos cartórios eleitorais de todo o Estado.

Ao corregedor compete o exercício cumulativo da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral.



MISSÃO
Velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

VISÃO
Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realizar anualmente correições nos cartórios eleitorais
- Realizar inspeções nos cartórios eleitorais
- Orientar, treinar e fiscalizar os atos cartorários
- Processar as reclamações contra juízes, chefes e funcionários dos cartórios eleitorais

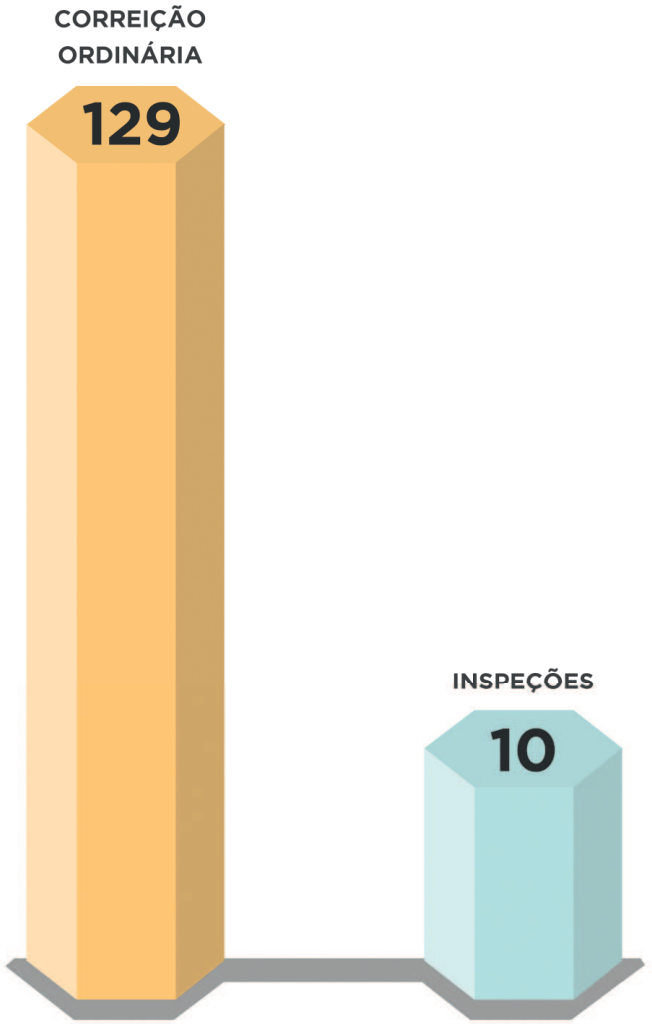
CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

A correição ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica, seguindo-se os critérios estabelecidos pela própria Corregedoria Regional.

INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas nos cartórios eleitorais quando previstas no cronograma anual de atividades da Corregedoria ou quando o corregedor toma conhecimento da ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços eleitorais. Podem ser realizadas in loco, com a presença de servidores da Corregedoria nas zonas eleitorais, ou virtualmente, por meio de videoconferência.



PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES FEITAS PELA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

As zonas eleitorais que apresentaram alguma inconformidade nos relatórios de correição foram devidamente orientadas em relação aos procedimentos adequados a serem adotados, sendo concedido prazo para a devida regularização, com o acompanhamento das seções da Corregedoria Regional Eleitoral, quando necessário.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO

PROCESSO: SEI 0040744-66.2020.6.26.8000

ACÓRDÃO DO TCU: 2442/2020 PLENÁRIO

NATUREZA DAS RECOMENDAÇÕES

Prestar informações para análise da medida cautelar pelo TCU acerca de dois pontos do edital do pregão eletrônico 75/2020 (tríduo):

- exigência de atestados de capacidade técnica equivalentes a 100% do quantitativo por item licitado;

- ausência de estimativa da quilometragem a ser percorrida na prestação do serviço de transporte.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Prestadas as informações ao TCU com as justificativas para:

(i) exigência de comprovação de 100% do quantitativo por item em disputa no pregão, como forma de conferir segurança à contratação;

(ii) a falta da indicação de quilometragem, ao argumento de não interferir no dimensionamento de custos e na formulação de proposta, por se afigurar como um dado acessório/secundário na dinâmica da prestação dos serviços, cujos maiores componentes de custo são as despesas com o profissional e com a disponibilidade do veículo nos cartórios.

Representação parcialmente procedente (acórdão 2977/2020 – Plenário), para indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 (recomendações):

"1.6.1.1. a ausência de informações sobre quilometragem média e possíveis destinos a serem percorridos na execução dos serviços de transporte objeto do PE 75/2020, prejudica a adequada formulação das propostas pelos licitantes, em desacordo com art. 3º, inc. III, da Lei 10.520/2002."

Unidade requisitante dos serviços (SGS) cientificada do teor do v. acórdão. Licitação a ser repetida em 2022 com o critério apontado pela colenda Corte de Contas.

PROCESSO: SEI 0042113-95.2020.6.26.8000

ACÓRDÃO DO TCU: 199/2011 - TCU-PLENÁRIO - MONITORAMENTO - PROC. TC 016.801/2020-2

NATUREZA DAS RECOMENDAÇÕES

Exame de conformidade dos atos de requisição de pessoal.

Determinação ao TRE-SP de abster-se de requisitar servidores para a limpeza de zonas eleitorais do interior e da capital.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Pela SAM/CLC:

Juntados os contratos/respectivos editais de limpeza destinados às zonas eleitorais da Capital (desde 2005),

sedes da Secretaria (2005) e as recentes contratações estabelecidas em caráter emergencial para algumas unidades do interior (2020 – vigências entre 15/10 e 18/12/2020).

Destacada a sistemática formalização de convênios de cooperação entre o Município sede do cartório do interior e a União (Justiça Eleitoral), cujas minutas dispostas nas linhas diretas 131/2019 e 132/2019 preveem o ônus para o ente municipal ("2.1.3. Prestar serviços de limpeza do imóvel disponibilizado ou locado, em periodicidade a ser definida segundo a estrita necessidade do Cartório".

Pela SGP:

Expedido o ofício TRE/SP n. 1.849/2020 (doc. 2271766) com os seguintes esclarecimentos (em apertada síntese):

- cumprimento do subitem 9.2 do Acórdão 199/2011-TCU-Plenário. Este Regional orientou os Juízos Eleitorais quanto à assunção dos serviços de limpeza pelos municípios, não mais acolhendo pedidos de requisição de servidor cujas atribuições do cargo guardam similaridade com as de um servente. Decisão comunicada ao TCU por meio do ofício TER/SP n. 1.404/2011;

- cumprimento do subitem 9.2 do Acórdão 2617/2016-TCU-Plenário (plano de ação que contemple a devolução aos órgãos de origem dos servidores cujas requisições contrariavam os artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 6.999/1982 e o artigo 6º, §2º, da Resolução TSE nº 23.255/2010). Decisão de 1º/12/2016 determinou a devolução ao órgão de origem de 6 servidoras remanescentes que ainda executavam serviços de limpeza nos cartórios eleitorais, além de 2 servidores municipais requisitados sem vínculo com a administração pública, em contrariedade ao artigo 2º da Resolução TSE nº 23.484/2016. Providências noticiadas ao TCU por meio do Ofício TRE/SP n. 3.496/2016;

- cumprimento do subitem 9.1.1 do Acórdão 199/2011-TCU-Plenário (com a redação alterada pelo subitem 9.2 do Acórdão 1551/2012-TCU-Plenário):

"(...) Plano de Ação foi encaminhado a essa Corte Superior por meio do Ofício TRE/SP nº 1.404/2011 e, desde então, têm sido cumpridas as determinações do Tribunal de Contas da União expedidas no subitem 9.1.1 do Acórdão n. 199/2011-TCU-Plenário, com indeferimento, de plano, de todos os pedidos de requisição que não atendam os artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 6.999/1982. Com relação ao artigo 6º, § 2º, da Resolução TSE nº 23.255/2010, tal normativo foi revogado e vigora atualmente o artigo 6º da Resolução TSE nº 23.523/2017";

- cumprimento do subitem 9.1.2 do Acórdão 199/2011-TCU-Plenário (requisição de pessoal com a justificativa acerca das necessidades enfrentadas pela serventia, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no cartório eleitoral);

- motivos para o descumprimento de qualquer uma dessas determinações. Conquanto não tenham em seu cargo atribuições relacionadas à limpeza e tampouco executem tais atividades nos cartórios, os 44 servidores requisitados foram orientados a fruir horas credoras para devolução ao órgão de origem impreterivelmente até 3/7/2021;

- indicação de contratos de terceirização de limpeza para a capital e da formalização de convênios de cooperação para assunção da limpeza pelos municípios sede de cartórios do interior, ressalvadas 3 (três) recentes contratações em regime emergencial para o período eleitoral/2020 para algumas localidades;

- cópias dos processos de requisição.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, do exercício de 2020, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi.

A conformidade contábil das demonstrações é realizada de acordo com os procedimentos descritos no manual SIAFI. Esse é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Siafi, que é o sistema do Governo Federal em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, incluindo as Notas Explicativas, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais e suas notas explicativas, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor e o Manual Siafi, relativas ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

São Paulo, 30 de março de 2021.

Abelardo Moreira Cruz

Contador – CRC Nº 182952-O/0

BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO

em R$

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		26.745.861	10.105.620
Caixa e Equivalentes de Caixa	NE 01	15.711.976	1.742.333
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	NE 02	4.003.027	2.707.639
Estoques	NE 03	7.030.857	5.655.647
ATIVO NÃO CIRCULANTE		210.812.592	202.060.284
Imobilizado	NE 04	208.749.754	201.843.691
Bens Móveis		84.002.645	84.453.490
Bens Móveis		166.078.535	276.430.206
(-) Depreciação Acumulada		-82.075.891	-191.976.716
Bens Imóveis		124.747.109	117.390.201
Bens Imóveis		124.993.840	117.621.630
(-) Depreciação Acumulada		-246.730	-231.429
Intangível	NE 05	2.062.838	216.593
Softwares		3.977.975	4.682.440
(-) Amortização Acumulada		-1.915.137	-4.465.847
TOTAL DO ATIVO		237.558.453	212.165.905

Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

em R$

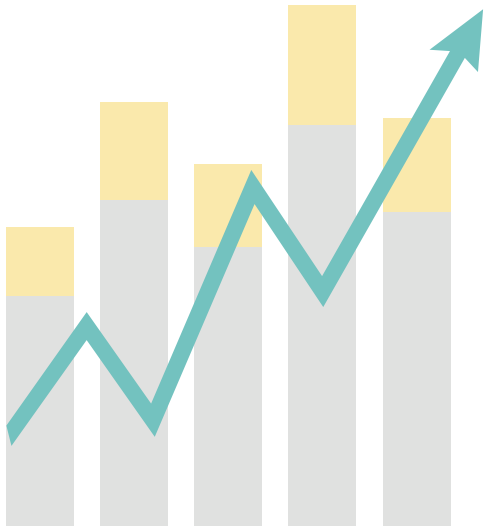
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		41.969.214	39.549.585
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	NE 06	41.788.931	38.797.229
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	NE 07	148.868	722.732
Demais Obrigações a Curto Prazo		31.415	29.624
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO PASSIVO		41.969.214	39.549.585
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE 08		
Resultados Acumulados		195.589.240	172.616.319
Resultado do Exercício		20.841.334	-33.672.428
Resultados de Exercícios Anteriores		172.616.319	201.374.061
Ajustes de Exercícios Anteriores		2.131.587	4.914.686
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		195.589.240	172.616.319
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		237.558.453	212.165.905

Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDO

em R$

	NE	2020	2019
a) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		980.540.806	928.015.182
Transferências e Delegações Recebidas	NE 09	909.308.282	894.807.158
Outras Transferências e Delegações Recebidas	NE 10	18.257.608	602.256
Reavaliação de Ativos	NE 11	32.738.946	4.956.378
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	NE 12	2.687.719	599.430
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	NE 13	17.548.252	27.049.960
b) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		959.699.473	961.687.611
Pessoal e Encargos	NE 14	597.903.123	616.170.185
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	NE 14	199.143.751	181.045.577
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	NE 15	137.891.121	130.118.622
Transferências e Delegações Concedidas	NE 16	20.022.863	27.684.165
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.467.362	6.364.986
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		271.252	304.076
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = (a-b)		20.841.334	-33.672.428



Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- RESUMIDO

em R$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2020 – RESUMIDO							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		824.557.083	842.109.740	907.936.605	885.331.391	885.237.415	-65.826.865
Pessoal e Encargos Sociais		715.142.281	738.675.559	765.097.486	751.991.678	751.991.678	-26.421.927
Outras Despesas Correntes		109.414.802	103.434.181	142.839.119	133.339.714	133.245.737	-39.404.938
DESPESAS DE CAPITAL		263.516	4.422.377	4.369.181	3.317.100	3.317.100	53.196
Investimentos		263.516	4.422.377	4.369.181	3.317.100	3.317.100	53.196
Reserva de Contingência		715.107					
TOTAL	NE 17	825.535.706	846.532.117	912.305.786	888.648.491	888.554.515	-65.773.669

Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

BALANÇO FINANCEIRO - RESUMIDO

em R$

BALANÇO FINANCEIRO – RESUMIDO			
INGRESSOS	NE 20	2020	2019
Transferências Financeiras Recebidas		909.308.282	894.807.158
Recebimentos Extraorçamentários		41.371.509	36.445.548
Total dos Ingressos		950.679.791	931.252.707
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa do Exercício Anterior		1.742.333	6.666.568
Total dos Ingressos e Saldo de Caixa		952.422.124	937.919.275
DISPÊNDIOS	NE 21	2020	2019
Despesas Orçamentárias		912.305.786	885.389.017
Transferências Financeiras Concedidas		18.166.871	27.367.916
Pagamentos Extraorçamentárias		6.237.491	23.420.008
Total dos Dispêndios		936.710.148	936.176.941
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa para o Exercício Seguinte		15.711.976	1.742.333
Total dos Dispêndios e Saldo de Caixa		952.422.124	937.919.275

Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - RESUMIDO

em R$

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA -RESUMIDO			
		2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		18.528.458	8.533.248
INGRESSOS	NE 22	926.928.520	921.999.386
Outros Ingressos das Operações		926.928.520	921.999.386
Ingressos Extraorçamentários		71.067	23.201
Transferências Financeiras Recebidas		909.308.282	894.807.158
Arrecadação de Outra Unidade		17.541.823	27.169.026
Demais recebimentos		7.349	0
DESEMBOLSOS	NE 23	908.400.062	913.466.138
Pessoal e Demais Despesas		802.661.934	812.230.727
Judiciário		621.593.539	633.402.127
Previdência Social		181.068.395	178.828.600
Encargos Especiais			
Transferências Concedidas		87.501.981	73.847.337
Intragovernamentais		87.501.981	73.847.337
Outros Desembolsos das Operações		18.236.148	27.388.074
Dispêndios Extraorçamentários		69.276	20.097
Transferências Financeiras Concedidas		18.166.871	27.367.916
Demais pagamentos		0	61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		4.558.815	13.457.482
DESEMBOLSOS	NE 23	4.558.815	13.457.482
Aquisição de Ativo Não Circulante		4.378.015	13.172.297
Outros Desembolsos de Investimentos		180.800	285.185
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	NE 24	13.969.643	-4.924.234
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		1.742.333	6.666.568
Caixa e Equivalente de Caixa Final		15.711.976	1.742.333

Fonte: Siafi NE: Nota explicativa

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentamos, de forma resumida, os saldos das principais contas, resultados, receitas e despesas que compõem as demonstrações contábeis, demonstrando a situação financeira contábil do TRE-SP, bem como a evolução do exercício em referência comparado ao exercício anterior.

Contexto Operacional

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ 06.302.492/0001-56, com sede no município de São Paulo - SP, é órgão integrante do Poder Judiciário, conforme artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965) e em seu Regimento Interno publicado no DJE1, de 4 de dezembro de 2003, atualizado com as alterações promovidas pelos Assentos Regimentais nºs 01 ao 11.

No exercício de sua missão, este órgão, sob a ótica administrativa, trata do planejamento, execução e apuração das eleições oficiais para preenchimento de cargos públicos eletivos, da fiscalização da propaganda eleitoral, da expedição de diploma para candidatos eleitos, bem como das consultas populares, por exemplo, e, no plano jurisdicional, trata dos pedidos de registro de candidaturas, do julgamento de ações relativas à impugnação de candidaturas, arguições de inelegibilidade, propaganda eleitoral irregular, crimes eleitorais, entre outros.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. MOEDA FUNCIONAL: A moeda funcional utilizada pelo TRE-SP é o real.
2. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - Representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. São mensurados e avaliados pelo valor de custo. Neste Tribunal, os valores registrados nessa conta são principalmente os liberados por meio de limite de saque com vinculação destinados aos pagamentos das despesas (pessoal e com manutenção de suas atividades) e relativos aos depósitos de garantia – caução.
3. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO - São mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Compreendem os direitos a receber de curto prazo, tais como: Adiantamentos de Férias, de Auxílio-Alimentação e de Auxílio-Transporte, pagos antecipadamente, Salários e Ordenados – Pagamento antecipado de salário solicitado pelo servidor quando de suas férias, Suprimento de Fundos.
4. ESTOQUES - Os estoques representam os bens de consumo necessários à manutenção das atividades do Tribunal. O método para mensuração e avaliação das entradas dos estoques é o valor de aquisição e o das saídas é o custo médio ponderado.
5. IMOBILIZADO - Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades e é segregado em bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os bens ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.
6. DEPRECIAÇÃO – Bens Móveis: O método de depreciação é compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente durante esse período. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis utilizado é o das quotas constantes e a tabela de vida útil e valor residual adotada, por conta contábil, é a indicada no Manual Siafi - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund. Bens Imóveis: O valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema Spiunet, utilizando-se para tanto o método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014).
7. INTANGÍVEIS - São registradas nessa conta as aquisições de licenças de uso de softwares para compor os equipamentos de informática do TRE-SP. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Esses valores de aquisições sofrem amortizações de acordo com a expectativa do tempo de uso desses softwares e são registradas mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada.
8. AMORTIZAÇÃO: Os valores de aquisições (softwares) sofrem amortizações de acordo com a expectativa do tempo de uso e são registrados mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada.
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR – Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como aos benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões, encargos a pagar e benefícios assistenciais.
10. REAVALIAÇÃO: A reavaliação ou redução “a valor recuperável” foi efetuada utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado para bem semelhante.
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.
12. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Registram o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

13. RESULTADO PATRIMONIAL: Sua apuração implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial. São mensurados pelo regime de competência. A exceção se referem às transferências recebidas e às transferências concedidas, que seguem o regime de caixa, o que é permitido de acordo com o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

14. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/ Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O regime orçamentário adotado é Regime de Caixa para as Receitas e Regime de Competência para as Despesas, de acordo com o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

15. RESULTADO FINANCEIRO: Representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício, podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

- Em 2020, houve a implantação da padronização dos procedimentos de controles, reconhecimento, mensuração, apuração da amortização dos bens intangíveis (softwares), em consonância com a Orientação TSE 01/2019 e com a Macrofunção Siafi/020345 – Ativos Intangíveis. Durante a implementação do sistema Asiweb, foram realizadas readequações nos prazos de vida útil dos bens intangíveis (softwares) de vida útil definida, a partir da data de aquisição, pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação deste Tribunal, com a consequente reversão de amortização, ocasionando ajustes de exercícios anteriores.
- Foi realizada Reavaliação para atualização do valor patrimonial das Urnas Eletrônicas – (Ativos - bens móveis) – modelos 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015, seguindo orientação do Procedimento Administrativo SEI 2018.00.000005179-2 do TSE

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

São registrados no Ativo Circulante os bens e direitos para realização imediata ou de curto prazo. Esse ativo é composto pelos grupos de contas: Caixa e Equivalência de Caixa, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Estoques, conforme demonstrado abaixo:

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

em R$

Fonte/ Vinculação de pagamento	2020	2019
100/310 - PAGAMENTO PESSOAL	335.116	224.226
100/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	14.300.195	1.089.094
100/510 - FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	278.400	309.862
127/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	437.866	82.394
151/510 - FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	176.968	-
169/310 - PAGAMENTO PESSOAL	148.297	7.132
300/310 - PAGAMENTO PESSOAL	3.721	-
Subtotal	15.680.562	1.712.709
Caixa Econômica federal - Caução	31.414	29.624
Total	15.711.976	1.742.333

Fonte: Siafi

Nos finais dos exercícios de 2020 e 2019 restaram, respectivamente, os saldos de R$ 15,7 milhões e R$ 1,7 milhão na rubrica “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, em virtude de despesas orçamentárias inscritas em Restos a Pagar, que ainda não foram pagas em seus respectivos exercícios.

A variação a maior verificada em relação ao exercício de 2019 se deu em decorrência de 2020 ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em restos a pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2019.

NOTA 02 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Em 31.12.2020 o TRE-SP apresentou o saldo de R$ 4 milhões, assim distribuídos:

Contas	2020	2019	Variação
Adiantamento de Férias	1.289.646	0	100,00%
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	235.502	399.228	-41,01%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	1.857.350	1.832.818	1,34%
Adiantamento Auxílio-Transporte	7.404	119.183	-93,79%
Suprimento de Fundos – Adiantamento	50.000	49.832	0,34%
Crédito a Receber - Folha de Pagamento	370.773	112.648	229,14%
Crédito a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude	4.576	4.576	0,00%
Créd Receber por de Desfalque ou Desvio	134.323	130.630	2,83%
Crédito a Receber Decorrentes de Infrações	1.675	1.605	4,36%
Créd; Receber por Cessão de Pessoal – Munic.	51.778	57.120	-9,35%
Total	4.003.027	2.707.640	47,84%

Fonte: Siafi

Encontra-se registrado na conta ”Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, do grupo do Ativo, o valor de R$ 1,3 milhão de Adiantamento de Férias. Isto significa que, dos valores a pagar de Férias de R$ 41,5 milhões constantes no grupo Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar de curto prazo, do Passivo, deverá ser deduzido, para fins de análise, o valor de R$ 1,3 milhão de adiantamento concedido. (R$ 41,5 milhões menos R$ 1,3 milhão, igual a R$ 40,2 milhões de férias a pagar).

NOTA 03 - ESTOQUES

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação %
Gêneros de alimentação	237.998	57.443	314,32%
Material de acond. e embalagem	207.797	342.292	-39,29%
Material de copa e cozinha	110.843	66.289	67,21%
Material de expediente	1.332.909	1.099.118	21,27%
Material p/ higienização	463.249	250.480	84,94%
Material de proteção e segurança	629.557	180.172	249,42%
Material de TIC - material de consumo	2.716.278	2.556.812	6,24%
Material Elétrico	437.797	361.746	21,02%
Material hospitalar	264.966	352.472	-24,83%
Material p/ manut. bens móveis e imóveis	215.583	165.285	30,43%
Material p/ utilização em gráfica	329.302	196.982	67,17%
Materiais diversos	84.578	26.556	218,49%
Total	7.030.857	5.655.647	24,32%

Fonte: Siafi

Os Estoques representam os bens de consumo necessários à manutenção das atividades do Tribunal. Os Estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, e o método utilizado para mensuração/avaliação é o custo médio ponderado.

Em 2020, houve uma variação a maior, em decorrência de um volume maior de compras, por ser ano eleitoral, o que contribuiu para a variação positiva de 24,32% em relação a 2019.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis.

NOTA 04 - IMOBILIZADO

O Imobilizado do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades e é segregado em bens móveis e bens imóveis, com suas respectivas depreciações acumuladas. O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

em R$

	2020	2019
Imobilizado	208.749.754	201.843.691
Bens Móveis	84.002.645	84.453.490
Bens Móveis	166.078.536	276.430.206
(-) Depreciação Acumulada	-82.075.891	-191.976.716
Bens Imóveis	124.747.109	117.390.201
Bens Imóveis	124.993.840	117.621.630
(-) Depreciação Acumulada	-246.731	-231.429

Fonte: Siafi

BENS MÓVEIS - 2020

em R$

SALDO EM 31.12.2019	276.430.206
(+) ENTRADAS	9.290.697
(-) SAÍDAS	2.625.104
(-) REAVALIAÇÃO	117.017.265
(=) SALDO em 31.12.2020	166.078.535

Fonte: Siafi

Em 2020, o saldo inicial dos bens móveis que era de R$ 276,4 milhões, no decorrer do exercício sofreu o acréscimo de R$ 9,3 milhões provenientes, principalmente, de novas entradas de bens de informática e tecnologia da informação (notebooks e urnas eletrônicas). Houve decréscimo de R$ 2,6 milhões ocasionado primordialmente por doações de bens antieconômicos e inservíveis e por transferências de urnas eletrônicas para o TSE. Ademais, ocorreu redução de R$ 117 milhões por reavaliação de urnas eletrônicas, perfazendo o saldo de R$ 166,1 milhões no final de 2020.

BENS MÓVEIS

em R$

Contas	Valor Bruto 2020	Depreciação acumulada 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Ap. Medic. e Orientação	92.366	35.699	56.667	56.264
Ap. Equi.e Comunicação	684.959	289.445	395.514	335.898
Equip./Utens.Médicos, Odonto, Lab e Hosp	379.906	57.195	322.711	342.655
Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	1.013.382	536.409	476.973	410.428
Máq.e Equip. Industriais	4.442	3.032	1.410	1.713
Máq. e Equip. Energéticos	1.718.132	770.414	947.718	1.107.261
Máquinas e Equip. Gráficos	166.646	86.534	80.112	94.258
Máquinas, Ferramentas e Utensilios de Oficina	90.975	53.908	37.067	46.660
Equip. Pecas Acess.P/Automóveis	7.778	7.000	778	778
Equip.Hidr.e Eletricos	13.013	8.608	4.405	4.955
Máquinas, Utensilios e Equip. Diversos	1.885.472	618.152	1.267.319	1.314.364
Equip de Tec. da Infor e Comunicação/TIC	137.027.568	68.726.313	68.301.255	67.177.954
Apar. e Utensílios Domésticos	1.402.353	840.416	561.937	653.233
Máq. e Utensílios de Escritório	298.891	212.605	86.286	111.992
Mobiliário em Geral	14.353.301	7.139.049	7.214.252	8.275.163
Coleções e Mat. Bibliográficos	446.723	306.029	140.694	140.963
Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	467.290	222.936	244.354	229.562
Obras de Arte e Peças para Museus	67.405		67.405	67.405
Veículos em Geral	74.064	25.467	48.597	52.737
Veíc. Tração Mecânica	4.690.155	1.464.005	3.226.150	3.442.580
Peças não Incorp. a Imóveis	1.193.715	672.676	521.039	586.668
TOTAL	166.078.536	82.075.891	84.002.643	84.453.490

Fonte: Siafi

Dos Bens Móveis, registrados no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo em 2020, no total de R$ 84 milhões, R$ 68 milhões referem-se a Bens de Informática (incluindo urnas eletrônicas), ou seja, 81% de todos os bens móveis.

A variação a menor no valor dos bens móveis (R$ 276 milhões para R$ 166 milhões) e na depreciação acumulada (R$ 191 milhões para R$ 82 milhões), foi, principalmente, em decorrência da reavaliação para atualização do valor patrimonial das Urnas Eletrônicas (modelos 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015).

A reavaliação foi realizada no mês de junho de 2020, nos termos da determinação do Ofício-Circular GABDG nº 179/2020 do TSE, em virtude da identificação de valores patrimoniais das urnas eletrônicas divergentes dos valores de referência obtidos com base no cálculo da depreciação mensal de acordo com a legislação vigente, considerando a tabela abaixo:

MODELO DA URNA ELETRÔNICA	VIDA ÚTIL REMANESCENTE (MESES)	NOVO VALOR BRUTO UNITÁRIO JUNHO/2020 em R$
2006	0	182,59
2008	0	172,49
2009	5	167,00
2010	7	185,22
2011	28	399,10
2013	41	524,63
2015	76	1.486,27

A tabela de vida útil e valor residual adotada, por conta contábil, para a apuração da depreciação, é a indicada na Macrofunção SIAFI - 020330 – Depreciação e Amortização, com exceção das urnas eletrônicas registradas na conta “Equip de Tecnolog da Infor e Comunicação/TIC”, cuja vida útil é de 10 anos e porcentagem residual de 10%, conforme abaixo:

Contas	% Residual	Vida útil (anos)
Aparelhos de Medic. e Orientação	10	15
Aparelhos, Eq. Comunicação	20	10
Equip./Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	20	15
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
Máq. e Equip. Industriais	10	20
Máq. e Equip. Energéticos	10	10
Máq. quip. Gráficos	10	15
Máquinas, Ferramentas e Utensilios de Oficina	10	10
Equi. Pecas e Acessórios P/Automóveis	10	5
Equip. Hidráulicos e Eletricos	10	10
Máquinas, Utensilios e Equipamentos Diversos	10	10
Equip de Tecnolog da Infor e Comunicação/TIC	10	5
Apar. e Utensílios Domésticos	10	10
Máq. Máq. e Utensílios de Escritório	10	10
Mobiliário em Geral	10	10
Coleções e Mat. Bibliográficos	0	10
Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
Obras de Arte e Peças para Museus	0	0
Veículos em Geral	10	15
Veículos de Tração Mecânica	10	15
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10

IMÓVEIS

em R$

	2020	2019
Bens de uso Especial Registrados no SPIUNET		
Edifícios	112.206.452	105.420.582
Armazéns/Galpões	12.787.388	12.201.049
Subtotal	124.993.840	117.621.630
(-) Depreciação Acumulada	246.730	231.429
Total	124.747.109	117.390.201

Fonte: Siafi

São 19 imóveis de propriedade da União à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo que, em 31/12/2020, totalizavam R$ 125 milhões, , sendo que 18 deles estão em uso e um, no valor de R$ 20 milhões, está sendo reformado para futura utilização.

Em 2020, foi registrado como despesas de depreciação o montante de R$ 15 mil, perfazendo uma depreciação acumulada de R$ 247 mil. Este Tribunal vem mantendo, em 2021, contato com a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia – SCGPU para verificação dos valores e dos critérios adotados na apuração da depreciação dos respectivos bens.

NOTA 05 - INTANGÍVEIS

Softwares

O saldo do Ativo Intangível, em 31/12/2020, totaliza R$ 2.062.838, conforme abaixo:

em R$

	2020	2019	Variação
Intangível	2.062.838	216.593	852,40%
Softwares	3.977.975	4.682.440	-15,04%
Vida útil definida	3.965.907	4.601.874	-13,82%
Vida útil indefinida	12.069	80.566	-85,02%
(-) Amortização Acumulada	-1.915.137	-4.465.847	-57,12%

Fonte: Siafi

Em dezembro de 2020, houve a implantação da padronização dos procedimentos de controles, reconhecimento, mensuração, apuração da amortização dos bens intangíveis (softwares) por meio do sistema Asiweb, em consonância com a Orientação TSE 01/2019 e com a Macrofunção Siafi/020345 – Ativos Intangíveis, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, e à Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 08 – Ativo Intangível.

Os itens que estavam totalmente amortizados foram baixados. Houve mudança na definição da vida útil dos bens restantes, cujos prazos foram redefinidos para 120 meses desde a data de aquisição, o que ocasionou aumentos dos prazos de vida útil desses bens e diminuição dos valores de depreciação acumulada em contrapartida em conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, na ordem de R$ 2 milhões.

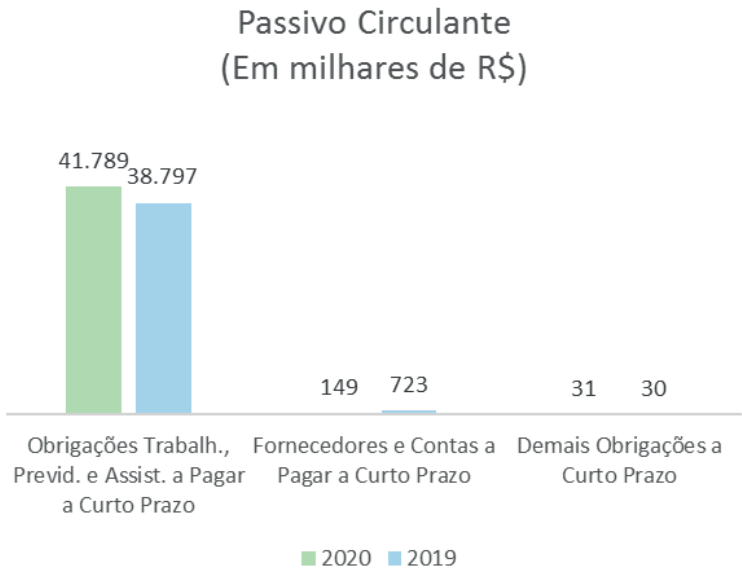
Desta forma, o valor do Intangível, que era de R$ 216 mil em 2019, passou para R$ 2,06 milhões em 2020 (R$ 3,97 milhões menos R$ 1,91 milhão), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	Valor Bruto	Amortização acumulada
Saldo em 31.12.2019	4.682.440	4.465.847
(+) Aquisições	180.800	-
(-)Baixa de bens vida útil definida	816.768	816.768
(-)Baixa de bens vida útil indefinida	68.497	
(-)Ajustes de amortização	-	2.186.594
(+) Despesas com amortização	-	452.652
Saldo em 31.12.2020	3.977.975	1.915.137

Este Tribunal não possui Ativos Intangíveis significativos que possam ser reconhecidos como ativo, nos termos dos critérios de reconhecimento estabelecidos na Macrofunção SIAFI 020345 – Ativo Intangível.

PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante deste Tribunal é composto das contas especificadas no quadro abaixo. Nesse grupo de contas, são registradas obrigações a pagar do TRE-SP mensuradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.



NOTA 06 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Dos R$ 41,8 milhões registrados nessa conta, R$ 41,5 milhões são referentes à constituição da provisão de férias e do terço constitucional de férias – Conta Férias a Pagar.

Encontra-se registrado na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, do grupo do Ativo, o valor de R$ 1,3 milhão de Adiantamento de Férias. Isso significa que, dos valores a pagar de Férias R$ 41,5 milhões, deverá ser deduzido para fins de análise o valor de R$ 1,3 milhão de adiantamento concedido (R$ 41,5 milhões menos R$ 1,3 milhão, igual a R$ 40,2 milhões de férias a pagar).

Cabe esclarecer que, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, mediante a Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento, em atendimento ao Acórdão 1322/2018, do TCU/Plenário, a partir do exercício de 2018, houve a adequação dos critérios de constituição das provisões de férias e abono constitucional de férias, em consonância com o regime de competência.

NOTA 07 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Em 31/12/2020, o saldo de R$ 149 mil refere-se a importâncias a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços, ambos de curto prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 08

O valor do Patrimônio Líquido, em 2019, era de R$ 173 milhões. Em 2020, houve um aumento para R$ 196 milhões em decorrência do resultado positivo de R$ 21 milhões, apurado no Demonstrativo de Variações Patrimoniais – DVP, e dos ajustes de exercícios anteriores no valor de R$ 2 milhões, referentes a despesas com amortização por redefinição da vida útil dos bens intangíveis (softwares).

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

em R$

	2020	2019
a) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	980.540.806	928.015.182
b) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	959.699.473	961.687.611
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = (a-b)	20.841.334	-33.672.428

Fonte: Siafi

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA – R$ 980,5 milhões) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD – R$ 959,7 milhões) e é evidenciado este resultado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

O exercício de 2020 apresentou resultado positivo de R$ 20,8 milhões decorrentes, principalmente, dos registros em Variações Monetárias Aumentativas com Reavaliação de Ativos.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

em R$

	2020	2019
a) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Transferências e Delegações Recebidas	909.308.282	894.807.158
Outras Transferências e Delegações Recebidas	18.257.608	602.256
Reavaliação de Ativos	32.738.946	4.956.378
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	2.687.719	599.430
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.548.252	27.049.960

NOTA 09 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

O valor de R$ 909,3 milhões, registrado na conta Transferência e Delegações Recebidas, refere-se a recursos financeiros recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de Sub-Repasse para pagamento de despesas de manutenção das atividades do TRE-SP.

NOTA 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

O valor de R$ 18,2 milhões, registrado nessa conta, refere-se a doações recebidas (protetor facial - face shield, máscara cirúrgica descartável, álcool em gel) e aos recebimentos de transferências de urnas eletrônicas de outros Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para a realização das eleições de 2020.

NOTA 11 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

O montante de R$ 32,7 milhões, registrado na conta de Reavaliação de Ativos, refere-se à reavaliação de bens móveis – Urnas Eletrônicas (R$ 23,7 milhões) e à atualização de bens imóveis - Bens de uso especial da União (R$ 9 milhões).

NOTA 12- GANHOS COM INCORPORAÇÃO E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

O montante de R$ 2,6 milhões refere-se, em sua maioria, a recebimento de Lacres para Urnas Eletrônicas – usados nas eleições 2020, adquiridos pelo TSE.

NOTA 13 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O montante registrado nesta conta refere-se à arrecadação de Multas Administrativas (R$ 11,7 milhões - multas eleitorais) e à de Outras Receitas (R$ 5,5 milhões – apuradas em processos de prestação de contas eleitorais).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

em R$

	2020	2019
Pessoal e Encargos	597.903.123	616.170.185
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	199.143.751	181.045.577
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	137.891.121	130.118.622
Transferências e Delegações Concedidas	20.022.863	27.684.165

Fonte: Siafi

NOTA 14 - PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Estão registradas nestas contas as variações patrimoniais diminutivas com servidores - pessoal e encargos, aposentadorias e pensões. Em relação ao exercício de 2019, houve um leve aumento nas despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais e diminuição com Pessoal e Encargos em decorrência, principalmente, de aposentadorias ocorridas em 2020.

NOTA 15 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Houve um leve aumento em relação a 2019, por 2020 ser um ano eleitoral, em que se verifica um volume maior de gastos para preparação das eleições, em relação ao ano não eleitoral.

NOTA 16 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

As Transferências e Delegações Concedidas representam as variações patrimoniais diminutivas compostas por transferências intragovernamentais - saldos patrimoniais - decorrentes de repasse ao Tesouro Nacional de arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em prestação de contas eleitorais e partidárias (R$ 18,16 milhões), bem como desincorporação de ativos por doação ou transferências a outros Regionais - Urnas Eletrônicas (R$ 1,86 milhão).

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O TRE-SP não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos.

em R$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2020 - RESUMIDO						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	824.557.083	842.109.740	907.936.605	885.331.391	885.237.415	- 65.826.865
DESPESAS DE CAPITAL	263.516	4.422.377	4.369.181	3.317.100	3.317.100	53.196
TOTAL	825.535.706	846.532.117	912.305.786	888.648.491	888.554.515	- 65.773.669

Fonte: Siafi

NOTA 17

No Balanço Orçamentário, os valores demonstrados na Dotação Inicial e Dotação Atualizada evidenciam apenas o orçamento próprio deste Tribunal. Já nas despesas empenhadas e liquidadas, além do orçamento próprio, estão também computados os valores recebidos do TSE para custeio das Eleições 2020 e do Sistema de Biometria (coleta de dados biométricos do eleitor). Para realização das Eleições 2020 e do Sistema de Biometria foram empenhados R$ 73 milhões, liquidados e pagos R$ 52 milhões, e o restante de R$ 21 milhões foi inscrito em Restos a Pagar.

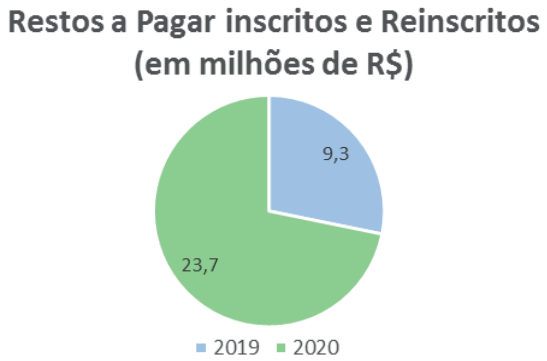
Dessa forma, o orçamento próprio deste Tribunal contou com despesas empenhadas no montante de R$ 839 milhões (R$ 912 milhões menos R$ 73 milhões), liquidadas e pagas R$ 836 milhões (R$ 888 milhões menos R$ 52 milhões), e o restante de R$ 2,7 milhões inscrito em Restos a Pagar.

Do total da dotação orçamentária atualizada de R$ 846 milhões, foram utilizados R$ 912 milhões. A diferença negativa apontada no “Saldo da Dotação”, no valor de R$ 66 milhões, refere-se, principalmente, às provisões recebidas do TSE para custeio das Eleições 2020.

NOTA 18 - INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/1964, que os distingue em processados e não processados. Em 2020, foram empenhados R$ 912,3 milhões e pagos R$ 888,6 milhões. Dessa forma, foram inscritos R$ 23,7 milhões em Restos a Pagar.

Em comparação ao exercício de 2019, cuja inscrição em Restos a Pagar foi de R$ 9,3 milhões, houve um aumento, em 2020, na ordem de R$14,45 milhões. Essa variação se justifica em razão de 2020 ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em Restos a Pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2019.



NOTA 19 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

em R$

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 2019	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31.12.2020
Restos a Pagar Não Processados	48.800	8.556.638	5.516.982	5.493.317	723.756	2.388.365
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	10.325	696.683	0	674.897	0	32.112
TOTAL	59.125	9.253.321	5.516.982	6.168.214	723.756	2.420.476

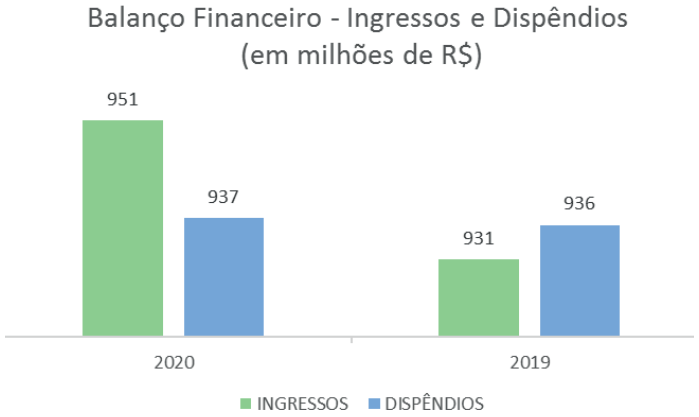
Fonte: Siafi

Do total de R$ 9,3 milhões de Restos a Pagar inscritos e reinscritos em 2019, foram pagos R$ 6,2 milhões e cancelados R$ 0,7 milhão durante o exercício de 2020, restando o saldo de R$ 2,4 milhões para execução no exercício de 2021, referente principalmente ao atraso da obra para instalação da Sala-Cofre do TRE-SP.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANCO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros orçamentários ou extraorçamentários entre órgãos e entidades da Administração Pública, incluindo os recursos relativos aos Restos a Pagar.



NOTA 20 - INGRESSOS

O total de ingressos, em 2020, foi de R$ 951 milhões, sendo R$ 909 milhões provenientes de transferências financeiras recebidas, por meio de sub-repasse, e R$ 41 milhões de recebimentos extraordinários, correspondentes a R$ 23 milhões para inscrição de restos a pagar em 2020, e R$ 18 milhões referentes a multas administrativas e de valores apurados em prestações de contas eleitorais e partidárias.

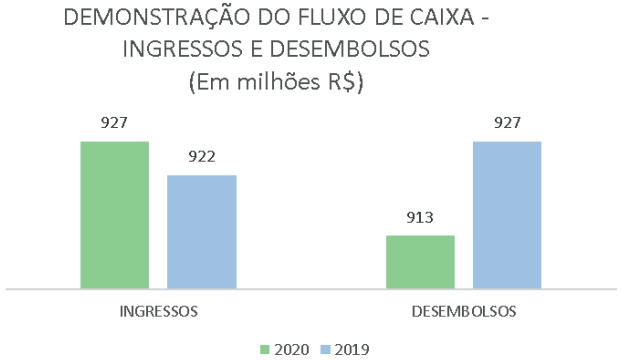
NOTA 21 - DISPÊNDIOS

Os dispêndios, em 2020, totalizaram R$ 937 milhões, sendo R$ 913 milhões de despesas orçamentárias, R$ 18 milhões de transferências financeiras concedidas (repasse ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais) e R$ 6 milhões para pagamento de Restos a Pagar.

O Resultado Financeiro do exercício é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos (R$ 951 milhões) e dos dispêndios (R$ 937 milhões). Em 2020, foi apurado saldo positivo de R$ 14 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos de recursos financeiros.



NOTA 22

Em 2020, houve ingressos de recursos, na ordem de R$ 927 milhões, provenientes de transferências financeiras recebidas por meio de sub-repasses do TSE (R$ 909 milhões) e de arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais (R$ 18 milhões).

NOTA 23

Em 2020, ocorreram desembolsos de R$ 908,4 milhões nas atividades das operações e R$ 4,6 milhões nas de investimentos, totalizando R$ 913 milhões, sendo R$ 802,7 milhões relativos ao pagamento de pessoal e demais despesas para manutenção das atividades do Tribunal, R$ 87,5 milhões de transferências concedidas de contribuição patronal para a previdência social, R$18,2 milhões de repasse ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais, e R$ 4,6 milhões de investimentos pagos.

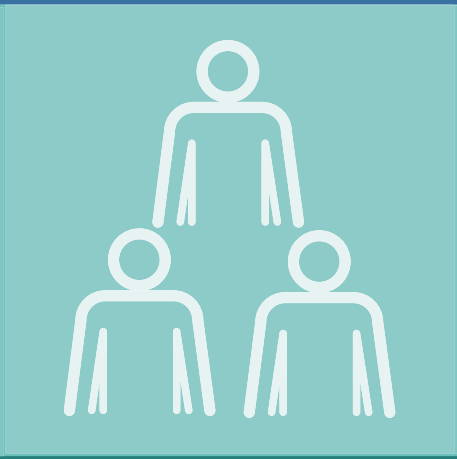
Com relação aos ingressos no montante de R$ 927 milhões, R$ 908 milhões foram aplicados nas Atividades de Operações e R$ 5 milhões, nas Atividades de Investimentos, com geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante de R$ 14 milhões.

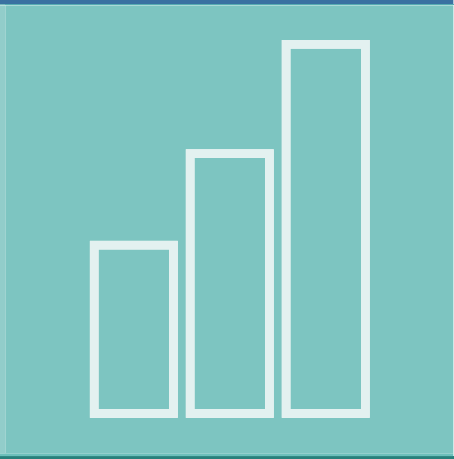
NOTA 24

Ao contrário de 2019, em 2020 houve uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa positiva de R$ 13,9 milhões, que será utilizada principalmente para pagamentos dos Restos a Pagar em 2021.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo podem ser acessadas em sua íntegra no endereço eletrônico https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis-2





TRE-SP